

FABIANA PIRES DE OLIVEIRA

**O PC DO B E O ARAGUAIA:
A DISSIDÊNCIA INTERNA DE 1979-1984**

Passo Fundo, dezembro de 2005.

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Fabiana Pires de Oliveira

**O PC DO B E O ARAGUAIA:
A DISSIDÊNCIA INTERNA DE 1979-1984**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação do Prof.(a) Dr.(a) Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2005

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é o resultado de um persistente objetivo, acalentado em um longo tempo de leituras e das interpretações que delas brotaram, transformadas aqui em análise histórica que, por influência da formação e das convicções, carregam o seu quê de imparcialidade. Mas é sabido que nenhuma história é realmente isenta das impressões de quem a escreve, então assumo desde já uma parcela da responsabilidade pelas incongruências nela contidas.

A realização deste não seria possível sem o estímulo e as corretas orientações da Prof^a. Dr^a. Ana Luiza Setti Reckziegel que, dotada de paciência e sensibilidade, soube me conduzir pelos caminhos da investigação histórica, aqueles que não apontam saídas, mas buscas cada vez mais distantes.

Agradeço, igualmente, ao grupo de professores do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH-UPF), aos colegas distantes e próximos, aos amigos e à família, pois todos foram essenciais, em distintos momentos, para a efetivação deste trabalho.

[...]É com este espírito que estamos participando desta luta interna, com entusiasmo e paixão, porque a “luta interior dá força e vitalidade ao partido”; a melhor prova de fraqueza de um partido é sua posição difusa e a extinção de fronteiras nitidamente traçadas; “o partido reforça-se depurando-se”. São palavras de Marx que demonstram claramente a necessidade da luta de idéias dentro de um verdadeiro partido revolucionário, conduzida de forma clara, aberta e responsável [...]

(Declaração do Organismo responsável pelo setor operário, Bahia, julho de 1980)

RESUMO

Este trabalho visa ao estudo dos fatos e debates internos que levaram à formação de um grupo dissidente nos quadros do Partido Comunista do Brasil (PC do B), a partir do ano de 1979, levando à criação do Partido Revolucionário Comunista (PRC) em meados de 1984. O ponto nevrálgico desta dissidência encontra-se nas diferentes avaliações elaboradas pelos próprios militantes acerca do planejamento e execução da Guerrilha do Araguaia, tentativa de desencadeamento do processo revolucionário a partir do campo, ocorrido na região do baixo Araguaia (Tocantins) entre 1972 e 1975. Pautados na necessidade da realização de um Congresso de âmbito nacional, que há muito não se efetivava, os militantes fracionários iniciaram um processo de luta interna que mobilizou diversos Comitês Regionais, bem como outros quadros partidários, contra a direção entrincheirada no Comitê Central do PC do B. Mais importante do que a divergência sobre os erros ou acertos da experiência de luta armada no Araguaia, seriam as indicações que as mesmas traziam consigo acerca da orientação política que o partido deveria seguir no futuro. Os combates, no campo teórico, evoluem, gradativamente, da simples denúncia da ausência de debates abertos e democráticos ao mais evidente *racha*, consubstanciado nas expulsões, demissões e inflamadas convocações para a reorganização partidária. A partir da análise da documentação interna do PC do B no período exposto, o que se concretiza é uma visão dos embates políticos ocasionados pelo fim do período ditatorial e pela expectativa quanto às vias abertas frente à democratização possível iniciada na década de 1980.

Palavras-chave: Araguaia, militantes, dissidência, luta interna, reorganização partidária.

ABSTRACT

This achievement aims at to the study of the facts and internal discussion that had led to the formation of a not conforming group in the pictures of the Communist Party of Brazil, from the year 1979, talking to the creation of Communist Revolutionary Party in 1984 middle. The weak point of this disagreement meets in the different proper evolutions elaborated for militant concerning the planning and the execution of the Araguaia's Guerrilla, attempt of unleashing of the revolutionary process from the field, occurrence in the region of the low Araguaia (Tocantins) between 1972 and 1975. Ruled in the necessity of the accomplishment of a nationwide Congress, that has very not if it accomplished militant and fractionary ones had initiated a process of internal fight that mobilized diverse Regional Committees as weel as other partisan pictures, against the direction entrenched in the Central Committee of the Communist Party of Brazil. More important than the divergence on the errors or judgemente of the experience of fight fleet in the Araguaia, would be the indications that the same ones brought obtain concerning the orientation politics that the party should have to follow in the future. The combats, in the theoretical field, evolve, gradually, of the simple denunciation of the absence of open and democratic discussion to the most evident *crack*, consolidated in the expulsions, resignations and inflamed invocations for the partisan reorganization. From the analisys of the internal documentation of Communist Party of Brazil in the exposed period, what it is materialize is a vision of them yae strike politicians caused for the end of the dictatorial period and for the expectation whatever the open ways front to the possible democratization initiate in the decade of 1980.

Keywords: Araguaia, militant, disagreement, internal fight partisan reorganization.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Área industrial de São Paulo, correspondente a Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano.

AI - Ato Institucional

ALA - Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil

ALN - Ação Libertadora Nacional

AP - Ação Popular

APML - Ação Popular Marxista-Leninista

Arena - Aliança Renovadora Nacional

BA - Bahia

CC - Comitê Central

CODI - Centro de Operações de Defesa Interna

CM - Comitê Municipal

CR - Comitê Regional

DEOPS - Departamento Estadual de Ordem Política e Social

DOI-CODI - Destacamento de Operações e Informações - Centro de Operações de Defesa Interna

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

E-1 - Estrutura 1

Ed. - Editor [editado por]

JUC - Juventude Universitária Católica

MAR - Movimento de Ação Revolucionária

MCI - Movimento Comunista Internacional

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

MEP - Movimento de Emancipação do Proletariado

MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário

MOLIPO - Movimento de Libertação Nacional

MRN - Movimento de Renovação Nacional

MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro

MRT - Movimento Revolucionário Tiradentes

NHD – Núcleo de Documentação Histórica
Op. Cit. – obra já citada
Org. - organizador
p. - página
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PCCh - Partido Comunista Chinês
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PC-SBIC - Partido Comunista, Seção Brasileira da III Internacional Comunista
PCUS – Partido Comunista da União Soviética
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PDS - Partido Democrático Social
PIB – Produto Interno Bruto
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PND – Plano de Desenvolvimento Nacional
POC – Partido Operário Comunista
POLOP - Política Operária
PRC – Partido Revolucionário Comunista
PT – Partido dos Trabalhadores
PTA – Partido Trabalhista Albanês
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
TLO – Tribuna da Luta Operária
UDN – União Democrática Nacional
ULDPA - União pela Liberdade e Direitos do Povo
UNE – União Nacional dos Estudantes
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
VAR-Palmares – Vanguarda Armada Revolucionária Palmares
VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	09
CAPÍTULO 1 - O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC DO B).....	21
1.1 De PCB a PC do B – Fundações e refundações.....	21
1.2 O PC do B – Caracterização de uma proposta revolucionária.....	32
CAPÍTULO 2 – OS FATORES DA DISSIDÊNCIA NO PC DO B A PARTIR DE 1979.....	40
2.1 O contexto do regime militar pós 1964.....	41
2.2 A linha política do PC do B.....	46
2.2.1 Teorias da revolução para o Brasil.....	46
2.2.2 O debate em torno do <i>foquismo</i> e do <i>maoísmo</i>	51
2.2.3 Teorias de concepção de partido.....	57
2.3 A Guerrilha do Araguaia.....	60
CAPÍTULO 3 – O PC DO B E A GUERRILHA DO ARAGUAIA - A DISSIDÊNCIA INTERNA DE 1979-1984.....	77
3.1 A avaliação do partido sobre o Araguaia.....	88
3.2 A emergência das críticas.....	100
3.3 Rumo ao surgimento de um novo partido – A inserção do PRC.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124
FONTES DOCUMENTAIS.....	131
ANEXOS.....	134

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O ano de 1979 prenunciava mais uma ruptura decisiva no futuro do Partido Comunista do Brasil (PC do B), com o surgimento de uma série de documentos internos que comprovam a existência de uma vertente de críticas e autocríticas que vaticinavam o divisionismo. Neste mesmo ano em que o país vivia os derradeiros anos da ditadura militar, com a transição dos governos Ernesto Geisel - João Baptista Figueiredo e a promessa de ampliação do projeto de *abertura*¹ política, que remeteria a um regime mais democrático, mas que inicialmente demonstrou mais continuidade do que mudança, os comunistas brasileiros se dividiriam mais uma vez.

O rígido sistema bipartidário, criado pelo Ato Institucional nº 2, de outubro de 1965², baseado na existência da Aliança Renovadora Nacional (Arena), o partido governamental, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o partido possível de oposição, começava a se extinguir, no final de 1979, com o surgimento de novos partidos como o Partido Democrático Social (PDS), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e, logo, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

O tradicional Partido Comunista Brasileiro (PCB), em completa ilegalidade e atuando apenas na clandestinidade, vivia, desde o final dos anos 1950, um conturbado período de segregações, baseadas em amplas discussões internas ou em meros divisionismos, que fizeram surgir diferentes siglas como foi o caso do Partido Comunista do Brasil (PC do B), *reorganizado* em 1962, uma dissidência forjada no caráter atribuído à programada revolução brasileira. Frente à repressão policial das décadas de 1960 e 1970, aos constantes

¹ Para fins de padronização esclarecemos que as expressões que aparecem em itálico ao longo do trabalho foram destacadas com o objetivo de conferir especial atenção, já os grifos em textos ou documentos aparecem em negrito, apenas os trechos copiados de autores devidamente referidos aparecem entre aspas.

² Os Atos Institucionais (AIs) foram amplamente utilizados pelos militares durante a ditadura, justificados como decorrência “do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções”. O Ato Institucional nº 2, dentre outras medidas, extinguiu os partidos políticos, pois os militares consideravam que o sistema multipartidário era um dos fatores responsáveis pelas crises políticas. Desse modo, deixaram de existir os partidos criados no fim do Estado Novo que bem ou mal exprimiam diferentes correntes da opinião pública.

redirecionamentos teóricos e às tentativas aventureiras de mudanças, o PC do B também sofreria, ao longo de sua existência, diversos processos de cisões.

Este trabalho visa o estudo dos fatos e debates internos que levaram à formação de um grupo dissidente nos quadros do PC do B, emergido sob a denominação de Partido Revolucionário Comunista (PRC). Esse partido, criado segundo o modelo de organização marxista-leninista, logo se autoproclamou o embrião do verdadeiro partido revolucionário no Brasil. O PRC, à época, travou o debate interno sobre o tipo de partido, evoluindo para uma postura gramsciniana e depois para a negação da concepção leninista de organização.

O Partido Revolucionário Comunista (PRC) foi fundado em seu I Congresso, em 21 de janeiro de 1984, resultado da cisão do PC do B, no início dos anos 1980, que divergiu da linha política e da avaliação do partido sobre a guerrilha do Araguaia. A esta dissidência se juntaram um grupo de Pernambuco, oriundo da Política Operária (POLOP); outro de Minas Gerais, vindo do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP); e outro do Rio Grande do Sul, sem vínculo formal com qualquer organização. As resoluções desse Congresso afirmam, dentre outras coisas, que o PC do B é uma corrente que “está sempre oscilando entre colar-se à burguesia ou acompanhar a radicalidade das massas; entre aliar-se com pelegos ou avançar na luta sindical; uma oscilação que vem prevalecendo com uma inclinação à direita”³.

A partir de 1979, ampliaram-se as ações de diversos Comitês Regionais (CRs) e de membros do Comitê Central (CC) pela convocação do Congresso do Partido Comunista do Brasil (PC do B) para a discussão da *experiência* do Araguaia⁴, jamais debatida internamente, a concepção do partido e a necessidade de sua reorganização. No entreato do final da década de 1970 aos primeiros anos da década seguinte, as discordâncias levaram alguns Comitês Regionais a proclamarem sua autonomia, com ampla produção de textos divergentes sobre a guerrilha, sobre o partido leninista e a conjuntura.

Já em janeiro de 1984, a realização de um Congresso Nacional reunindo unicamente dissidentes e convidados, leva os delegados a concluírem que a antiga estrutura do PC do B, hegemônica pelo seu Comitê Central sem renovação, não representava as doutrinas do marxismo-leninismo moderno. Decide-se, então, pela fundação de um novo partido. A

³ Comitê Central do PRC. Resoluções do I Congresso do PRC. Janeiro de 1984.

⁴ Essa expressão designa os eventos ocorridos entre 1972 e 1975 no contexto da chamada guerrilha do Araguaia, que será citada no primeiro capítulo e revista no segundo capítulo deste trabalho.

partir desse momento, a dissidência do PC do B, marxistas independentes, passam a se organizar sob a sigla do PRC (Partido Revolucionário Comunista).

No direcionamento dos estudos sobre a criação de agremiações políticas, voltando-se essencialmente à realidade dos partidos de massa europeus, tem-se a contribuição de Serge Bernstein, com seu texto sobre *Os partidos*, em que expõe, baseando-se nas reflexões de Palombara e Weiner, que o quadro necessário ao surgimento de partidos políticos envolve, além de um determinado estágio de desenvolvimento da sociedade, uma crise, uma ruptura bastante profunda “que justifique a emergência de organizações que, diante dela, traduzam uma tendência da opinião suficientemente fundamental para durar e criar uma tradição capaz de atravessar o tempo”⁵.

Compreendendo que os partidos não nascem fortuitamente da decisão de seus criadores, mas de um contexto de crise (como de legitimidade, de participação, de integração), o autor complementa que esses “só tem chance de sobreviver se responderem de uma maneira ou de outra a um problema fundamental colocado para a sociedade contemporânea”⁶, e necessitam de que haja adequação entre a imagem que eles transmitem de si mesmos e as aspirações mais profundas de uma parte importante da população que aceita, como solução para os problemas que ela percebe, a mediação política proposta por eles.

No momento de criação do partido, examina-se que ele responde a uma determinada situação, mas uma vez nascido o partido político torna-se um *organismo vivo* que tem sua existência própria e proporciona a si mesmo os meios de durar. Tal análise, ainda que pareça um tanto desconectada da vertente política aqui tratada, constitui um contraponto interessante às condições adversas enfrentadas pelos partidos brasileiros, em especial, os comunistas ou adeptos de posturas socialistas.

Verifica-se, nesse sentido, que o surgimento e a permanência ou não das agremiações comunistas no Brasil constitui um fenômeno político objetivo, baseado em sua possibilidade de responder às grandes questões sociais que se apresentavam nos diferentes momentos sociais do país. Contudo, uma de suas maiores forças não pode ser desconsiderada, qual seja o arcabouço teórico que sempre acompanhou esta ideologia,

⁵ BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (Org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/FGV, 1996. p. 67.

⁶ BERSTEIN, Serge. Op. cit., p. 67.

tornando o partido uma “espécie de religião”, assim interpretado por Antonio Gramsci⁷, como sendo “uma atividade política que nasce enraizada na economia, uma paixão organizada de modo permanente, uma forma política que é índice da entrada das massas na vida política – elementos que estão na base de sua longevidade e capacidade de sobrevivência”⁸.

A escolha do tema e a maneira como será construído este estudo refletem uma inquietação particular de trabalhar, na perspectiva historiográfica, a atuação dos partidos de esquerda⁹ no Brasil, nas décadas mais turbulentas da história política brasileira, o regime militar que perdurou durante os anos 1960, 1970 e parte da década de 1980. A opção pelos agrupamentos de resistência e favoráveis aos ideais revolucionários constituem um interesse de longa data, cujas raízes encontram-se nas memórias familiares e na formação acadêmica.

No tocante à relevância histórica do tema acrescenta-se a singular persistência das idéias socialistas no Brasil, enquanto estas mostram um progressivo desaparecimento no restante do mundo. Num evidente movimento anacrônico, o socialismo de caráter mítico, na maioria das vezes desconsiderando as experiências do socialismo real, continua a se propagar no país, [res]urgindo incontestemente no ideário de determinados partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores (PT) e o próprio Partido Comunista do Brasil (PC do B).

⁷ Antonio Gramsci (1891-1937) foi um dos fundadores do Partido Comunista Italiano (PCI) em 1921 e um destacado teórico da ideologia comunista, os pontos principais de sua obra tratam sobre a necessidade da classe operária ir além de seus interesses corporativos e do papel político da cultura e da ideologia na condução das massas. As idéias de Gramsci, como a de que a luta política era fundamental para a constituição do sujeito revolucionário, influenciaram diversas correntes comunistas e de esquerda brasileiras no decorrer das décadas de 1960 e 1970, sendo um dos sustentáculos do PRC nos primeiros tempos de sua existência. Para uma visão geral ver: MAESTRI, Mário e CANDREVA, Luigi. *Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

⁸ COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 103-152.

⁹ O uso dos termos *direita* e *esquerda* neste trabalho encontra embasamento teórico na obra de Norberto Bobbio, que defende a permanência destes no cenário político contemporâneo. Em termos gerais, *esquerda* designa aquele conjunto de forças que luta, essencialmente, por transformações numa determinada ordem social e política (essencialmente o capitalismo), transformações que resultem na instauração de uma nova ordem, ou transformações que resultem na reformulação da ordem vigente. Mesmo que o teor e o grau das mudanças possam variar, de acordo com uma esquerda mais ou menos ‘radical’, o que está presente em qualquer esquerda é o caráter contestatário assumido. Já a *direita* designa, no âmbito político, aquelas forças favoráveis à manutenção de uma ordem social e política. A direita se preocupa, basicamente, em conservar e não alterar um sistema que está dado. Isso pelo fato de que a manutenção de um sistema, tal como ele foi instaurado e tal como ele se apresenta, é amplamente favorável aos interesses econômicos, sociais e políticos daqueles que compõem as forças de direita. Para uma visão mais ampla: BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significações de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

Considerando a particular situação da chegada ao poder por partidos ditos de esquerda no país, analisar a exposta dissidência do PC do B no contexto atual constitui uma tentativa de diagnosticar os caminhos e influências sofridas por esta mesma via política, no decorrer do breve percurso da redemocratização política nacional a partir dos anos 1980. Em outros termos, a efetivação deste trabalho pretende contribuir com a ampliação dos estudos relativos às construções e reconstruções da sobrevivente esquerda brasileira, considerando o caso específico e abrindo vias para a continuidade da pesquisa sob óticas diferentes.

A resistência ao regime militar abarcou inúmeras estratégias de luta, com divergências salientes. Cada organização tinha a sua e era comum surgirem discordâncias dentro das próprias organizações, que acabavam provocando novas dissidências. Tal processo, quase sempre, era antecedido por um período de autocrítica da linha até então adotada pela organização, momento esse em que se produzia uma rica e esclarecedora documentação interna, reveladora da postura teórica das lideranças, de expressivos militantes e de intelectuais ligados ao movimento.

No caso das discussões que levaram ao surgimento do PRC, a vasta e praticamente inexplorada documentação existente pode trazer à tona importantes elementos históricos do período, das opções extremistas pela luta armada, da violenta repressão governamental e da atualização do pensamento comunista no Brasil, além de outros temas que derivam da análise das centenas de documentos originais que constituem o escopo principal desta pesquisa e que, pela sua importância e singular contribuição à história política, justificam a necessidade da realização deste trabalho.

Mesmo em se tratando de um estudo de história presente, temporalmente definido entre os anos 1979 e 1984, a compreensão do tema necessita que se remonte às origens das organizações partidárias comunistas brasileiras ainda no início do século XX. Considerado do ponto de vista do historiador, acostumado a tratar de fatos situados no mais remoto passado, esta revisão revela um quê de presentismo e sua análise, sem a erudição que a distância temporal proporciona, pode parecer um tanto precipitada. Para tanto, recorre-se aos teóricos que vêm tratando sobre a questão do ponto de vista científico, considerando a história do presente e do imediato como contribuições indeléveis ao conhecimento da história como um todo.

Segundo as observações efetivadas por Lacouture¹⁰, os historiadores abriram mão, por um largo espaço de tempo, de tratar do tempo presente e, mais ainda, de se manifestarem sobre o imediato. Este espaço tem sido ocupado pelos sociólogos, pelos cientistas políticos, pelos próprios políticos e pelos jornalistas. Foi somente na década de 1980, ainda que o movimento tenha iniciado isoladamente já nos anos de 1960, de acordo com o exposto por Chaveau e Tétard¹¹, com o [res]urgimento do interesse pelas mentalidades, pelo político e pelo cultural transcendendo as sociabilidades dos historiadores, que se dá um movimento de “retorno”, emergindo uma preocupação crescente com o estudo do passado próximo e com o imediato.

Necessário se faz observar é que se faz história bem antes que história do tempo presente. O historiador do presente trabalha sobre um passado mais próximo, com os acontecimentos indefinidos ou, até mesmo, no meio deles. Sem negar as especificidades que a marcam, importa considerar que por seus objetivos, seus métodos, suas fontes, a história do presente em nada difere da história do século XIX.

Analisando a questão do *tempo* do historiador, Jean François Sirinelli¹² destaca que “o historiador trabalha sobre o passado, mesmo que próximo, isto é, sobre o que está abolido”. Não é possível um retorno ao passado por meio de um presente totalmente desconexo daquele. O que ocorre é que, esse historiador, qualquer que seja sua especialidade cronológica, está imerso em seu presente e, longe de pensar que “é de nenhum tempo e de país nenhum”, ele sabe que está ligado por múltiplas fibras a seu tempo e à comunidade a qual pertence.

Nesse contexto, considera-se que, a grande novidade desta retomada dos estudos de história política, se comparada às formas tradicionais advindas do século XIX, encontra-se situada em relação às fontes, ao padrão da narrativa dos acontecimentos, ao trabalho proposto em moldes de longa duração e, fundamentalmente, em termos da abordagem de seu objeto. O Estado encontra-se situado no centro das preocupações fundamentais dessa nova história política. O que se pensa agora envolve os partidos políticos, as disputas eleitorais, as ideologias políticas, enfim, resgata-se a ação dos homens no campo político,

¹⁰ LACOUTURE, Jean. A história imediata. In: LE GOFF, Jacques (Org.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 220.

¹¹ CHAVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe. Questões para a história do presente. In: CHAVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 11-12.

¹² SIRINELLI, Jean François. Ideologia, tempo e história. In: CHAVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe. Op. cit., p. 78.

reconhecendo-se, assim, a pluralidade e a longa duração dos fenômenos que envolvem esse campo¹³.

A política como esfera das ações cotidianas mais específicas não existe apartada de uma *cultura política* que lhe conforma e que lhe imprime significação histórica. Entendendo que é justamente na conciliação de temporalidades que o social melhor pode se apresentar aos olhos, verifica-se que a melhor história política, ainda que dita contemporânea, deve estar contida num arranjo ideal em que, na construção do particular, permita, ao mesmo tempo, moldar o geral.

Fazer a história política do presente implica assumir uma posição frente aos acontecimentos e à ordem do mundo que, muitas vezes, exige também uma decisão política: a de estabelecer uma perspectiva de futuro na ação que nos move no tempo. Acerca do questionamento efetivado por Agnes Heller, sobre se “os historiadores podem se eximir de enfrentar a ética da responsabilidade pelo futuro?”, qualquer resposta positiva pode levar à impossibilidade de se fazer a “história do presente”, pois esta convive muito mal com a imparcialidade ou, para melhor dizer, com a “falta de posição”¹⁴.

A partir do final dos anos 1970, dezenas de textos teórico-políticos apareceram na imprensa legal e clandestina. No interior do PC do B, João Amazonas manipulava a aritmética burocrática da representação, garantindo maioria. Comitês Regionais e frações da Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Pará e Paraná, impossibilitados de colocar uma cunha no domínio dos *chefes infalíveis*, abriram o debate interno sobre a guerrilha e reivindicaram a convocação do Congresso, maior instância, para “o aprofundamento do debate sobre a luta guerrilheira do Araguaia”, pois a discussão era uma “necessidade premente e inadiável”, conforme a carta do Comitê Regional da Bahia ao Comitê Central, de janeiro de 1980. Em março, um *Informe do CC* negou o pedido e advertiu os postulantes, criticando-os “por conduta antipartidária”. Em outro documento, os dissidentes instigaram a direção a prestar conta pela “chacina de dezenas de militantes comunistas”¹⁵.

Em setembro de 1979, os dissidentes promoveram a *Reunião Nacional de Consultas* e convocaram o VI Congresso Extraordinário do PC do B. Organizaram ativa e polêmica

¹³ Cf. FERREIRA, Marieta Morais. A nova “velha história”: o retorno da história política. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. n. 10, v. 5, 1992. p. 268.

¹⁴ HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993. p. 51.

¹⁵ GOLIN, Tau. *Um espectro ronda a esquerda brasileira*. In: *Jornal Zero Hora*. Caderno de Cultura. Porto Alegre, 1º de junho de 1996. p. 4-5.

imprensa clandestina, instalaram institutos de estudos de filosofia e política, publicaram revistas, promoveram seminários e palestras. Essas atividades teóricas, em muitos aspectos heréticas, atraíram militantes de outras organizações, sindicalistas, estudantes, intelectuais, artistas, professores, profissionais liberais e marxistas independentes. As duas forças do PC do B, os seguidores de Amazonas e os comitês dissidentes, entraram em um processo irreconciliável, funcionando como estruturas distintas. No início dos anos 1980, já grande parte dos militantes da tendência crítica, na verdade, não participara do racha inicial. O surgimento de uma outra organização era irrevogável. Assim, em 1984, apareceu o Partido Revolucionário Comunista¹⁶, com um programa de refundação do marxismo-leninismo e com a preocupação de estudar mais profundamente a sociedade brasileira. No lastro de uma década, exercitou tão radical autocrítica que se auto-extinguiu, optando preferencialmente pela militância petista.¹⁷

Considerando as argumentações acerca dos fatos, vislumbra-se a necessidade de se realizar um estudo específico sobre as interpretações efetivadas pelos teóricos e militantes, futuros integrantes [ou não] do PRC, relativas à concepção de partido comunista e ao balanço posterior sobre as ações guerrilheiras adotadas pelo PC do B. Destaca-se o fato de que alguns autores são os próprios sobreviventes do Araguaia, como é o caso de José Genoíno Neto¹⁸. Crê-se que a real problemática a ser revelada neste trabalho se refere ao arcabouço teórico e crítico produzido no interior do partido, que representa um ideário e um momento específico do desenvolvimento político e intelectual do comunismo brasileiro.

Reitera-se que a realização deste estudo encontra sua importância inicial no revigoramento da história política, enquanto vertente privilegiada de análises, uma vez que, tal como destaca Rémond, “admite-se, hoje em dia, que o político também pode ser um objeto de conhecimento científico assim como um fator de explicação de outros fatos além de si mesmo”¹⁹. Preterida por longo tempo e ocultada por fatores óbvios, a história política

¹⁶ Significativo para essa revisão histórica do surgimento do PRC é o depoimento de Tarso Genro, um dos fundadores do partido, na obra de: ROSSIAUD, Jean e SCHERER-WARREN, Ilse. *A democratização inacabável – As memórias do futuro*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-113.

¹⁷ GOLIN, Tau. Op.cit., p. 4-5.

¹⁸ José Genoíno é político e já atuou como governador do Estado de São Paulo e como deputado federal em diversos mandatos. Participou da guerrilha do Araguaia e, mais tarde, tornou-se presidente do Partido dos Trabalhadores (PT).

¹⁹ RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAVEAU, A. e TÉTARD, Ph. (Org.) *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: Edusc, 1999. p. 51.

brasileira sobre as décadas de 1960 a 1980, considerada uma história do presente²⁰, vem se tornando objeto de diferentes interpretações de historiadores, intelectuais e, especialmente, jornalistas, que procuram trazer à luz os depoimentos, os fatos, as conspirações, os documentos e as conseqüências diversas do período ditatorial na vida social do país.

É preciso reforçar a idéia de que o que ocorre atualmente não é um *retorno* ao político, o que daria a idéia de regressão, mas uma *nova reflexão* sobre o campo do político, permitindo que se vá além das relações que fazem referência ao poder. Contudo, o debate ainda é amplo e refutando as afirmações de Le Goff, Rémond considera que, certamente, “o poder é o ponto máximo”. O poder supremo, aquele que se exerce numa sociedade global, no interior de um território definido por fronteiras, dispondo do poder de coerção, definindo a regra com a lei e sancionando as infrações, é o único poder que tem todos esses atributos. Mas há também a conquista e a contestação desse poder, e a relação do indivíduo com a sociedade global política – de onde o estudo de comportamentos, das escolhas, das convicções, das lembranças, da memória, da cultura. O político toca a muitas outras coisas. Não é um fato isolado. Ele está evidentemente em relação com os grupos sociais e as tradições de pensamento²¹.

Nesse sentido, presume-se interessante, igualmente, a análise voltada para o surgimento das dissidências teórico-políticas, ou simplesmente, os *rachas* ocorridos no interior dos partidos comunistas brasileiros, por revelarem pontos convergentes e divergentes nas organizações políticas e possibilitarem sua relação com os acontecimentos. Jean-Jacques Becker, examinando a questão do *Marxismo e comunismo na história recente*, denota que no mundo europeu esse foi considerado um *tema quente* por muito tempo, com o trabalho histórico sendo utilizado para vilipendiar e, até mesmo, combater abertamente a opção comunista. Tais esforços correspondiam a uma das idéias-força de Stálin, segundo a qual “quanto mais os sucessos do comunismo fossem estrondosos, mais as forças hostis tendiam a agredi-lo e tornavam necessária uma repressão sem falhas, sem fraquezas e sem limites”²².

²⁰ Sobre a história do presente ver obra de HOBBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 243-255.

²¹ RÉMOND, René. O retorno do político. In: CHAVEAU, A. e TÉTARD, Ph. (Org.) Op. cit., p. 58.

²² O líder do Partido Comunista Soviético (PCUS) no período de 1924 a 1953, Josef Stálin (1879-1953) é aqui citado pelo autor na intenção de demonstrar o grau de força e isolamento que o comunismo alcançou e que, justamente por essas características, na atualidade o transformaram em um dos temas mais revisitados da historiografia. BECKER, Jean-Jacques. *Marxismo e comunismo na história recente*. In: CHAVEAU, A. e TÉTARD, Ph. (Org.) Op. cit., p. 63.

Com o declínio do comunismo, as originalidades dos diferentes partidos se acentuaram, justamente pelo enfraquecimento da autoridade da União Soviética, o que teve reflexos em todos os países e, também, no Brasil. A partir daí, o estudo do fenômeno comunista surge como uma via particularmente promissora, como uma história que, mais do que no passado, “tem chances de ser feita longe dos projetores da moda”, ela dispõe ainda de imensos canteiros de pesquisa e de campos de pesquisa, sendo, por isso, considerada um campo de análise privilegiado e necessário no âmbito das produções acadêmicas²³.

O ponto de partida para a realização deste estudo é a seleção criteriosa e a leitura atenta para a construção de uma revisão bibliográfica consistente acerca da existência dos partidos comunistas no Brasil, suas diversas cisões e os resultados práticos ou teóricos de sua atuação legal ou clandestina, em especial, a partir da década de 1970, quando a luta armada se torna uma questão premente no país. Foram buscadas obras biográficas, autobiográficas [um misto de memória oficial e memória individual], além de livros de caráter historiográfico produzido por intelectuais e historiadores do comunismo e suas vertentes, especialmente, no Brasil e na América Latina.

Para analisar a questão específica do trabalho, a dissidência do PC do B e posterior formação do PRC, a principal referência de estudo será a *memória oficial* do partido, ou seja, as fontes documentais produzidas pelos próprios militantes do PC do B e, até onde se pode inferir, por alguns militantes do futuro PRC. A documentação não é apenas significativa em termos de quantidade, mas de diversidade, sendo constituída de arquivos de documentos originais em nível nacional, em caráter especial, bem como proveniente de comitês regionais e municipais²⁴.

Igualmente, são utilizados na pesquisa, na medida possível de sua obtenção, jornais e revistas do PC do B e PRC, artigos e livros escritos por militantes do partido, além de outros documentos oficiais como informes, resoluções políticas, manifestos e teses. Nesta análise, será dada particular atenção para as considerações de Pandolfi:

A análise de uma publicação clandestina, de circulação restrita, tem de ser diferenciada de uma outra publicada e distribuída legalmente. Algumas têm objetivo meramente informativo. Outras, mais teóricas, destinam-se à formação política e ideológica dos membros do partido. Outras ainda pretendem atingir um universo mais amplo: visam dialogar com diversos

²³ Cf. BECKER, Jean-Jacques. Op. cit., p. 71.

²⁴ As fontes primárias pesquisadas constituem-se de um arquivo nacional, assim nomeado pelo nível de sua divulgação e de arquivos regionais e/ou municipais provenientes dos Estados da Bahia e de São Paulo.

segmentos da esquerda ou até mesmo com um público não-comunista de um modo geral²⁵.

Numa reflexão sobre o grau de presentismo da análise histórica que se pretende delinear é preciso compreender os riscos a que a mesma se expõe, uma vez que esta não dispõe de todos os arquivos, muitos dos quais não se encontram *abertos* ou foram deliberadamente destruídos para acobertar interesses óbvios. É necessário destacar que os arquivos utilizados não representam visões sacralizadas dos fatos e que a impossibilidade de efetivar cruzamentos com fontes secundárias abundantes ou documentos substitutos torna ainda mais complexa a tarefa de apresentar convenientemente a hierarquia dos fatos e temas presentes neste estudo.

É preciso esclarecer que a intenção aqui não é reconstituir toda a trajetória dos partidos comunistas brasileiros ou fazer uma abordagem linear sobre a trajetória das organizações de esquerda, mas analisar as múltiplas interpretações construídas pelos partidos selecionados a respeito de alguns episódios que marcaram a sua história e demonstrar como estas foram determinantes para as revisões teóricas e rupturas sofridas no interior da organização partidária comunista no Brasil.

Para tanto, o primeiro capítulo pretende realizar uma abordagem acerca da origem dos agrupamentos comunistas no Brasil, consubstanciada na formação do *Partido Comunista Brasileiro* (PC do B, mais tarde PCB) em 1922, estendendo-se até o momento da ruptura que cinde o comunismo em âmbito nacional, o surgimento do *Partido Comunista do Brasil* (PC do B) em 1962 e as conseqüentes derivações desta experiência. Sendo assim, o capítulo inicial pretende resgatar passagens significativas para a inserção do PC do B no quadro político nacional, determinando algumas das vicissitudes desta formação até meados da década de 1970.

O segundo capítulo deste estudo aborda especificamente questões teóricas de fundo ligadas à dissidência partidária em questão, qual seja, as discordâncias internas que podem ser captadas a partir da leitura da documentação proveniente do Partido Comunista do Brasil (PC do B) durante os anos de 1979 e 1984, constante do Arquivo Especial do Partido Revolucionário Comunista (PRC), que giram em torno do combate ao regime militar, à linha política do partido na conjuntura pré-abertura e a inconclusa análise crítica sobre a guerrilha do Araguaia.

²⁵ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 21.

É precisamente no terceiro capítulo que surgem, com base em citações extraídas da documentação, as matizes do grupo dissidente, o direcionamento que conduz os militantes, descontentes com as posturas tidas como conformistas e reformistas do partido comunista, a entrarem em confronto direto com seus dirigentes, uma *queda de braços* iniciada teoricamente que os levaria ao processo de expulsão e/ou saída para formação de um novo partido. O encerramento das pretensões da pesquisa se dá no momento da ruptura, não na sua concretização, ou seja, na fundação do Partido Revolucionário Comunista (PRC), que constitui outro foco de análise para um possível segmento dos estudos.

Algumas hipóteses podem ser previamente utilizadas como referencial para a compreensão da problemática existente no interior da pesquisa, tais como a dificuldade nunca solucionada dos comunistas brasileiros em agregar um número significativo de militantes sob laços ideológicos transplantados do exterior, ou seja, que nunca tinham como origem a realidade brasileira, por vezes sequer a realidade latino-americana. Essa reprodução de modelos exteriores gerou algumas ações tidas como precipitadas e aventureiras pelos próprios comunistas brasileiros, caso das guerrilhas somente iniciadas ou realmente efetivadas, que foram alvo de inconciliáveis debates e rompimentos prematuros. Por fim, as tentativas de reorganização dos comunistas sectários se deu sem um direcionamento objetivo, seguindo vias alternativas ou até inexistentes, que não souberam ou não puderam ultrapassar os erros anteriores, pois novamente aderiam a teorias importadas e não assimilavam as reais necessidades do contexto social do país.

Estes e outros temas permeiam a elaboração desta dissertação que se pretende mais uma contribuição às pesquisas iniciantes sobre o tema, que apresenta originalidade em função de acrescer passagens da documentação interna do PC do B localizada e analisada para sustentar os argumentos deste trabalho sobre a dissidência comunista.

CAPÍTULO 1 – O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PC do B)

O presente estudo não pretende conformar-se como a história de um partido, mas como uma tentativa de historicizar o debate interno emergido das discordâncias entre militantes, no caso do Partido Comunista do Brasil (PC do B), gerando como consequência, inevitável para o momento, a criação de uma nova sigla partidária conhecida como Partido Revolucionário Comunista (PRC), o qual agregaria um conjunto diversificado de elementos descontentes com os rumos tomados pelo partido e pelos caminhos para o qual o comunismo, tanto nacional, quanto internacionalmente, rumava.

Tais debates formularam-se acerca de questões de natureza política e partidária variada, mas são identificáveis temas geradores nestas discussões que podem ser buscadas em uma revisão da trajetória do PC do B, servindo como fundamentação às indagações presentes na documentação examinada.

1.1 De PCB a PC do B – Fundações e refundações

A origem do Partido Comunista Brasileiro (PCB) já foi objeto de inúmeros estudos analíticos e reconstituições factuais. Em artigo do historiador Décio Freitas, encontram-se referências aos 80 anos de fundação do Partido Comunista Brasileiro, destacando seu papel como primeiro partido de caráter nacional na República e também o primeiro partido esquerdista de caráter nacional. Além disso, o autor reconstrói os antecedentes dessa formação partidária afirmando que:

O que havia antes de 1922 eram grupos esparsos de anarco-sindicalistas, autodenominados "comunistas-anarquistas". Em 1919, formaram o Partido Comunista do Brasil, inteiramente anarquista, tendo José Oiticica como principal teórico e Astrogildo Pereira como diretor do Jornal *Spartacus*. Depois que, no ano seguinte, os anarquistas russos se insurgiram contra o autoritarismo bolchevique, sofrendo perseguição, prisão e morte, deu-se no Brasil o racha entre anarquistas e pró-bolcheviques. Estes se multiplicaram: o primeiro foi a Liga Comunista, em Livramento, fundada por Santos Soares, seguindo-se o Centro Comunista de Passo Fundo e a União Maximalista de Porto Alegre, fundada pelo ex-anarquista Abílio Nequete²⁶.

Um outro foco de análise é efetivado por Raul Carrion, em seu artigo *Dos primeiros partidos operários à formação do Partido Comunista do Brasil*, onde se registra que em plena onda de greves iniciada nos anos 1917 e 1919, os trabalhadores já procuravam avançar sua organização, ocorrendo, neste ínterim, a fundação do Partido Comunista do Rio de Janeiro, em 9 de março de 1919, aberto para “anarquistas, socialistas e todos os que aceitarem o comunismo social”; bem como do núcleo de São Paulo do Partido Comunista, em 16 de junho do mesmo ano, além da realização da “Primeira Conferência Comunista do Brasil”, em 21 de junho, onde se reúnem 22 delegados representando grupos “comunistas” do Distrito Federal, Alagoas, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. Devido à repressão, tal conferência seria forçada a reunir-se nos dias 22 e 23 na cidade de Niterói, mas o encontro acaba sem chegar a um acordo sobre o programa do novo partido²⁷.

São, também, dados obtidos pelo autor, de que esse chamado Partido Comunista possuía uma contradição insolúvel, sendo por um lado constituído, na sua imensa maioria, por convictos “libertários” e por outro, constituía-se como “partido” (considerado a negação do apoliticismo anarquista), sendo também defensor entusiasta da Revolução Russa, pela qual a classe operária havia colocado na prática a questão da “tomada do Poder” e da constituição de um “Estado proletário” (inaceitável na concepção anarquista). A conclusão óbvia foi a total inoperância da pretendida organização partidária, que somente encontrou solução nos idos de 1922 com a definitiva cisão entre anarquistas e aspirantes do comunismo.

²⁶ Citado por FREITAS, Décio. *A esquerda que falhou*. In: Jornal Zero Hora. Porto Alegre, 16/06/2002. p. 15. Outros detalhes sobre o tema podem ser buscados em DEL ROIO, Marcos. Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*. v. 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2002. p. 19-28.

²⁷ CARRION, Raul. *Dos primeiros partidos operários à formação do Partido Comunista do Brasil*. In: Centro de Estudos Marxistas. *As portas de Tebas: ensaios de interpretação marxista*. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 209-210.

Em Edgard Carone, reconhecido historiador do processo evolutivo do Partido Comunista Brasileiro (PCB) com a publicação de uma trilogia sobre o mesmo, encontra-se a afirmação de que “o mais antigo dos grupos comunistas existentes no Brasil era o de Porto Alegre, organizado em novembro de 1918 sob a denominação de União Maximalista”²⁸, contudo, fica claro tratar-se de uma reunião de membros anarquistas, simpatizantes da obra do Partido Comunista Russo e da Terceira Internacional. Para o autor: “só lentamente, mercê das lições e experiências da Revolução Russa e pela leitura direta da literatura bolchevista, foi a ideologia mais ou menos caótica até então predominante se transformando e firmando num sentido marxista”²⁹.

Convém denotar que, sob a ótica do avanço das concepções marxistas, Moraes destaca o interesse restrito das obras de Marx até os episódios de outubro de 1917 a pequenos círculos de simpatizantes do socialismo. Segundo este: “além das limitações do trabalho teórico próprias aos países ‘periféricos’, a demora na recepção dos escritos de Marx deveu-se, entre nós, ao predomínio do positivismo nos meios intelectuais progressistas e ao do anarquismo no movimento operário”. Somente com a vitória da revolução bolchevique, que significava um ascenso da ideologia que inspirara seus participantes, é que “do anarquismo operário e do positivismo intelectual os mais entusiastas e determinados passaram ao comunismo”³⁰.

O efetivo surgimento de uma agremiação reporta à fundação do Partido Comunista, Seção Brasileira da III Internacional Comunista³¹ (PC-SBIC)³², no Congresso realizado nos dias 25, 26 e 27 de março de 1922, em sessões realizadas no Sindicato dos Alfaiates e

²⁸ CARONE, Edgard. *O PCB (1922-1943)*. Volume 1. São Paulo: Difel, 1982. p. 19.

²⁹ CARONE, Edgard. *Op. cit.*, p. 19.

³⁰ Sobre a questão da consciência política dos marxistas brasileiros, ver MORAES, João Quartim. A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros. In: MORAES, João Quartim de (Org.) *História do marxismo no Brasil II*. Os influxos teóricos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995. p. 55-56.

³¹ A III Internacional, também chamada de Internacional Comunista ou Comintern – foi fundada em Moscou em março de 1919 por iniciativa dos bolcheviques, após a vitória da Revolução de Outubro na Rússia e numa época de grande agitação revolucionária na Europa Central. Num movimento de rompimento com o passado, reforma e revolução passaram a ser considerados termos contraditórios. Em pouco tempo, a social-democracia transformou-se no inimigo maior dos comunistas. A partir de então, cristalizou-se no interior do movimento comunista a idéia de revolução como sinônimo de uma ruptura brusca e radical com a ordem econômica, social e política vigente. A revolução também passou a ser percebida como um desdobramento inevitável do desenvolvimento do capitalismo na sua etapa superior, o imperialismo. Ainda que se tenha acentuado por longo tempo os aspectos de ruptura entre a II e a III Internacional, recentes revisões historiográficas vem demonstrando que os elementos de continuidade entre as duas Internacionais são mais fortes do que se supunha. BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 197-198.

³² O PCB foi criado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista, passando pouco depois a ser chamado Partido Comunista do Brasil e só vindo a adotar a denominação Partido Comunista Brasileiro em 1961, sob a liderança de Prestes, numa tentativa de conquistar a legalidade do partido, o que acabou por propiciar seu processo de cisão.

Metalúrgicos, no Rio de Janeiro, e na residência da família de Astrojildo Pereira, em Niterói³³. Do evento de fundação participaram apenas nove delegados representando 73 membros, profissionais liberais e operários, representando os agrupamentos comunistas existentes no Distrito Federal, Niterói, São Paulo, Recife, Cruzeiro e Porto Alegre. Dentre os delegados presentes no I Congresso, oito eram egressos do anarco-sindicalismo e apenas um do movimento socialista³⁴.

Este grupo de delegados agia em nome de grupos estaduais que vinham questionando a problemática da Revolução Russa e a necessidade de uma nova organização revolucionária. Sabe-se que o objetivo daqueles militantes que fundaram o Partido Comunista era claro: *conquistar o poder político pelo proletariado e transformar a sociedade capitalista em comunista*. O partido da classe operária brasileira deveria, também, lutar e agir pela compreensão mútua internacional dos trabalhadores. Essa seria, igualmente, a razão de ser dos demais partidos comunistas criados em vários países após a Revolução Russa³⁵.

No Brasil de 1922, sem nenhuma mediação, pregava-se, por via insurrecional, a instalação direta e imediata de um regime modulado pelo “soviético”³⁶. Poucos anos depois, sem abrir mão do objetivo maior, a percepção era que o comunismo só poderia ser implantado no país após a realização de uma revolução do tipo *burguesa*. A transformação da sociedade brasileira deveria ocorrer por etapas.

Em sua extensa análise dos diferentes períodos que o partido comunista viveu ao longo dos anos, Carone³⁷ verifica que são muitas as dificuldades enfrentadas por este em seu estabelecimento, tais como a falta de uma tradição organizatória partidária, a existência do predomínio de correntes reformistas entre os trabalhadores brasileiros, a oposição do movimento anarquista, a quase total ignorância sobre a filosofia e a tradição marxista no

³³ O PCB é tido como a mais antiga agremiação partidária do Brasil, uma vez que os partidos nacionais só vão surgir em 1945.

³⁴ PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995. p. 70.

³⁵ PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 71.

³⁶ Basicamente entre 1919 e 1921 formaram-se diversos partidos comunistas, sessões nacionais da Internacional Comunista, que deveriam congregar em cada país apenas os *revolucionários*, os defensores mais corajosos e lúcidos da classe operária. Definindo a situação política mundial como aguda crise revolucionária, o Comintern, cuja função maior era ser o *partido mundial da revolução*, exigia de seus filiados disciplina férrea. As suas decisões deveriam ter força de lei. Ainda que não tivesse a mesma força e organização, para aquele pequeno grupo que fundou o Partido Comunista, a idéia era fazer no Brasil, o mesmo que havia sido feito na Rússia em 1917. Pouco importava se sua criação se dava num momento em que a revolução na Europa era mais uma utopia do que um projeto concreto.

³⁷ CARONE, Edgard. Op. cit., p. 3-4.

Brasil, dentre outras questões destacadas, como a dificuldade em criar canais para a divulgação de seu pensamento.

Na forma de crítica às debilidades existentes desde os primeiros tempos de existência do partido, Brandão avalia que, do ponto de vista da origem e da composição social de seus quadros, especialmente os dirigentes, é comum se observar que a extração pequeno-burguesa da maioria deles é responsável pela peculiar debilidade da esquerda marxista. Ao lado do viés militarista e da tradicional estratégia frentista, seria esta, de fato, uma das três grandes características nacionais, diferenciadoras do brasileiro em relação ao comunismo em geral³⁸. Os próprios comunistas freqüentemente formulam auto-apreciações semelhantes, valendo-se do apelo à *origem pequeno-burguesa* como um *paspartout*, fator explicativo geral e recorrente de seus fracassos, erros e mudanças de linha política.

A composição social dos quadros dirigentes, oriundos, em sua grande maioria, da pequena burguesia, é um dos problemas freqüentemente citados nos estudos sobre a decadência anunciada do PCB, conforme assinala clássico trabalho de Martins Rodrigues³⁹. De certo modo e, ironicamente, o PCB pagou o preço imposto por uma forma de sociabilidade que ele, ao longo de sua história, buscou alterar, procurando construir formas alternativas de hegemonia.

À semelhança da maioria dos partidos comunistas europeus e dos principais latino-americanos, o brasileiro nunca esteve na primeira divisão do jogo político, nem mesmo quando emerge, ao final da segunda grande guerra, com o prestígio da resistência ao fascismo e à ditadura estadonovista, mas constitui importante força política, mesmo nas piores fases de sua história, sendo o seu papel nas lutas contra as ditaduras e pelo desenvolvimento democrático do país maior do que estava disposto a reivindicar na época ou do que os seus aliados e inimigos estavam dispostos a conceder-lhe subseqüentemente. Com isso, Brandão citando Chilcote afirma que “os comunistas influenciaram certas decisões

³⁸ BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva*. As duas almas do Partido Comunista – 1920/1964. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 196-197.

³⁹ “Os dados disponíveis indicam uma proporção elevada de membros das classes baixas entre os militantes do PC embora os principais dirigentes fossem geralmente ‘intelectuais’. A partir de 1930, aumentou ainda mais a influência dos membros das classes médias nos organismos de direção do PCB. Essa influência ‘pequeno burguesa’ tem sido ressaltada inclusive pelos dirigentes comunistas”. Ver: RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Org.) *O Brasil republicano III*. São Paulo: Difel, 1981. p. 384.

políticas e econômicas governamentais, ainda que tenham sido geralmente excluídos do processo formal de tomada de decisões”⁴⁰.

Durante os anos 30, o Partido Comunista Brasileiro foi fortemente marcado pela cultura stalinista que se espalhou, em maior ou menor escala, por todas as organizações ligadas à Terceira Internacional, bem como pela inserção em suas fileiras de amplos contingentes oriundos do tenentismo de esquerda, a começar pelo próprio Luis Carlos Prestes. Mesmo vivendo uma grande crise e com continuadas fraturas em sua estrutura, na metade dos anos 40, o PCB viveu duas diferentes fases, consubstanciadas por Rodrigues de Almeida como sendo a fase dos escassos anos de 1945-1947, “os únicos em que o partido teve existência legal em todo o período da chamada democracia populista”. O PCB transformou-se num partido de massas com 200 mil membros e 10% do eleitorado nacional. A definição de sua linha política programática era, de certa forma, a mesma dos anos de 1930: “realizar uma revolução democrático-burguesa, antifeudal e antiimperialista”, o que mudava era a adoção de uma linha pacífica para a execução dessa tarefa – que se expressava na proposta de “união nacional”, ou seja, privilegiava uma aliança com a burguesia nacional⁴¹.

É preciso denotar que nesse exato período, imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, a URSS procurava tranquilizar seus aliados mostrando não ter planos expansionistas. Em 1943, numa atitude de razões contraditórias, Stálin havia dissolvido a Internacional Comunista e, de qualquer forma, entre 1945 e 1947, a linha política do PCB coadunava-se perfeitamente com a política internacional pacifista russa e reiterava seu alinhamento incondicional ao Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Já em 1948, com a guinada do governo Eurico Gaspar Dutra à direita, numa clara adesão à Guerra Fria, iniciou-se uma ampla repressão aos trabalhadores, com amplo e irrestrito recurso aos dispositivos herdados da estrutura sindical corporativista; romperam-se relações diplomáticas com a URSS, o PCB foi colocado na ilegalidade e os parlamentares eleitos sob sua legenda perderam os mandatos.

A privação de um debate aberto e amplo, a repressão e a clandestinidade, especialmente entre o período 1948 a 1954, foram, talvez, as causas mais precisas da

⁴⁰ CHILCOTE, Ronald H. The Brazilian Communist Party. In: BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva. As duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 25.

⁴¹ ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-1964. In: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOVA, Maria Izabel (Orgs.) *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 87-89.

radicalização da tática revolucionária que o PCB empreendeu nesta fase. Na interpretação de Gorender, o partido vivia um “extremismo ressentido” e sua direção nacional teria mudado radicalmente do pacifismo à pregação da violência revolucionária imediata. Esse desequilíbrio passional teria imprimido um tom “catastrofista” ao documento publicado em agosto de 1950, assinado por Prestes, em nome do Comitê Central⁴².

Vivendo uma fase de completo isolamento político, gerado principalmente pela oposição inflexível ao segundo governo de Getúlio Vargas, o partido viveu mais uma grande crise ocasionada pelo Programa do IV Congresso, clandestinamente realizado em novembro de 1954, em São Paulo. Quando estoura a crise política de 1954, com o posterior suicídio de Vargas, o PCB é pego de surpresa pela violência da comoção popular e redireciona sua linha de tática política, iniciando uma fase em que voltou a buscar uma inserção na sociedade.

A introdução de uma *retórica catastrófica revolucionária*, percebida neste período, mas expressa desde 1947, justifica-se num rápido olhar sobre o quadro internacional, com a radicalização da Guerra Fria, agravada com o desencadeamento da Guerra da Coreia, e também, em larga medida, no triunfo da Revolução Chinesa, em outubro de 1949, em cuja vitória os redatores do programa de 1954 certamente buscaram inspiração, o que se constata pela presença de propostas do processo revolucionário chinês transplantadas, sem maiores mediações, para a sociedade brasileira⁴³.

Mesmo juridicamente ilegalizado e, portanto, sem registro eleitoral que lhe permitisse participar com sua própria sigla no processo eleitoral, o PCB passa a valorizar as eleições como importante instrumento da luta política. Ele que nas eleições de 1950, pregou o voto branco, em 1955 participa diretamente da campanha para Juscelino Kubitschek (presidente) e João Goulart (para vice), pois a vitória destes, segundo o PCB, daria “um novo impulso às forças democráticas e patrióticas” e determinariam “importante mudança na correlação de forças políticas, favorável à democracia, à paz, à independência e ao progresso do Brasil”⁴⁴. Contudo, será somente a partir de 1958 que essa política eleitoral do PCB vai ganhar contornos nítidos, com a montagem de um esquema de alianças nos Estados, onde terá eficiente papel no apoio a aliados e/ou personalidades locais e nacionais.

⁴² Sobre o documento de 1950 ver: GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1999. p. 21.

⁴³ Para uma visão mais ampla das influências externas no PCB no período em questão ver REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel A. (Orgs.) *História do marxismo no Brasil V*. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002. p. 69-102.

⁴⁴ SEGATTO, Jose Antonio. *Reforma e revolução*. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. p. 127.

A divulgação do *relatório secreto* de Nikita Khrushchev sobre Josef Stálin, em fevereiro de 1956, em que o Primeiro Ministro Soviético acusava o líder soviético, falecido em 1953, de todos os crimes imagináveis e todos os erros cometidos na URSS, negando a própria concepção materialista da História, de que é impossível um indivíduo, isoladamente, exercer tanta influência sobre os destinos de um povo, exerceu efeito devastador e causou imensos danos na estrutura dos partidos comunistas em todo o mundo.

O PCB sofreria forte impacto quando da confirmação da autenticidade do Informe apresentado no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), pois, como os delegados brasileiros participantes do mesmo só retornaram muitos meses depois, até a sua volta a orientação do partido tinha sido no sentido de negá-lo. Este documento faria eclodir uma intensa luta interna entre os comunistas, pois, de um lado, ele justificaria as tendências reformistas e revisionistas de muitos quadros e militantes e, de outro, seria o “sinal verde para uma onda de descontentamento latente contra o dogmatismo e o mandonismo do grupo que há anos dirigia o PCB”⁴⁵.

Durante vários meses, a direção do PCB se manteve oficialmente em silêncio, mas entre a militância o debate explodiu e o silêncio teve de ser rompido⁴⁶. Ao descobrir que o “genial guia dos povos” não passava de um “apocalíptico criminoso”, o partido cindiu-se numa discussão aberta e irrestrita, até que sobreveio uma carta de Luis Carlos Prestes advertindo para o perigo daquela situação. A chamada “carta-rolha” trazia entre outras afirmações, a de que se deveria “consolidar a unidade do Partido em torno do centro único que é o próprio Comitê Central”⁴⁷. A intenção era abafar de vez os debates, que ainda

⁴⁵ PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984. p. 208-209.

⁴⁶ Na análise de Almeida, uma vez que o PCB foi stalinista quando Stálin governou e kruschevista durante o período Khrushchev, isso explicaria a perplexidade do partido no momento de conhecimento do referido relatório. “Como se basear em Stalin quando este entrava em desgraça na própria URSS?” De toda forma, o debate sobre a ‘desestalinização’ não transcorreu de maneira democrática e, com o argumento de que não podia resvalar em anti-sovietismo, foi abrupta e autoritariamente declarado concluído. Cf. ALMEIDA, Lúcio Flávio R. de. *Insistente desencontro: o PCB e a revolução burguesa no período 1945-64*. In: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGO, Maria Izabel (Orgs.) Op. cit., p. 104-105.

⁴⁷ Interessante descrição da organização interna do partido nessa época foi dada pelo próprio Luis Carlos Prestes: “O órgão máximo do PCB é o Congresso, que elege ou destitui o Comitê Central (CC). Dentro do CC, é escolhida a Comissão Executiva, que dirige o partido entre cada duas reuniões do CC, pois este, devido às condições de clandestinidade do partido, nem sempre pode se reunir todo. Na época mais dura da clandestinidade, a Comissão Executiva, que tinha 12 membros, chegou a ser reduzida a apenas cinco membros. Além disso, há o órgão de direção diária do partido: o Secretariado, formado por membros da Executiva e do CC. Em cada Estado, há os comitês estaduais, eleitos pelas conferências estaduais [...] O secretário-geral é o representante do partido e o seu porta-voz; é ele quem dirige a Comissão Executiva e o Secretariado do partido”. In: MORAES, Denis de e VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e autocríticas*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997. p. 230.

perdurariam até abril de 1957, quando o Comitê Central tratou de dá-lo por encerrado com uma resolução sobre a unidade do partido⁴⁸.

A partir daí, cresceu o processo de marginalização dos grupos de oposição mais expressivos e consistentes. De um lado, os autodenominados *renovadores*, liderados por Agildo Barata, inconformados com a suspensão dos debates e partidários de propostas nacionalistas e democráticas. Foram expulsos do PCB em maio. De outro lado, em agosto, os dirigentes *comprometidos* com os aspectos mais gritantes dos erros que se queriam corrigir, entre os quais os métodos de direção autoritários, encarnados especialmente por Diógenes de Arruda Câmara: excluídos da Comissão Executiva do PCB⁴⁹.

Vale considerar que a luta interna no PCB não tem como marco inicial o conhecimento do conteúdo das acusações de Krushev, ela já existia como forma de oposição de grupos desde o Manifesto de 1950 ou na redação de documentos que datam de 1952. Ou seja, houve outras e importantes discussões anteriores, mas a divisão oficial se daria mesmo após o XX Congresso do PCUS.

Foi neste momento que o PCB iniciou o processo de crítica e autocritica em relação ao legado stalinista. Apesar de romper formalmente com o stalinismo, manteve valores e conceitos teóricos que marcaram esta tradição. A concepção de partido predominante ainda se referendava no passado; o partido também não conseguia exercer a democracia em sua plenitude; a exclusão política permanecia como método preferencial para dar término à luta de idéias; e as mudanças internas não colocavam em questão a teoria etapista da revolução brasileira⁵⁰.

Embora abalado pelas conseqüências desta crise, o PCB manteve a hegemonia, agora enfraquecida pela concorrência de outras organizações marxistas e não-marxistas, com inserção no movimento operário e no campo. Enquanto força hegemônica ainda caberia a ele o principal ônus pela derrota da esquerda em 1964. Após o golpe militar, sua direção majoritária conseguiu se impor e manter a linha política adotada até então. O partido implodiu e jamais se recuperaria das diversas cisões que sofreu.

Para Aarão Reis Filho significa que:

⁴⁸ Baseado em: REIS FILHO, Daniel Aarão. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). Op. cit., p. 83-84.

⁴⁹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Op.cit., p. 84.

⁵⁰ Baseado em SILVA, Antonio Ozai. *Os comunistas diante do muro: o Marxismo-Leninismo entre a negação e a afirmação da tradição stalinista*. Obtido no site: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_atg9.htm. Consultado em 03/07/2005. p. 01.

O partido livrava-se, assim, e apontava à execração, os revisionistas de direita – considerados oportunistas; e os sectários de esquerda – os dogmáticos. Limpava-se a área para a consolidação de uma redefinição de caminhos que [...] já estava em curso. Essa consolidação veio, afinal, cerca de seis meses depois, em março de 1958⁵¹.

Em 1958 foi proposta a renovação do PCB, de um *partido de quadros*, clandestino, para um partido de massas, legal. A Declaração de Março de 1958 recusava o isolamento político, rejeitava a idéia da luta armada e denunciava os crimes de Stálin. O abandono das teses *revolucionárias* possibilitou, por um lado, que os comunistas emergissem da clandestinidade, mas por outro, produziu seqüelas profundas no interior da organização. Do outro lado estavam os líderes mais ortodoxos, fiéis a Stálin e às suas concepções, que defendiam a necessidade de um preparo militar dos quadros e defendiam a luta armada.

O processo de luta interna teve como desfecho a divisão dos comunistas em duas agremiações distintas. O grupo liderado por Luiz Carlos Prestes realizou, em 1961, uma Conferência Nacional e aprovou um novo estatuto, alterando-se o nome original de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro (PCB), visando descaracterizar os vínculos com a URSS e acentuar o caráter nacional da organização, visando à legalização⁵².

Se, para efeito externo a mudança tinha efeitos políticos promissores, internamente o grupo dissidente reagiu com violência: denunciou a nova posição como liquidacionista. Estava assim deflagrado o processo de cisão que culminaria com a expulsão do grupo que viria a formar o PC do B em fins de 1961 e princípio de 1962⁵³.

O momento da cisão inicial é descrito por Jacob Gorender a partir de seu anúncio como uma tentativa de legalização:

A 11 de agosto de 1961, o semanário *Novos Rumos* publicou o Programa e os Estatutos do Partido Comunista Brasileiro, ao lado de uma entrevista de Prestes que anunciava o encaminhamento de ambos os documentos ao Tribunal Superior Eleitoral, para fins de registro legal do partido. Ao substituir “do Brasil” por “Brasileiro”, pretendia-se obviar uma das alegações

⁵¹ REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. cit., p. 85.

⁵² PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 178.

⁵³ Mesmo com a cisão definida, o PC do B só começou a se separar, definitivamente, dos caminhos do PCB após o golpe de 1964. Enquanto o PCB opta pela resistência política e começa se fracionar em múltiplos grupos, o PC do B já em agosto de 1964, inicia os preparativos para a resistência armada. Partia do princípio de que a “a questão camponesa é o problema-chave da revolução”; que o imperialismo norte-americano é o principal “inimigo do povo”; que a frente única nacional e democrática adquiriu “caráter bastante amplo”; que a direção do movimento democrático antiimperialista “tem que estar nas mãos do proletariado”; e acusa as Forças Armadas de serem “o principal instrumento de repressão das classes dominantes”. Na sua VI Conferência Nacional, o partido se define pelo caminho da guerra popular. MORAES, Denis e VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982. p. 153-157.

da cassação judicial de 1947, a de que o PCB não era um partido brasileiro, mas a Seção do Brasil da Internacional Comunista. A substituição se mostrou inútil, uma que o TSE não se impressionou com a alteração nominal e negou o registro⁵⁴.

Para Eliezer Pacheco, foram estas decisões do Comitê Central (CC) de subordinar tudo ao interesse de legalizar o partido que se tornariam a “gota d’água” na série de divergências que vinham se acentuando entre os novos dirigentes e alguns militantes, principalmente ex-dirigentes, que não aceitavam a nova orientação. São estes últimos que enviam solicitação ao CC para que este recue de suas posições e convoque um congresso extraordinário para analisá-las melhor. Em agosto de 1961, uma carta enviada por cerca de 100 militantes recebe a caracterização de fração interna, levando a direção a afastar vários militantes e dissolver organismos inteiros que se identificavam com os dissidentes⁵⁵.

Este grupo, em fevereiro de 1962, sob liderança de João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Ângelo Arroyo, entre outros, realizou uma Conferência Extraordinária, elegeu um novo Comitê Central e manteve o nome original de Partido Comunista do Brasil (PC do B). Ambos os partidos proclamavam-se os verdadeiros herdeiros do “partido do proletariado” criado em 1922⁵⁶.

É de Aarão Reis uma das mais lúcidas descrições sobre a fragmentação do PCB neste momento, demonstrando que a divisão não se dava por uma questão de nomes, ou seja, lideranças, mas pela denúncia do abandono das tradições e de princípios, sem quaisquer tentativas de consulta às bases do partido. E assim ocorreu:

Poucos meses depois, acusados de organizarem uma fração, proibida pelos Estatutos, os principais responsáveis pela Carta dos 100 começaram a ser expulsos do Partido. As cabeças rolavam, mas os atingidos não admitiam a legalidade do ato. Convocaram uma Conferência Extraordinária, constituindo organização própria, e reivindicando as tradições, as datas comemorativas, as experiências e até mesmo as alianças internacionais do velho Partido fundado em 1922. E expulsaram os que os haviam expulsado, em manobra surpreendente, mas que faria escola. Estava fundado um novo Partido Comunista, embora seus dirigentes designassem o ato de fundação como momento de reorganização⁵⁷.

⁵⁴ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 37-38.

⁵⁵ Cf. PACHECO, Eliezer. Op.cit., p. 220.

⁵⁶ PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 179.

⁵⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro – Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 37.

O traumático processo de divisão interna iria assinalar os destinos do PCB, que continuou apostando na legalidade burguesa e forneceu apoio aberto aos projetos do governo reformista João Goulart, mas forjaria um novo partido, o PC do B, de caráter bem mais combativo, que se prepararia, literalmente, *com todas as armas* para enfrentar um longo período ditatorial que a burguesia nacional, golpista e reacionária, sustentaria em prol de seus interesses mais imediatos a partir de 1964.

1.2 O PC do B – Caracterização de uma proposta revolucionária

Sobre a problemática da consumação da cisão, Gorender adiciona a análise que a partir de então, formalizava-se a coexistência de dois partidos comunistas no país. Para o autor: “O PC do B se proclamou (e o faz até hoje) o mesmo partido comunista fundado em 1922 e ‘reorganizado’ em 1962 [...] De acordo com o dogma stalinista, o proletariado não pode ter mais de um autêntico partido revolucionário”⁵⁸.

Em renomada obra que analisa a atuação do operariado brasileiro no período de 1964 a 1984, Edgard Carone assim resume a trajetória do PC do B:

O Partido Comunista do Brasil (PC do B) origina-se da crise resultante do V Congresso do PCB, em 1960. João Amazonas, Elza Monnerat, Pedro Pomar, Maurício Grabois são alguns dos militantes que fazem parte da nova agremiação política organizada entre 1961 e 1962, [mais tarde] os dois últimos tendo sido assassinados pelas forças de repressão governamental. Em 1964 eles são perseguidos e o seu jornal, *A Classe Operária* é fechado, voltando a circular ilegalmente a partir de 1º de maio de 1965. Defendendo posição pró-linha chinesa e albanesa, seus escritos atacam fortemente a política comunista da União Soviética. Baseando-se na perspectiva da estratégia da Guerra Popular Prolongada, teses elaboradas por Mao-Tsé-tung para a realidade chinesa, começam a se organizar a partir de 1967 e, no ano seguinte, se dirigem ao Araguaia. Lá escrevem, entre 1968 e 1972, um dos episódios mais emocionantes e trágicos da história da guerrilha. A Aeronáutica joga *napalm* sobre o grupo de guerrilheiros, enquanto que o Exército tortura e trucidava os prisioneiros. A partir do desbaratamento das forças do Araguaia, o PC do B dedica-se a atividades nos grandes centros, tendo abandonado, ultimamente, a sua posição de defesa da China comunista. Em 1984, além de militarem em organismo próprio, ocupam papel dentro do PMDB⁵⁹.

⁵⁸ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 38.

⁵⁹ CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Difel, 1984. p. 11-12. À guisa de comentário, na história recente do Brasil, o Partido dos Trabalhadores (PT) se converteu em partido preferencial para alianças.

O PC do B manteve a concepção das “duas etapas da revolução”, o que o identificava ao PCB, por mais que diferissem em seus propósitos gerais. Ao mesmo tempo, no campo da esquerda brasileira, aumentaram os adeptos da revolução socialista como tarefa do presente e não do futuro. Ou seja, os adversários do chamado etapismo⁶⁰.

À exceção da maioria do Comitê Central do PCB, a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado. Seguiu-se opção pela luta armada, não travada contra o golpe de direita, que se tornava imperativa quando os golpistas já tinham o poder nas mãos. Se tal raciocínio se cristalizou um axioma, nem por isso unificou a esquerda. À questão da luta armada se acrescentavam outras, concernentes, aos antecedentes partidários e doutrinários, a influências teóricas de origem nacional e internacional, pressões de países socialistas, limitações regionais, etc.

O cruzamento destas e outras variáveis explica a proliferação de tantas siglas na esquerda nos anos 1960 e 1970⁶¹. O número de siglas não tem relevância quando o apoio de massas funciona como seletor. Nas fases de ascenso político, prevalece a tendência aglutinante, importando menos para a ação prática que pequenos grupos sobrevivam à margem das grandes organizações ou gravitem em torno delas. Já nas fases descendentes, após o impacto de derrotas e no ambiente de refluxo de movimentos de massas, em condições de clandestinidade cada vez mais densa, quando o intercâmbio flui por intermédio de precários canais, prevalece a tendência à fragmentação, às cisões repetidas. São as fases de rachas, de divisões e subdivisões, às vezes motivadas por questões secundárias ou pelas rivalidades personalistas⁶².

Quanto ao programa, o PC do B não alterava, na essência, as afirmações feitas pelo PCB em defesa de uma etapa ‘democrático-burguesa antiimperialista e antifeudal’, como preliminar para futuras lutas pelo socialismo. É na tática mais imediata que esse partido se distinguia do PCB por defender pontos de vista mais à esquerda e formas de mobilização mais radicais⁶³.

⁶⁰ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 38-39.

⁶¹ Numa amostra das tantas cisões sofridas pelo PCB, apenas na década de 1960, estão o surgimento do Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e “inúmeras subcisões se quebrando na multidão de siglas pertencentes a outra história, a dos grupos políticos até antipartidários, no sentido de não buscarem e mesmo repelirem a legalidade”. Neste sentido, surgiram grupos compostos sobretudo de jovens, parentes ideológicos da Ação Popular (AP), cindida da Juventude Universitária Católica (JUC) em 1960, também afins da trotskista e estudantil Política Operária (Polop). Cf. CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Ed. UnB, 1985. p. 195.

⁶² GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 87.

⁶³ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. *Brasil nunca mais: um relato para a história*. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 98.

O golpe militar de 1964, desfechado contra o governo populista de João Goulart, contou com o apoio das Forças Armadas, de amplos setores da burguesia, dos latifundiários e dos conservadores da Igreja Católica. Grande parte da esquerda brasileira, marxista e não-marxista, apoiava Goulart. A repressão desencadeada pelo regime colocou esses grupos na defensiva.

De acordo com Carone, somadas as condições em que se deflagrou o golpe militar e a situação de quase completo desleixo da proteção e tradição dos partidos esquerdistas no Brasil, “o golpe pega de surpresa os comunistas”, mesmo quando há meses o Partido Comunista Brasileiro (PCB) vinha denunciando as articulações abertas e secretas que vinham sendo realizadas por grupos da burguesia urbana, pela oligarquia do campo e por militares. Ao mesmo tempo, as reformas feitas durante o governo Goulart davam a todos a idéia de que as esquerdas estavam caminhando para o poder⁶⁴.

O PCB sofreria um forte revés com a implantação do regime militar, perdendo seu já escasso espaço político paulatinamente, à medida que o endurecimento da ditadura se colocava como realidade. Analisando o regime de 1964 frente ao PCB, Segatto refere que foi “a derrota definitiva de seu projeto nacional-democrático ou de revolução democrático-burguesa”⁶⁵, ou seja, estariam extintas as condições de realizar a revolução burguesa no Brasil e, assim, o projeto pecebista não teria mais sentido de ser nem de existir. Mas, nesse cenário desolador aos comunistas que aceitavam a perspectiva da luta pacífica, sem qualquer chance de vitória, o PC do B se colocou como o contraponto, aquele que lutaria com todas as armas, que desfraldaria a bandeira da revolução nunca realizada, nem que essa fosse considerada uma opção suicida ou precipitada.

Entre 1962 e 1964, na exposição de Reis Filho, o PC do B tentaria afirmar um “perfil próprio”. Retomaria as formulações de agosto de 1950 e de novembro de 1954. As mesmas temáticas voltariam a ser agitadas, tais como a situação explosiva, a insensibilidade das classes dominantes, a necessidade da violência para superar os impasses, entre outros. Os documentos provenientes dos quadros do PC do B, citados pelo autor, “pintavam com cores sombrias o momento em que se vivia. A situação dos oprimidos e explorados era aterradora; salários baixos, miséria, carestia, crise na habitação, na saúde, na educação, mortalidade infantil, fome...”⁶⁶.

⁶⁴ CARONE, Edgard. *O PCB (1964 a 1982)*. Vol. 3. São Paulo: Difel, 1982. p. 3.

⁶⁵ SEGATTO, Jose Antonio. Op. cit., p. 248.

⁶⁶ REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. cit., p. 38.

O PC do B ainda insistiria em duas propostas: a conquista da independência política para o movimento popular e a necessidade indispensável de um partido de vanguarda, para que não faltasse ao proletariado e a seus aliados a direção política nos momentos críticos que se aproximavam. O Partido, aliás, era resultado de uma dinâmica objetiva. As omissões e desvios do PCB seriam cobrados e o povo forjaria um novo partido. Tal partido já estaria forjado no próprio PC do B que se autoproclamava o “núcleo da unidade das forças de vanguarda existentes no país”.

Reis Filho destaca que um aspecto interessante na atuação do partido, neste período, é que o mesmo não parecia ignorar a possibilidade de um golpe – da direita ou do próprio governo. Denúncias recorrentes neste sentido apareciam nos jornais e documentos políticos. Contudo, verificando-se o último número disponível da *Classe Operária*, órgão oficial do PC do B, da segunda quinzena de março de 1964, não se encontram indicações quanto à hipótese imediata de uma intervenção militar. Quando o golpe e não a pretendida revolução tornou-se vitorioso, “o PC do B não teria nada a opor senão surpresa e o amargo sentimento da derrota”⁶⁷.

Os comunistas brasileiros enfrentaram a experiência do golpe divididos, e é possível que a divisão tenha influenciado de alguma forma a própria derrota. Contudo, a quebra do monolitismo em torno do velho *Partidão*⁶⁸ não fora produto do acaso⁶⁹. O PC do B negava o papel dirigente da burguesia nacional na revolução brasileira. Anunciava a falência das classes dominantes e a estagnação do capitalismo, garantindo que o país encontrava-se num impasse, uma espécie de *beco sem saída*, que misturava antigas tradições militantes do PCB de 1950 e 1954, com vertentes catastrofistas do movimento comunista internacional dos anos 1920, nas suas variantes trotskistas e leninistas.

Pregando a falência do PCB, o PC do B reivindicava seu passado, suas experiências e seu patrimônio teórico, ou seja, o marxismo-leninismo. Conforme explica Reis Filho, em relação a Stálin e ao stalinismo, optava por uma “crítica nuançada”: reconhecia erros e mesmo crimes, mas insistia no “saldo positivo” do regime stalinista. Em consequência, reivindicava

⁶⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. cit., p. 39.

⁶⁸ A designação *Partidão*, utilizada em sentido pejorativo para designar o antigo PCB, demonstra o tom de crítica assumido por muitos de seus ex-militantes e é, de certa forma, explicado por Gorender, quando afirma que no pós-64 “o PCB já havia se convertido no Partidão. O aumentativo pegou até hoje, quando designa um partidinho”. In: GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 92.

⁶⁹ Interessante balanço da falência do PCB, a partir da visão dos intelectuais e estudantes pode ser encontrada na obra de VENTURA, Zuenir. *1968 – O ano que não terminou. A aventura de uma geração*. 25 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 61-74. Destaca-se neste, a avaliação de Leandro Konder, para quem “o PCB perdeu, na época, o que um partido não pode perder: a identidade. Preocupado em abrir o leque das alianças, ele não marcou a sua presença, pelo menos não como devia” (p. 68).

para si o reconhecimento nacional e internacional como verdadeiro partido comunista dos brasileiros, o único, o autêntico. O PC do B tentaria obter o apoio do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), do Partido Comunista Chinês (PCCh) e dos revolucionários cubanos. Mas o movimento comunista estava em processo de cisão e se tornou problemático operar em tantas frentes ao mesmo tempo. Inviabilizada a manobra, o PC do B se definiria pelo campo dirigido pelos comunistas chineses⁷⁰.

Tratando a luta armada como a única alternativa possível e considerando-se preparado e capaz de exercer o papel de vanguarda da revolução brasileira, Gorender avalia que, na virada de 1964, *o pequeno PC do B ganhou impulso extraordinário*. No ambiente da esquerda pós-golpe, quando o divisor de águas se tornou a questão da luta armada, o PC do B se valorizou por ter sido a favor dela desde seu surgimento em 1962, obscurecendo-se a insignificância de sua atuação política⁷¹.

O Partido Comunista do Brasil levaria alguns anos até conseguir sistematizar o seu projeto político-revolucionário. Sua formulação se deu em janeiro de 1969, com o documento: "*Guerra Popular: Caminho da Luta Armada no Brasil*", com clara influência do maoísmo, ou seja, a exemplo do que aconteceu na China de 1927 a 1949, seria adotada a estratégia do partido - a luta revolucionária teria a área rural brasileira como ponte fundamental.

Bem às vésperas do golpe, a 29 de março de 1964, viajou para a China uma turma de dez militantes do PC do B, a primeira a realizar ali um curso político-militar. Até 1966, mais duas turmas farão este curso [...] Motivado pela imitação do PCCh e inspirado em Mao, o PC do B reduzirá sua atividade nos centros urbanos e se fará ausente nas aglomerações operárias [...] A Resolução de 1969 sobre a guerra popular reflete não somente o fechamento da ditadura militar como ainda o progresso da preparação da luta armada pelo PC do B. Sua direção identificou na região do Araguaia, ao sul do Pará, o ponto ideal para a fixação do núcleo iniciador da guerra popular. A partir de 1967, dedicou-se à formação desse núcleo, com cautela e sem pressa, iniciativa completamente centralizada nas mãos da Comissão Executiva. Realizou-se um trabalho sigiloso, ignorado até pelo Comitê Central. Dessa maneira, a direção do PC do B conseguiu resistir ao contágio da precipitação das organizações engolfadas nas ações armadas, por enquanto somente urbanas⁷².

O partido condenava a guerrilha urbana defendida pelos grupos que se lançaram em 1968, para o PC do B tratava-se de "foquismo pequeno burguês", por não ter uma

⁷⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. cit., p. 40.

⁷¹ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 117.

⁷² GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 117-119.

participação ativa das massas. Por conta disso, entrou em uma luta interna que acabou gerando duas novas dissidências: a Ala Vermelha, em São Paulo e no Centro Sul, e o Partido Comunista Revolucionário (PCR), no Nordeste⁷³.

De toda forma, considera-se que as discordâncias fundamentais teriam início no empreendimento de uma tentativa de mobilização guerrilheira no campo. No final de 1966, o PC do B deslocava alguns de seus quadros para o sul do Pará e norte de Goiás (atual estado de Tocantins), na região do rio Araguaia, cenário escolhido para o início da “guerra popular”, pelos graves e insolúveis problemas enfrentados pela massa camponesa. Após o Ato Institucional nº 5⁷⁴ e o conseqüente aumento da repressão, o partido enviaria mais militantes, pois a maioria dos quadros guerrilheiros compunha-se de lideranças estudantis que estavam na clandestinidade. Em abril de 1972, os órgãos repressivos tomaram conhecimento daquela organização e, até maio de 1974, enviaram imensos contingentes do Exército para sufocar o que o PC do B vinha estruturando naquela região, a atuação de um grupo que constituiria as "Forças Guerrilheiras do Araguaia"⁷⁵. Em 1974, a Guerrilha do Araguaia foi completamente sufocada, ainda no mês de maio, o Comitê Central do PC do B deu ordens para que a guerrilha se dispersasse⁷⁶.

Anos mais tarde, os fatos continuam a comprovar que a guerrilha do Araguaia foi abafada e escondida como vício nefasto. Devia ser extirpada, porém de tal maneira que não suscitasse imitadores. Desde que o problema se apresentou, o Governo Médici decidiu ocultá-lo na “treva cósmica”. A censura total impediu que os meios de comunicação divulgassem notícias sobre o que acontecia [ou acontecera] no sul do Pará. Única exceção: o furo de *O Estado de São Paulo*, em 24 de dezembro de 1972, e do *Jornal da Tarde*, no dia seguinte, com extensas reportagens sobre a segunda campanha do Exército⁷⁷. Depois disso, novamente, o

⁷³ PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. Op. cit., p. 98.

⁷⁴ A promulgação do Ato Institucional nº 5, a 13 de dezembro de 1968, marca o início de uma fase repressiva de grande dimensão na história brasileira. A “doutrina de Segurança Nacional” foi aplicada até às suas últimas conseqüências. Todos os direitos humanos, até mesmo os mais elementares, foram a partir de então sistematicamente violados, esmagados os movimentos de massas, a imprensa amordaçada, o setor progressista do clero foi silenciado, estudantes e professores universitários foram expulsos, as torturas aperfeiçoadas com a ajuda da CIA norte-americana e dos “boinas verdes”. In: CASO, Antonio. *A esquerda armada no Brasil: 1967/1971*. Lisboa: Moraes, 1976. p. 178.

⁷⁵ GORENDER, Jacob. Op. cit., p.233-241.

⁷⁶ A guerrilha do Araguaia, em diversos aspectos, tanto factuais como analíticos, constitui objeto do segundo capítulo deste trabalho, sendo apenas citado brevemente como fator de dissensão interna no PC do B.

⁷⁷ Baseado em GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 239.

silêncio ininterrupto, que só viria a se romper em meados dos anos 1990, suscitando inúmeras publicações com a retomada recente das investigações⁷⁸.

O Governo Médici resolveu também que a guerrilha do Araguaia não devia produzir efeitos judiciais, precisamente a fim de evitar repercussões públicas. Em consequência, não houve réus acusados de terem pegado em armas no Sul do Pará. A acusação judicial contra José Genoíno não inclui qualquer referência à sua participação na guerrilha. “Todos os guerrilheiros mortos em combate ou assassinados após a captura sumiram em sepulcros ignorados. Até hoje, as campanhas do Araguaia nunca tiveram menção explícita em documentos oficiais. As Forças Armadas jamais divulgaram dados sobre sua atuação no episódio”⁷⁹.

Para se recompor das perdas, o PC do B apóia-se na incorporação a suas fileiras de vários militantes da Ação Popular (AP)⁸⁰. Como em todo processo de reestruturação também essa fusão não se deu sem conflitos, uma vez que as divergências só não eram maiores do que as ambições comuns entre os grupos da AP e do PC do B. Após se fracionar em dois grupos – a AP e a APML – foi somente no decorrer de 1973, com o expurgo de uma minoria, que a direção ultimou as negociações para incorporar-se ao PC do B. “A adesão da APML deu forças ao PC do B, cujo novo Comitê Central passava a contar com cerca da metade dos membros originários da extinta APML”⁸¹.

Ao se iniciarem as análises dos erros e acertos do desempenho do partido surge mais uma luta interna: de um lado, João Amazonas que dispunha de um documento assinado por Ângelo Arroyo, intitulado “*Gloriosa Jornada de Luta*”, que reafirmava a linha seguida no

⁷⁸ A mais recente de todas, até o momento, é a obra de MORAIS, Tais e SILVA, Eumano. *Os arquivos secretos do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2005. Os autores afirmam ter descoberto documentos secretos das Forças Armadas com elementares revelações sobre o combate aos guerrilheiros no Araguaia. No site da editora encontra-se, além da sinopse do livro e a possibilidade de obter cópia da documentação via internet, opiniões como a do editor Luiz Fernando Emediato: “O maior mistério das Forças Armadas já não é segredo. Cabe ao governo exigir que o restante dos documentos, se existirem, seja colocado à disposição da sociedade, e que possam ser identificados os restos mortais dos combatentes já resgatados em Xambioá, para lhes dar sepultura digna”. A íntegra do texto está em <http://www.geracaobooks.com.br/releases/araguaia.php>, consultado em 25 de agosto de 2005.

⁷⁹ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 239-240.

⁸⁰ A Ação Popular (AP) nasceu em 1962, composta de cristãos progressistas ligados à Ação Católica, em particular a JUC – Juventude Universitária Católica. Num primeiro momento, “movimento político” e não “partido”, vai se modificando até se caracterizar como uma organização maoísta típica, assumindo uma linha política bastante semelhante a do PC do B. Em 1971, quando já adiantado o processo de aproximação com este, especialmente a partir de aliança estabelecida no Movimento Estudantil, a organização modifica seus estatutos e passa a se intitular Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil (APML). A fusão da AP com o PC do B se completa entre 1972 e 1973, após calorosa luta interna que dividiu os mais altos dirigentes da AP. Cf.: Projeto Brasil: Nunca Mais. Op. cit., p. 100-101.

⁸¹ Mais informações sobre essa fusão e seus desdobramentos estão em RIDENTI, Marcelo. *Ação Popular: Cristianismo e Marxismo*. In: RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.). Op. cit., p. 249.

Araguaia como a mais correta; de outro, Pedro Pomar que tece críticas mais profundas. O abandono desse balanço, que permaneceu inconcluso, bem como o fato de que o partido permaneceria praticamente acéfalo até 1980, ocorreu devido à invasão, pelos órgãos de repressão, da reunião do Comitê Central do Partido, no bairro da Lapa, em São Paulo, quando três dirigentes foram assassinados – dentre eles o próprio Pomar – e vários outros acabaram presos⁸². Em 1978, o PC do B desvincula-se do PC chinês e do maoísmo, optando imediatamente pelo PC albanês, alegando que só na Albânia existia o "socialismo real"⁸³.

Em uma tentativa de balanço das experiências, ainda que este não constitua objetivo neste estudo, que pretende demonstrar apenas uma visão possível acerca de diversas contribuições internas, ou seja, fornecidas pela documentação, o PC do B foi seriamente abalado pela repressão política e teve muita dificuldade para enfrentar as seqüelas derivadas da experiência guerrilheira no Araguaia e das perdas decorrentes de seu desmantelamento no bairro da Lapa. No intenso debate que se seguiria acerca de sua orientação ideológica, o partido sofreu inegáveis cisões, mas conseguiu manter sua unidade política e organizativa, seguindo sua existência até o presente [no caso, 2005].

Sobre a sobrevivência do partido nos momentos de maior desarticulação, se faz oportuno citar uma constatação de Hecker, que mesmo não totalmente uníssona a outros autores, completa o quadro geral aqui esboçado:

[...] O PC do B, a exemplo do PCB (e também do MR-8) continuou inserido dentro do MDB/PMDB, visto como a organização nuclear da frente democrática antiditatorial. No entanto, advindo o fim de vinte anos do período ditatorial o PC do B tendeu a estabelecer uma aliança estratégica com o PT, em torno da idéia de unidade popular. Essa decisão foi facilitada por uma outra análoga do PT algum tempo depois, de modo que, a partir de 1988, esses dois agrupamentos se apresentam como aliados estratégicos⁸⁴.

Ao se verificarem as premissas do debate então em curso no PC do B, sob a ótica dos fatos e de sua trajetória evolutiva, passa-se a um exame das questões de fundo teórico que constam da maioria das fontes pesquisadas, numa tentativa de ordenar as origens da dissensão a partir de alguns elementos amplamente presentes nos escritos de seus militantes.

⁸² Esse episódio passou à história, principalmente no interior do PC do B, como o “Massacre da Lapa”, ocorrido em 16 de dezembro de 1976, numa operação comandada pelo II Exército no Bairro da Lapa, em São Paulo, que pretendia desbaratar uma reunião de líderes comunistas e acabou assassinando dois integrantes do Comitê Central do PC do B: Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, bem como prendendo vários outros presentes. Um deles, João Batista Franco Drumond, morreu em consequência de torturas.

⁸³ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 241.

⁸⁴ HECKER, Alexandre. *O socialismo brasileiro: a outra esquerda*. In: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (Orgs.). Op. cit., p. 291.

Tal análise pretende conduzir à definição do processo de autocrítica acerca dos erros e incompreensões da experiência do Araguaia, bem como ao delineamento dos rumos a serem adotados pelo partido nos anos que conduziram ao final do regime militar, melhor explicitados no capítulo final do trabalho.

CAPÍTULO 2 – OS FATORES DA DISSIDÊNCIA NO PC DO B A PARTIR DE 1979

Para consubstanciar qualquer análise da questão que segue, acerca dos fatores que levaram a um de vários fracionamentos internos no PC do B nos anos 1970, é preciso remontar ao início do longo período ditatorial, a 1964, aos idos de março e à queda de abril, quando se instaurou a ditadura militar. Em meio a este conturbado momento da história nacional, a opção pela luta armada mobilizou um significativo contingente de partidários comunistas no episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia. É este o pano de fundo para as discussões que se seguiriam dentro do Partido Comunista do Brasil e os fatores geradores para a divisão daqueles que ainda acreditavam na vitória da revolução, nem que ela ocorresse apenas na teoria.

A polêmica acerca do significado da experiência do Araguaia, em que, mais do que o passado, estava em jogo a orientação política que o partido deveria adotar diante dos novos tempos que surgiam, começou por volta de 1975 e foi interrompida no ano seguinte pela pesada repressão que recaiu sobre o PC do B. Ela foi novamente retomada no final dos anos 70 e início da década de 1980. Sobre ela passaram a incidir questões postas pela nova conjuntura, uma vez que, neste momento, já se falava no final da ditadura, na abertura, no surgimento de novos personagens na arena política. Crê-se que a partir de então, a questão fundamental das décadas anteriores – a questão da revolução - daria lugar à discussão dos rumos da democratização do país. De qualquer forma, a discussão sobre o Araguaia, juntamente com as questões colocadas pela nova conjuntura política, causou sérios danos ao partido, levando inclusive, como já citado, ao abandono de muitos militantes no início da década de 1980.

2.1 O contexto do regime militar pós 1964

Concordando com Reis Filho⁸⁵, “ao contrário do que as esquerdas sempre sustentaram - e denunciaram -, não houve aqui um golpe de estado, na tradição dos *pronunciamentos* tão comuns na América Latina”. O cenário, de tão repetido, tornou-se conhecido: os tanques deslocam-se na madrugada, algumas tropas ocupam locais estratégicos, há o cerco do palácio presidencial, surge um mediador, pode ser o nuncio apostólico ou uma eminência religiosa qualquer, seguem-se conversações tensas em que os contendores medem suas forças pelo telefone. Se o golpe, afinal, fracassa, os golpistas partem para o exílio; se, ao contrário, é vitorioso, são as lideranças do governo existente que partem. Os vitoriosos, sejam quais forem, deitam proclamações pelos meios de comunicação disponíveis anunciando rigorosos inquéritos - que darão em nada - e o advento de uma nova era - que não começará⁸⁶.

Não foi este o padrão do 1964 brasileiro. O autor sustenta que o que ocorreu então foi a culminância de um grande enfrentamento político e social gestado ao longo dos anos de 1950 e acelerado, de forma brutal, desde 1961, quando, tentando um golpe, renunciou o presidente Jânio Quadros, e assumiu, depois de intensa crise, o vice-presidente João Goulart. Inaugurou-se, então, um processo de lutas sociais inédito na história republicana brasileira: grandes movimentos de trabalhadores rurais e urbanos entraram em ação, exigindo a realização de reformas na estrutura social e econômica do país e o fortalecimento de seus centros de decisão interna, as chamadas *reformas de base*, no sentido da distribuição da renda e do poder e da afirmação da soberania nacional. O processo também envolveu os estudantes

⁸⁵ Baseado em REIS FILHO, Daniel Aarão. *Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil*. Texto apresentado na Fundação Humberto Delgado, Lisboa, em 20 e 21 de maio de 1999. Disponível na internet: www.artnet.com.br/gramsci/textos/html. Acesso em novembro de 2003.

⁸⁶ Aarão Reis refere-se ao itinerário tradicional seguido por várias nações latino-americanas que foram vitimadas com o projeto de golpes militares, podendo-se citar casos como o golpe militar na Argentina contra o presidente Arturo Frondizi (1962); o golpe militar no Peru, depois das eleições para presidência da República (1962); o golpe militar na Guatemala (1963) e o golpe militar no Equador (1963). Todos estes golpes, inclusa a tentativa de golpe sofrida no Brasil em 1961, quando as Forças Armadas tentam impedir João Goulart de ascender à presidência da República, vacante em virtude da renúncia de Jânio Quadros, foram amplamente incentivados e/ou apoiados pelos Estados Unidos, numa tentativa de contenção dos movimentos revolucionários de ascensão da esquerda, com os presidentes John Kennedy e Lyndon Johnson. Tal evidência transformou o golpe militar de 1964 no Brasil um fenômeno de política internacional, que nas palavras de Moniz Bandeira pode ser assim explicado: “Com efeito, o golpe de Estado no Brasil, instigado e sustentado pela comunidade de homens de negócios e pelos proprietários de terras, constituiu nitidamente um episódio de luta de classes, a refletir o aguçamento tanto a nível nacional quanto internacional dos antagonismos sociais e políticos, que atingiram a partir da Revolução Cubana uma gravidade imediata na América Latina”. Extraído de: MONIZ BANDEIRA, L.A. O golpe militar de 1964 como fenômeno de política internacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) *1964- Visões críticas do golpe – Democracia e reformas no populismo*. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997. p. 96.

e, em sua fase terminal, começou a contaminar os escalões inferiores das Forças Armadas, ameaçando seu fundamento mais sagrado: o automatismo da cadeia de comando.

Contra estes movimentos, articularam-se não apenas as elites sociais, mas também consideráveis contingentes populares, presentes nas chamadas *Marchas da Família com Deus e pela Liberdade*, que chegaram a mobilizar milhões de pessoas em todo o país. Estes movimentos de direita, no sentido próprio da palavra, ou seja, conservadores, mas de *massa*, ofereceram a experiência decisiva para que se possa compreender o caráter fulminante da vitória dos partidários da derrubada de João Goulart.

Considerando o peso da derrota política sofrida com o golpe militar, Ridenti considera que as razões não devem ser buscadas apenas nos “erros dos partidos, nem na ação, ou falta de ação, dos que nele se representam”. A derrota não pode ser ligada à ação das esquerdas, nacionalistas ou comunistas, nem sequer à “passividade do povo”. É se apropriando de um tom poético que o autor resume sua interpretação: “A derrota foi de um projeto político de representação que envolveu e iludiu a todos, as massas populares e as esquerdas, representados e representantes, que foram tragados, no mesmo processo, pela roda-viva da História, cujo devir também dependia da ação das classes dominantes e da dinâmica objetiva do capitalismo brasileiro”⁸⁷.

Ainda que exaustivamente debatido, é necessário destacar que o golpe de abril de 1964 vem responder às necessidades de ampliação do processo de concentração capitalista, dentro da tradição autocrática da burguesia brasileira, sob a forma de um “bonapartismo” assentado não em uma pessoa, mas em uma instituição, no caso as Forças Armadas. Assim, o golpe de 1964 constitui-se no operador da integração do Brasil ao capitalismo internacional como um país associado e dependente, reprimindo violentamente o movimento operário, assassinando ou jogando nas prisões os opositores, “prática comum a todos os governos bonapartistas que existiram anteriormente, de D. Pedro I a Getúlio Vargas”⁸⁸.

Em outras palavras, como os fatos não deixam de comprovar, a vitória da ação golpista de 1964 não foi exclusivamente militar, uma vez que congregou várias forças políticas civis, originárias da burguesia brasileira, das oligarquias rurais, dos setores ligados ao capital estrangeiro, de parcelas das classes médias, enfim, de todos aqueles que se sentiram ameaçados pelas crescentes reivindicações dos trabalhadores.

⁸⁷ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993. p. 245.

⁸⁸ Para uma visão mais clara da concepção do Estado-militar-bonapartista ver: MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada*. A política dos comunistas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 135.

Posteriormente, e ao longo dos ciclos mais ou menos duros e repressivos da ditadura militar, a ampla base social de sustentação do movimento civil-militar conheceria um movimento ziguezagueante, ora se expandindo, ora se contraindo.

Contraíu-se nos momentos consecutivos à implantação do primeiro governo militar, decepcionada com a cassação e/ou neutralização dos principais líderes civis de direita no país e com a política econômico-financeira então adotada, de arrocho de salários e de créditos. A insatisfação alcançou um pico em 1968⁸⁹, associando-se inclusive com os clamores do movimento estudantil então em franco apogeu. Logo em seguida, porém, e apesar da repressão exercida pelo governo militar de turno, voltou a se ampliar no quadro do “milagre econômico”⁹⁰, assegurando grande estabilidade política e social ao país.

Mais tarde, no transcorrer da *longa transição*⁹¹ - lenta, segura e gradual - do estado de exceção a instituições legitimadas pela lei, pareceu identificar-se com os ritmos e as grandes orientações do assim chamado processo de distensão, desde que assegurada a ordem, no caso, mantendo as forças conservadoras no poder, o que, de fato, salvo pequenos acidentes de percurso, acabou ocorrendo.

A polarização política somente avançou após o golpe militar, sempre com o sacrifício da democracia. A “ditadura envergonhada”, expressão conhecida nas obras de Elio Gaspari, transformou-se, com o AI-5, em “ditadura escancarada”. No campo das esquerdas, muitos daqueles que buscavam a participação revolucionária ou reformista no governo Goulart radicalizaram ainda mais, pegando em armas e atacando a ditadura. O objetivo ainda era o mesmo: realizar as reformas *na marra*, embora em um regime socialista.

⁸⁹ Na descrição de Ronaldo Costa Couto o processo de endurecimento do regime militar, executado no ano de 1968, pode ser assim entendido: “A radicalização política é crescente, com enfrentamento direto entre as forças de segurança, a maioria comandada pela linha dura, e estudantes, em grandes manifestações reivindicatórias e de contestação ao regime. Especialmente em 1968, quando também eclodem greves operárias, que aliam exigências salariais a discurso contestatório [...] Em dezembro de 1968, o governo, em nome da segurança nacional, chega ao extremo de decretar o Ato Institucional nº 5 (AI-5), ponto culminante da legislação autoritária e do autoritarismo, porque suspende os direitos civis comuns, inclusive o *habeas-corpus*, devolve ao presidente a competência para cassar mandatos e direitos políticos e, de fato, para fazer os atos de governo que quiser e como quiser. É o golpe dentro do golpe. O aprofundamento do militarismo. A ditadura dura”. In: COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Brasil (1964-1985). Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 85.

⁹⁰ O chamado “milagre econômico” resultou da aplicação do I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) no período da administração Emílio Garrastazu Médici, que revelou um efetivo crescimento industrial entre 1968 e 1973. Com a relativa elevação da taxa do Produto Interno Bruto (PIB) e as taxas razoáveis de inflação, ocorreram aumentos nos investimentos estrangeiros e estatais no Brasil. Contudo, enquanto a embriaguez do milagre absorvia a consciência nacional, a dívida externa triplicava e as condições de vida do trabalhador pioraram razoavelmente.

⁹¹ Há uma certa polêmica sobre a duração da ditadura no Brasil. Instaurada em 1964, alguns sustentam que terminou em 1974, com o início da distensão promovida pelo general Geisel. Outros a estendem até fins de 1978 (fim do AI-5) ou até agosto de 1979 (aprovação da lei da anistia), ou ainda até o final do mandato do último general presidente, João Baptista Figueiredo (1985), não faltando os que a admitem até a primeira eleição direta presidencial (1989). Assim, a ditadura teria durado de 10 a 25 anos.

Mas em todo este processo da ditadura, incluindo sua fase de transição, vale destacar uma referência absolutamente essencial: é que as tendências concentradoras - de poder e de renda -, típicas, como referido, continuaram em ação, exacerbando-se de modo violento, fazendo do Brasil, de acordo com fontes internacionais, um dos países campeões do mundo em desigualdades de toda a ordem. Esse foi, em muitos momentos, o foco central das denúncias da esquerda existente durante este período e no tempo subsequente.

São diversas as explicações existentes para os períodos de transições democráticas. Algumas privilegiam, exclusivamente, o viés econômico, procurando demonstrar o quanto a falência do “milagre econômico” teria contribuído para a decadência do período ditatorial no país; outros, preferem a explicação de que seriam as injustiças do modelo de desenvolvimento bem como a combativa resistência da sociedade civil, contrária às desigualdades e com capacidade de influenciar as decisões, que teriam levado ao fim o regime militar⁹². Contudo, a versão mais debatida e que encontra repercussão nos estudos atuais, destaca as crises militares intermitentes que foram minando o poder dos ditadores e levando o regime à sua própria dissolução⁹³.

O ano de 1979 é marcado pelo início das articulações governistas pela anistia política, uma medida que possibilitava ao presidente de então, o general João Baptista Figueiredo, um desafogo de opinião pública, contrária ao longo período repressivo, ao mesmo tempo em que desarticulava um amplo movimento social que se mobilizara em torno da questão da anistia aos presos por motivo de opinião. A anistia política era amplamente reivindicada pela oposição em debates, passeatas, manifestações e comícios, que pressionavam o Congresso Nacional por uma lei que concedesse anistia a todos os presos políticos e a todos os cidadãos banidos em nome de qualquer dos três principais atos institucionais e seus sucessores.

Para Maria Helena Moreira Alves, a lei de anistia promulgada em 1979 [Lei nº 6.683 e Decreto-Lei nº 84.143] resultou de intensas negociações com a oposição. O que havia era um

⁹² Reforçando a tese de que a desilusão com o “milagre” fora em parte responsável pela retomada do combate ao regime militar, em Ridenti pode-se encontrar a seguinte afirmação: “Mas o auge econômico era passageiro – o regime militar não podia, pela repressão ou pela ideologia, eliminar os antagonismos da sociedade de classes. O potencial integrador do capitalismo traz em si a virtualidade de sua desintegração, que depende da ação dos despossuídos, dos grupos e das classes sociais numa certa conjuntura, conforme condições objetivamente dadas. Não se podia impedir para sempre as lutas sociais, elas logo viriam a irromper em outras conjunturas e de outras formas, talvez distantes daquelas imaginadas pelas esquerdas dos anos 60”. In: RIDENTI, Marcelo. Op. cit. p. 196.

⁹³ Essa tese está presente nas recentes obras de Elio Gaspari, onde fica evidenciado o descontrole da hierarquia militar sobre o conjunto das forças ditatoriais e o contexto, no momento até meados de 1977, das constantes crises no meio militar como elementos desagregadores do regime militar. Para uma visão dessas crises na década de 1970 ver: GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada: o sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

evidente acordo entre as pressões oposicionistas e as preferências dos setores militares de linha-dura, que a autora assim descreve:

[...] a lei não concedia anistia aos que se haviam envolvido na luta armada e eram acusados do que o governo definia como ‘crimes de sangue’. Tampouco se dava liberdade imediata aos presos políticos condenados segundo a Lei de Segurança Nacional por tentar reorganizar um partido ilegal [...] Servidores públicos, diplomatas, professores universitários e membros do Judiciário poderiam retomar suas funções, dependendo da decisão de uma comissão especial de inquérito. Mais grave, porém, era conter a lei um perdão incondicional aos integrantes do Aparato Repressivo que estiveram envolvidos com a tortura [...] Ele dificultaria eventuais investigações sobre as atividades do Aparato Repressivo constituindo, portanto, uma derrota para a oposição⁹⁴.

Na interpretação de Ronaldo Costa Couto, a anistia já era uma instituição política nacional e seria uma consequência quase lógica do processo de dissensão em curso:

A anistia aos condenados ou acusados de crimes políticos era desejada pela oposição desde o advento do Ato Institucional nº 1, em abril de 1964. Inicialmente reivindicada com discrição, ganhou estridência no final do governo Geisel [...] A concessão de anistia é da tradição brasileira. Já ocorrera 47 vezes. Algumas tiveram grande importância histórica, favorecendo a unidade nacional. A de agora vinha sendo debatida com crescente intensidade pelo governo e pela oposição, que promovia campanha nacional de ampla repercussão por anistia ampla, geral e irrestrita. Era também ponto marcante da continuidade da abertura. Significado principal: apagar multilateralmente ressentimentos, desarmar os espíritos, prevenir represálias, anular o revanchismo, a forra, reintegrar centenas de exilados brasileiros espalhados pelo mundo. Alguns desde 1964⁹⁵.

A anistia garantiria, como o fez até hoje, a impunidade de todos os criminosos da ditadura, mas não garantiria o retorno da democracia plena, dos direitos políticos, da liberdade de expressão, esses dependeriam, ainda, de um demorado processo de conquista social, possivelmente ainda não concluído. Mas essa mesma anistia forneceria um novo ânimo aos comunistas brasileiros, seria o início da abertura desejada por tantos para retomar os debates imperativos acerca da avaliação de suas ações e das orientações que seriam válidas a partir de então. Essa discussão poderia levá-los ao consenso ou ao rompimento, mas era indubitavelmente uma exigência do momento político que o país atravessava.

Ressalte-se, ainda, que foi também no ano de 1979, que o governo Figueiredo abriu possibilidade de outra reforma, a dos partidos políticos, mas sempre limitando o seu campo ao evitar certas correntes de opinião. A Lei nº 6.767, de 20/12/1979, destinada a dar organização aos partidos políticos, extinguiu o MDB e a Arena, criados pelo Ato

⁹⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984. p. 268.

⁹⁵ COUTO, Ronaldo Costa. Op. cit., p. 273-274.

Institucional nº 2, em 1964 e trouxe como inovação a exigência de colocar-se a palavra “partido” em qualquer título de agremiação. Contudo, eram muitas as exigências para se chegar ao registro de um partido e permaneceram as restrições a todos os partidos que se fundamentassem em fé religiosa, racismo ou sentimentos de classe social, clara alusão aos partidos da chamada classe operária, como se auto-proclamava o PC do B. A estratégia situacionista, evidentemente, não permitiria a existência legal de partidos comunistas e, mesmo com as prerrogativas da anistia, não garantia liberdade de expressão ou reunião aos militantes dessa composição, forçando-os a seguir na clandestinidade⁹⁶.

2.2 A linha política do PC do B

Seguindo a perspectiva generalizante de Reis Filho, em que “a revolução, a missão do proletariado, o papel do partido, são postulados (ou mitos) cultivados por todas as organizações comunistas” e têm uma importância chave em sua existência, bem como são determinantes para o rumo de suas discussões e trajetórias políticas, buscar-se-á delinear um pouco deste universo no que tange ao PC do B, buscando compreender como ele deu vida a estes elementos que servem de justificção orgânica de sua existência.

Antes mesmo da apresentação dos fatos, as questões teóricas de fundo revelam-se de grande importância para o entendimento do conteúdo dos documentos relativos à dissidência interna do PC do B que irrompe a partir de 1979, que evoluiria da simples discordância com a direção para a explícita pretensão de formar uma nova sigla partidária por parte de grupos articulados em diferentes estados do país. Nesse sentido, alguns pontos de efetivo debate merecem destaque.

2.2.1 Teorias da revolução para o Brasil

Situando ao nível da ideologia, o marxismo-leninismo caracteriza a revolução como algo imanente ao processo histórico, ela seria um “desdobramento orgânico do regime capitalista” e sua existência poderia ser comparada a um “cataclismo natural” que acontece

⁹⁶ Reforça-se aqui que, mesmo após a volta do pluripartidarismo, os partidos comunistas continuaram fora da lei e só viriam a ser reconhecidos legalmente em meados dos anos 1980.

independentemente da vontade dos homens⁹⁷. Nesse sentido, o processo revolucionário estaria, sempre, em termos históricos, avançando e se houvesse reveses, ou seja, eventuais derrotas, seriam apenas contratempos, pois a revolução só pode ser retardada, não eliminada, pois fatalmente seria substituída por novas lutas, “mais violentas ainda”.

É sabido que as organizações comunistas brasileiras cultivaram com dedicação o mito da revolução inevitável, seguindo com afinco as orientações teóricas de suas lideranças temporais, de Lênin a Stálin, de Mao Tsé-Tung a Che Guevara. Mesmo com o advento do regime de 1964, mesmo com o abandono do PCB, os militantes comunistas que persistiam na causa não abandonavam o princípio da revolução inexorável, ao contrário, desejavam com sua ação, melhor concretizá-lo.

Para Reis Filho, a decisão pela revolução, ou seja, pela luta armada, tornou-se uma “imposição inescapável” para as correntes radicalizadas de esquerda, especialmente após a implantação do regime militar. O paradoxo vivido pelos comunistas entre as reformas ou o impasse cristalizou-se na via do impasse. Segundo este autor: “A procura de um modelo internacional – o cubano, o chinês, não importa – é uma operação posterior, para legitimar a opção já tomada”⁹⁸. Neste sentido, mesmo entendendo as ideologias internacionais como não determinantes do ideal revolucionário, elas continuam sendo cruciais, pois tem um papel legitimador na manutenção dos laços de coesão internos às organizações comunistas.

Unindo as informações relativas à guerrilha do Araguaia aos demais movimentos de reação armada que tiveram lugar entre as décadas de 1960 e 1970, pode-se comprovar que as organizações comunistas ou de esquerda, de modo geral, adotaram uma concepção do processo revolucionário onde o campo cumpriria papel nodal⁹⁹, o que ganhou novo impulso decorrente da efetiva emersão dos trabalhadores rurais como sujeitos políticos no Brasil e,

⁹⁷ Uma versão interessante da questão revolucionária pode ser encontrada em Araújo, onde: “A revolução marxista não visava apenas à derrubada do regime ou à transformação das relações de produção, ou apenas à abolição da propriedade privada. Seu objetivo é construir uma nova totalidade: novas formas de produção articuladas a novas formas de poder político e a novas relações sociais, jurídicas, ideológicas, culturais. Uma sociedade inteiramente nova. Mas a revolução não deve ser apenas total, como também universal. A revolução deve abranger a totalidade do planeta. Para Marx, a revolução seria obra dos operários do mundo todo”. Considerando as possíveis divergências interpretativas, a autora reflete sobre a questão da totalidade e do internacionalismo na teoria marxista. Ver: ARAUJO, Maria Paula do Nascimento. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p.102.

⁹⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, CEDEC, 1986. p. 47.

⁹⁹ Em que pesem estas afirmações, é fato que nenhuma das organizações da esquerda armada conseguiu preparar e efetuar verdadeiras operações de guerrilha rural, com exceção unicamente do PC do B. Tal constatação é citada por Gorender: “Nenhuma das organizações empenhadas na guerrilha urbana chegou à guerrilha rural. Algumas dezenas de pequenas bases foram esboçadas em regiões agrícolas, com famílias camponesas e, eventualmente, combatentes treinados [...] Quando não sofreram o desmantelamento por intervenção do inimigo, essas bases da projetada guerrilha rural se desativaram por si mesmas”. GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 233.

também, pelo andamento das revoluções em Cuba, Argélia e Vietnã, além dos desdobramentos da própria revolução chinesa.

Foi exatamente este contexto de fortalecimento e diversificação dos atores sociais e políticos que promoveu uma série de divisões no comunismo brasileiro. Baseado na pesquisa de Hecker não somente teve origem o PC do B em 1962, seguido em 1967-68 pela formação da ALN, MR-8, PCBR e POC, como a própria cultura política da esquerda revolucionária deu origem a novas vertentes, marxistas ou católicas, como a Polop e a AP. Essas organizações encaravam a questão agrária como essencial e central na estratégia revolucionária, nucleando sua estratégia na construção da aliança operário-camponesa, ainda que as concepções organizacionais ou táticas fossem variadas, mas pensavam, de alguma maneira, como o “atraso” poderia vir a ser uma vantagem. Essa estratégia, que contava como decisivo o confronto armado, foi derrotada cabalmente em meados dos anos 70, diante da avassaladora força repressiva do Estado¹⁰⁰.

No campo da história factual, Maklouf Carvalho destaca a existência de três tentativas de guerrilha durante a ditadura militar antes do Araguaia, quais sejam, a do coronel Jefferson Cardim Osório, nos municípios gaúchos de Três Passos e Tenente Portela, em 1965; a de Caparaó, do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), na divisa entre o Espírito Santo e Minas Gerais, em 1966; e um pouco mais “encorpada”, a da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), do capitão-desertor Carlos Lamarca, em 1970, no Vale da Ribeira¹⁰¹. Segundo ele: “Outras organizações, como a ALN, a VAR-Palmares e a Ação Popular (AP) também começaram os preparativos para a implantação de guerrilhas. Todas as tentativas foram sufocadas pelo Exército”¹⁰².

Em um produtivo contraponto entre as esquerdas dissidentes e suas ações armadas, em especial na década de 1970, Maria Paula Nascimento Araújo aborda que, no caso brasileiro, quase todas as organizações de luta armada que surgiram entre 1966 e 1969 desapareceram durante os primeiros anos da década de 70, desbaratadas pelos órgãos de

¹⁰⁰ HECKER, Alexandre. O socialismo brasileiro: a outra esquerda. In: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (Orgs.) *Corações vermelhas: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 286.

¹⁰¹ Maiores detalhes sobre estas tentativas guerrilheiras podem ser encontradas na obra de GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas* (Capítulos 18 e 27), sugerem-se também obras específicas como REBELLO, Gilson. *A guerrilha do Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980; CASO, Antônio. *A esquerda armada no Brasil* (1967-1971). Lisboa: Moraes, 1976; JOSÉ, Emiliano; e OLDACK, Miranda. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.

¹⁰² CARVALHO, Luiz Maklouf. *O coronel rompe o silêncio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004. p. 47.

repressão política do governo militar ou dissolvidas por seus próprios militantes, que não encontravam mais caminho de ação política possível através delas¹⁰³.

Ainda assim, para a autora, algumas poucas organizações sobreviventes esboçaram uma autocrítica da experiência. Tal prática consistia num “[...] processo difícil que colocava em xeque uma opção que custara a vida de inúmeros militantes, a maioria deles muito jovens. A ferida da luta armada abriu campo para a visceral rejeição da violência que, em contraste com a década anterior, marcou a esquerda no Brasil e no mundo [...]”¹⁰⁴.

O caráter da revolução brasileira foi institucionalizado pelo VI Congresso da Internacional comunista de 1928, no contexto da visão da revolução em etapas, onde se desdobram as formas de luta que deverão estar correspondendo às táticas subordinadas à estratégia definida pelo Komintern. No direcionamento geral da construção de uma interpretação da realidade brasileira, a “etapa” da revolução foi especificada, pelo PCB como democrática, antifeudal e antiimperialista, características eficazmente questionadas pelas teses de Caio Prado Jr., na obra *A Revolução Brasileira*, de 1972¹⁰⁵.

Com a divisão partidária de 1962, em uma visão restrita ao PC do B a revolução deveria ter um caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista. Mas seu caminho não seria pacífico e sim através da luta armada e da violência revolucionária. A revolução se daria, inicialmente, dentro dos moldes propostos pelo maoísmo, que ganhava difusão institucionalizada no Brasil e atuava como força aglutinadora contra o PCB¹⁰⁶. Em linhas gerais, esta versão é admitida, não sem críticas, no interior do próprio partido:

[...] em 1966, em sua IV Conferência Nacional, o PC do B definiu o caminho da luta armada como o da guerra popular e estabeleceu seus princípios mais gerais, orientação política que perdurou até 1978. Nesse texto, faz a defesa integral da visão chinesa, já nessa época rompida com a URSS e Cuba. Era a teoria maoísta da ‘guerra popular prolongada’, realizada a partir do campo e cercando as cidades, dirigida por um Exército popular de base camponesa¹⁰⁷.

¹⁰³ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit., p.98.

¹⁰⁴ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit., p. 99.

¹⁰⁵ Baseado em MAZZEO, Antonio Carlos. *O Partido Comunista na raiz da teoria da via colonial do desenvolvimento do capitalismo*. In: MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (orgs.). Op. cit., p. 159.

¹⁰⁶ A opção pela luta armada aparece em forma narrativa e esclarecedora em VENTURA, Zuenir. Op. cit., p. 61-74. Só para constar, considerando que a maioria dos pretensos guerrilheiros seriam ainda estudantes e, enquanto tais, idealistas, o autor propõe um questionamento: “É fácil condenar hoje o voluntarismo daqueles jovens que acreditavam mais na vontade do que na razão. Mas como não ser voluntarista sendo contemporâneo de Fidel Castro, Che Guevara, Mao e Ho Chi Mim? Realmente, poucas vezes a História reunia tantos argumentos em favor das famosas ‘condições subjetivas’, em detrimento das ‘objetivas’”. (p. 64).

¹⁰⁷ A visão de *dentro* do partido está em PÉRICLES, Cícero e ALMEIDA, Francisco. *PC do B (1962-1984): a sobrevivência de um erro*. São Paulo: Novos Rumos, 1985. p. 10.

O PC do B, convertido no primeiro Partido Comunista maoísta da América Latina, será responsável pela implantação tático-estratégica das experiências chinesas, o “cerco das cidades pelo campo”, e, principalmente, da retomada da teoria do Bloco das Quatro Classes – formulado no V Congresso do Komintern, em 1924, e já anteriormente tentada pelo PCB sem grandes sucessos.

Com o documento *Guerra Popular – Caminho da Luta Armada* (1969), o PC do B acreditava ter formulado sua tão almejada concepção sobre “o caminho da luta armada no país”, neste texto lê-se que “somente empunhando as armas, o povo brasileiro acabará derrotando as forças armadas da reação” e que “o estudo das obras de Mao Tsé-Tung, o maior marxista-leninista da atualidade, sobre a guerra revolucionária, serviu de guia na elaboração deste caminho”. Para o PC do B tratava-se de adotar a linha política chinesa, onde “não é possível transformar o mundo senão com o fuzil”.

A preferência esboçada pelo PC do B com relação ao maoísmo guiou ações consideradas de grande monta no interior do partido, como fora o caso do planejamento e execução da guerrilha do Araguaia. Este combate, um ensaio de guerra civil no interior brasileiro, utilizou os modelos foquista e maoísta combinadamente, prevalecendo o segundo como ideal, revelando uma desastrada tentativa de adaptar a teoria à realidade. Ainda assim, é preciso compreender o ideário por trás do fato e do modelo, como na visão crítica de Reis Filho, onde:

A revolução, a missão do proletariado, o papel do partido são postulados (ou mitos) cultivados por todas as organizações comunistas e têm uma importância chave em sua existência. Modelarão frequentemente as discussões e trajetórias políticas. No ato mesmo de sua fundação, cada organização comunista será como compelida a dar vida a estes mitos porque se trata de justificação de sua própria personalidade orgânica¹⁰⁸.

No Brasil, ainda sob a ditadura militar, grupos, partidos e organizações rearticularam-se, buscando uma nova inserção na vida política do país, forçando a legalidade, procurando espaços abertos e públicos de atuação. A partir daí, um novo conjunto de organizações políticas se formou, desvinculado da opção pela luta armada e permeado por novos debates – em especial, pela discussão em torno da tática de enfrentamento da ditadura militar. A luta democrática, seus impasses, limites e alcances, tornou-se a questão central.

¹⁰⁸ REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro – Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990. p. 116.

2.2.2 O debate em torno do *foquismo* e do *maoísmo*

As constantes mudanças de orientações ideológicas foram outro ponto de fecundos debates nos bastidores dos partidos comunistas; no caso do PC do B, duas destas orientações – o foquismo e o maoísmo – foram o objeto de ações contraditórias e inconclusos estudos, sendo ambos abandonados ao longo do tempo como fórmulas ultrapassadas para o utópico projeto de implantação revolucionária do comunismo no Brasil.

À nível de generalização, foi na década de 1960 que as ditas esquerdas radicalizadas, tanto do Brasil como do mundo, passariam a valorizar a violência e a luta armada, bem como o culto da ação e do pragmatismo. Os mesmos ativistas e pensadores irão influenciar expressivos setores da juventude de esquerda em diversos países, como será o caso de Che Guevara, Ho Chi Min, Débray e Fanon. Em sua versão chinesa ou cubana, “a luta armada passava a ser valorizada, enquanto justificativa teórica para a violência do oprimido contra o opressor – fosse ele um invasor colonialista ou um explorador capitalista”¹⁰⁹.

Na obra *Imagens da Revolução*, organizada por Daniel Aarão Reis Filho e Jair Ferreira de Sá, que traça um quadro das principais organizações clandestinas de esquerda entre 1961 e 1971, existem referências aos grupos dissidentes que, em grande parte, adotaram a luta armada seduzidos pela ação imediata e pela visão pragmática da realidade, invariavelmente acusando o PCB de imobilismo. Nestes grupos, “o foco guerrilheiro – voltado para a luta, para a ação imediata – era a instância privilegiada de organização, em detrimento dos partidos associados a reuniões infundáveis, complicados organogramas, direções pesadas e documentos ilegíveis”¹¹⁰.

Do mesmo modo, em análise das formas da luta revolucionária assumidas pelas esquerdas nos anos 1960 e 1970, Ridenti expõe com clareza a adesão do PC do B e da AP à opção da guerrilha rural ou da “guerra popular prolongada” com o “cerco das cidades pelo campo”, mas que divergiam a fim de optar pelos dois pólos teóricos que atraíam estes grupos no momento: o guevarismo e o maoísmo, com várias posições híbridas entre eles¹¹¹. Para este autor, sob inspiração dos escritos de Guevara e do texto de Régis Debray, havia no “foco” três etapas no devir da atividade guerrilheira, inspiradas no exemplo da Revolução Cubana:

¹⁰⁹ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Op. cit., p. 97.

¹¹⁰ REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 15.

¹¹¹ RIDENTI, Marcelo. Op. cit., p. 44-45.

a da instalação do grupo guerrilheiro (foco militar), inicialmente isolado numa certa área rural de difícil acesso para a repressão; a fase do desenvolvimento da guerrilha, com a conquista e defesa de um território, quando camponeses seriam incorporados à luta; e a etapa da ofensiva revolucionária para tomar o poder, liderando as massas exploradas¹¹².

Para Gorender, a esquerda brasileira tomou conhecimento da teoria do foco através dos escritos de Ernesto Che Guevara, desde *A guerra de guerrilhas*, de 1960, e de Régis Debray. Deste último, *Revolução na revolução?*, folheto de 1967, suscitou entusiasmo instantâneo [...] O ponto de partida da teoria do foco consistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário em todos os países latino-americanos. Guevara dizia que a revolução latino-americana seria continental, impondo-se por cima de diferenças nacionais secundárias, e diretamente socialista. A simpatia inicial de forças burguesas, como se deu em Cuba, constituía excepcionalidade irrepetível¹¹³.

O foco se iniciava com um punhado de homens e se punha a atuar entre os camponeses de uma região cujas condições naturais favorecessem a defesa contra ataques do exército [a predileção pelas montanhas denunciava um fácil geografismo]. Numa segunda etapa, colunas guerrilheiras se deslocavam da região inicial, levavam a luta armada a outras regiões e confluíam afinal para o exército rebelde capaz de infligir ao inimigo a derrota definitiva [...] O foquismo trouxe outra novidade, que o singularizou: a idéia da primazia do fator militar sobre o fator político, da prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido. Os cubanos dirigiam uma crítica ácida, mas verdadeira, ao burocratismo e à corrupção que assolavam certos partidos comunistas. Ao invés de esperar por eles, o foco guerrilheiro assumia a responsabilidade de iniciar a luta. Todo o processo revolucionário se subordinaria à dinâmica germinativa da guerra rural, desde a luta de massas nas cidades à formação do novo partido revolucionário¹¹⁴.

Algum tempo depois de começarem a circular críticas duras a Cuba, com o desencantamento dos militantes com relação ao modelo foquista e com a incômoda aproximação de Fidel Castro à política externa soviética, o PC do B, que vivia o dilema da luta armada presente na segunda metade dos anos 1960, questão que representava um paradoxo entre o reformismo e a revolução, optou pela aproximação da experiência chinesa, ou seja, do maoísmo.

¹¹² RIDENTI, Marcelo. Op. cit., p. 45.

¹¹³ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 88.

¹¹⁴ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 89.

A experiência chinesa aparecia naquele momento como uma saída que, por um lado, propunha a luta armada, mas, por outro, diferente do foquismo cubano, não abria mão da organização partidária como elemento fundamental na condução do processo revolucionário. As diferenças evidentes entre as duas experiências doutrinárias são assim descritas por Gorender:

Em primeiro lugar, (o maoísmo) subordinou o fator militar ao fator político. O exército guerrilheiro devia estar sob a direção absoluta do partido comunista. O partido precede a guerrilha e esta não surge e se desenvolve senão mediante o trabalho político entre os camponeses. A perspectiva devia ser, por isso, a da guerra popular prolongada. Em segundo lugar, a liderança chinesa não endossou o objetivo socialista imediato, salientado nos escritos de Guevara, porém continuou a defender a concepção de revolução em duas etapas. Bem como a tese da aliança com a burguesia nacional na etapa da revolução antiimperialista e antifeudal¹¹⁵.

Na década de 1960, o PC do B encontrava no maoísmo embasamento para dar respostas, sobretudo quanto à questão da luta armada, àquela conturbada conjuntura que se abriu após o golpe militar, quando a adesão à luta passou a diferenciar *reformistas* e *revolucionários* em boa parte das esquerdas brasileiras. Com a adesão ao maoísmo, o partido pôde aderir a um projeto de luta armada sem, entretanto, ter que partir para o embate imediato com a ditadura, como fizera a maior parte da esquerda revolucionária no país.

É interessante notar que, junto com a opção pelo maoísmo, há uma crítica ao modelo cubano no que tange à questão da necessidade do partido de conduzir o processo revolucionário. Conforme já fora dito, não bastava ao partido a opção pelo maoísmo, era necessário indicar as insuficiências do foquismo enquanto estratégia revolucionária.

De acordo com Sales, o relacionamento do PC do B com o maoísmo foi intenso até a segunda metade da década de setenta, quando houve um “rompimento público do partido com o PCCh, e foi feita, à moda comunista, uma crítica retrospectiva ao modelo chinês, a qual procurava mostrar que o partido já demonstrava discordância com esse modelo pelo menos desde 1963”¹¹⁶.

A partir do final dos anos 1970, verifica-se no interior do PC do B um crescente número de documentos que proclamam o rompimento total da organização partidária com as linhas de ação, tanto foquistas como maoístas, num abandono evidente das teses que regeram os movimentos de reação esquerdista até aquele momento. Para estes militantes comunistas

¹¹⁵ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 91.

¹¹⁶ SALES, Jean Rodrigues. O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60. In: *Revista História: Questões e Debates*. Ano 18, n. 35. Curitiba: Ed. da UFPR, julho a dezembro de 2001. p. 299.

havia um claro aspecto revisionista ou reformista nestas teses, ou na forma como foram assimiladas pelos partidos de esquerda, e, portanto, assim se explicava o necessário afastamento ou a retomada da gênese inicial destas doutrinas. Em um documento datado de 1980, intitulado *Che Guevara e o foquismo: suas raízes de classe*, um comunista baiano declara:

[...] qualquer partido que um dia se disse, se fez ou se pretendeu marxista-leninista, mas que se guiou pelo foquismo ou por um ecletismo qualquer, pois bem, qualquer partido que assim procedeu **já traz o revisionismo no seu ventre**, goste ele ou não do nome ‘revisionismo’ [...] Desta forma, aqueles partidos que de fato pretendem ser partidos marxistas-leninistas, isto é, destacamentos avançados da classe operária (e não dos camponeses) e de forma inequívoca, **não podem, em momento algum, se guiar, total ou parcialmente, pelo foquismo, pelas teses de Fidel ou do Che, Lowy, Debray, etc** [...] O ‘marxista’ ou ‘partido marxista-leninista’ que se auto-intitular como tal e no entanto tentar ‘juntar’ idéias foquistas, maoístas, trotskistas, blanquistas e até mesmo, aqui e ali, algumas idéias marxistas **não passa nem passará, jamais, de um partido pequeno burguês revolucionário que está casado, organicamente casado em todos os planos (teórico, ideológico, político e organizativo) com o mais contundente e ‘moderno’ revisionismo**¹¹⁷.

Em outro documento, de maio de 1979, destinado à crítica sobre o debate ideológico e às divergências entre o PC do B e o PCCh, o Comitê Regional da Bahia apresentava suas reclamações com relação ao atraso com que este debate chegava aos militantes, utilizando como argumentos:

A partir principalmente de 1976, os artigos de nossa imprensa já eram bastante explícitos em relação à crítica do PCCh, à sua tentativa de formular uma nova estratégia para o movimento operário mundial; e não houve grandes dificuldades em que todos cerrassem fileiras na luta contra a teoria dos três mundos. Mas o fato de se manter divergências anteriores com Mao e o PCCh, sem debates nas fileiras, levou a uma certa perplexidade quando a crítica ao maoísmo vem à luz do dia com toda força. Atitudes mais justas ao trato das divergências, em relação ao conjunto partidário, pensamos, não produziria o ‘impacto’ causado. Assim como o CC, ao longo do processo, pôde compreender sem grandes dificuldades, supomos, a necessidade de crítica ao maoísmo, os militantes se não tivessem ficado à margem das divergências de princípio teriam podido compreender melhor, de imediato, e sem ‘impactos’ o nível do debate ideológico atual¹¹⁸.

¹¹⁷ R.S.Bruno (codinome do militante). *Che Guevara e o foquismo: suas raízes de classe*. Bahia, 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 15, p.13. Grifos no documento.

¹¹⁸ Comitê Regional da Bahia. *Alguns marcos do atual debate ideológico e como nos conduzirmos diante dele*. Bahia, maio de 1979. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 09, p. 10.

Fica claro, nesta avaliação, que as divergências do referido comitê com a direção central despontavam até mesmo no nível ideológico, no contexto geral do documento existem repetidas acusações ao partido de não orientar adequadamente seus militantes sobre o grau das divergências, fazendo com que estes continuassem realizando estudos maoístas mesmo após o completo abandono desta ideologia pelos comunistas do centro do país.

A posição da direção de nosso partido – bem como a de todos os outros considerados marxistas-leninistas – sobre o pensamento de Mao-Tsé-Tung, causou espanto e perplexidade em nossas fileiras. Afinal, de ardentes e incondicionais defensores de Mao-Tsé-Tung, qualificado como eminente marxista-leninista de nossa época, de uma hora para outra, e sem nenhum processo crítico e autocrítico, tomou-se conhecimento de que a direção do partido concluía que Mao e seu pensamento não era marxista-leninista. [...]

¹¹⁹

Outras seriam as manifestações deste mesmo comitê, no ano de 1980, que continuavam demonstrando o abandono ideológico que enfrentavam os quadros estaduais e apontam para o fato de que foi dentro desse próprio espaço que as deficiências começariam a ser sanadas, ou seja, com um direcionamento próprio, divergente, que, enfim, optaria pelo dissidente:

À falta de um incentivo maior e uma direção melhor, resolvemos assumir mais o aprofundamento das questões que começamos a levantar. Nesse sentido, assessorados pela Comissão Auxiliar II, vimos produzindo alguns documentos – sobre a concepção de partido vigorante e funcionamento partidário, sobre a formação sócio-econômica do Brasil em nossos documentos, sobre a nossa concepção de estratégia e tática sobre o Araguaia – que decidimos **também** fazer circular nas nossas fileiras aqui, ao tempo em que remetemos à direção central. Não são documentos acabados, mas sim iniciais, que buscam a participação, a colaboração e a crítica de todos os camaradas¹²⁰.

No transcorrer do documento se evidencia a tentativa da direção regional de conduzir a ampliação de estudos para a compreensão de tal virada de concepção teórica, que desembocaria em uma auto-avaliação de conseqüências desastrosas para a unidade partidária. Em um dos documentos produzidos por este Comitê no início do ano de 1979, despontam as origens dos desentendimentos futuros: “[...] fazemos referências de que julgamos que os mesmos princípios ou concepção que orientaram o ‘fechamento’ para as

¹¹⁹ Comitê Regional da Bahia. *Avaliação de nosso desempenho na luta interna*: breve histórico e apreciação. Bahia, fevereiro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 43, p. 01.

¹²⁰ Comitê Regional da Bahia. *Avaliação de nosso desempenho na luta interna*: breve histórico e apreciação. Bahia, fevereiro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 43, p. 06. Grifo no documento.

fileiras partidárias das divergências mantidas com Mao e o PCCh, ao tempo em que as mesmas eram cerradas nas suas defesas incondicionais, eram idênticos aos que levaram a direção partidária marginalizar as fileiras por quatro anos (74/78) da discussão sobre o Araguaia [...] era natural e legítimo que iniciássemos uma série de questionamentos até então inimagináveis para nós”¹²¹.

As referências a descontentamentos e incompreensões relativas à base doutrinária de ação do partido tornam clara a falta de sintonia entre grupo diretivo central e seus quadros dirigentes regionais, bem como os demais militantes, ou, em outros termos, entre intelectuais orgânicos e classes populares filiadas. Nesse sentido, Aarão Reis considera que: “Os comunistas brasileiros, em sua ânsia de legitimar opções internas através de experiências internacionais, ao contar com estas experiências como um fator relevante para manter seus laços de coesão, revelam uma fragilidade notável em termos de suas raízes na história do movimento popular brasileiro”¹²². Para o autor, o distanciamento gerado pela adoção de modelos internacionais como legitimadores é, “em si mesmo, profundamente antidemocrático, abre uma dinâmica elitista, excludente”, é o conhecimento (ou não) da ideologia que forjarão o debate interno e, nesse sentido, os argumentos de autoridade serão, na maioria das vezes, decisivos.

Ainda assim, no final da década de 1970, a brusca mudança de rumos ideológicos se prefigurava no PC do B como o único caminho a seguir, após o instantâneo abandono da linha maoísta passava-se a uma pregação doutrinária acerca da “imensa contribuição prestada pelo socialismo albanês”, representado por seu líder máximo, Enver Hodja. Contudo, nas fileiras conscientes do partido, inserido já nos rumos da luta interna, alguns militantes se mostravam inconformados com a alteração irrefletida e confusa em nível do grosso dos integrantes, sendo que uma postura era abandonada com pouca divulgação, em especial pelas dificuldades que a clandestinidade e a repressão ocasionavam a todos, e outra era adotada na quase obscuridade de informações, pois esta ainda era uma realidade em 1979. Pode-se ler na documentação do PC do B, inserida na luta interna, mas que também possui cunho ideológico-propagandístico, deste período que:

Devemos compreender que o centro do debate está no maoísmo e não em indagar ou questionar se o PTA [Partido Trabalhista Albanês] e Enver Hodja não estariam se precipitando ou coisa que o valha. Em toda sua vida, o partido de Enver Hodja sempre se pautou pela defesa intransigente do m-1, sempre se manteve fiel ao internacionalismo proletário e nunca arredou pé da construção do socialismo na Albânia e do fortalecimento da ditadura do

¹²¹ Comitê Regional da Bahia. Op. cit., p. 02.

¹²² AARÃO REIS Filho, Daniel et al. *As esquerdas e a democracia*. Op. cit., p. 48.

proletariado. Hoje, o PTA e Enver Hodja, por suas posições revolucionárias-proletárias inabaláveis, são os baluartes da revolução, do socialismo, do m-1, e devem ser ardorosamente defendido, pois exatamente contra eles se concentra o ódio mortal de classe do revisionismo de todas as coisas, do imperialismo e da burguesia¹²³.

O pretense resgate à unidade e ao engajamento revolucionário por meio da apropriação da ideologia albanesa, considerando o grau de desorganização e o incipiente conhecimento da direção, não se mostraria promissor, em especial nos círculos compostos pelos dissidentes, uma vez que quase simultaneamente se passaria a uma defesa ferrenha da retomada dos ideais do marxismo-leninismo, que nos anos 1960 teriam sido sumariamente contestados pelos mesmos comunistas, agora renovado pela perspectiva de influentes autores como Gramsci, ainda que esta mesma não representasse o consenso decisivo para os partidários do comunismo revolucionário em questão.

2.2.3 Teorias de concepção de partido

Um dos temas mais prementes dentro da corporação partidária referia-se à sua direção, uma vez que o PC do B adotava desde sua origem, ao menos em seus estatutos, a opção pela teoria leninista de partido, cujo principal ênfase recai sobre o chamado *centralismo democrático*. Para tanto, o que se teria era,

[...] um partido estruturado como sistema de organizações – células e comitês-, sob um único centro de direção, com unidade de ação e inexistência de grupos, tendências ou frações obedecendo ao comando próprio, apoiado na disciplina livre e consciente de seus membros. O princípio diretor que expressa essa concepção na estrutura organizativa é o centralismo democrático, que assegura a democracia na constituição dos órgãos dirigentes e na elaboração política, o controle democrático de baixo para cima, e a centralização quanto à orientação política, tornando una e coesa a ação política do coletivo¹²⁴.

A opção partidária teoricamente adotada pelo conjunto do PC do B proclamava um modelo marxista-leninista de organização. Tal modelo, duramente criticado nos documentos analisados pelos seus desvios e incorreções, enquadrava-se num projeto utópico que coloca o partido como sujeito político-prático, com missão de orientar as relações políticas de uma classe, no caso “o proletariado, cuja vocação histórica era dada pelo seu lugar na estrutura social”. O partido deveria exercer funções de vanguarda, ou seja, devia estar além da

¹²³ Comitê Regional da Bahia. *Alguns marcos do atual debate ideológico e como nos conduzirmos diante dele*. Bahia, maio de 1979. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 9, p.03.

¹²⁴ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Questões de organização do partido*. 8º Congresso, 1991.

consciência média da classe, “apropriando-se de elementos de toda a cultura e experiências anteriores criadas pela burguesia”¹²⁵.

Na versão adotada das idéias leninistas, o partido se sobrepunha ao sujeito, mantendo uma tradição originária do próprio PCB, que mantinha sua prática unitária sob a égide da denominação comunista, que significava, sobretudo, ser membro de um partido¹²⁶. Para um militante, é através do engajamento partidário que sua vida adquire sentido e todas as posturas que se demonstrem resistentes a isso são consideradas “liquidacionistas”. Com relação ao papel do sujeito no partido tem-se que:

A vida de um militante comunista, num partido leninista, era uma vida diferente da vida do operário ordinário; e o próprio operário ressocializava-se no interior do Partido e alargava seus horizontes para fora de toda visão classista corporativa: ele devia ser não só um indivíduo que *alienava sua própria personalidade* ao conjunto do Partido, mas também se submetia a normas instituídas contratualmente em função da formação e consolidação deste Partido. A partir de sua adesão, a sua vida operava *no sentido* do projeto de Partido, que era também embrionariamente um projeto de sociedade¹²⁷.

Tal construção, típica do ideário comunista, deveria servir como fator de uniformidade do pensamento, uma vez que o militante estava inserido no partido e o partido estava acima do sujeito. Essas e outras concepções foram largamente utilizadas pela direção partidária do PC do B, ao final dos anos 1970, como forma de conter a onda oposicionista que se produzia em seu interior, alegando que as interrogações e propostas de discussões levantadas significavam uma insubordinação dos militantes ao partido, e, com isso, uma negação completa da concepção do partido. Tais argumentos são encontrados nas diversas ameaças de expulsão que os militantes dissidentes recebiam neste período.

Em uma consistente abordagem sobre a evolução da consciência dos marxistas brasileiros, Moraes conduz uma reflexão sobre os descontentamentos surgidos no interior de um partido comunista como fator preponderante para sua permanência no cenário político, a partir dos questionamentos acerca da teoria-ação, onde, “embora o fracasso de uma linha política não prove estar errada a teoria que o inspirou, qualquer Partido que é levado a criticar

¹²⁵ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Op. cit., não paginado.

¹²⁶ Tem-se em PANDOLFI, Dulce. Camaradas e companheiros. [Op. cit., p. 36-46] uma análise objetiva sobre a condição comunista (construída sob o foco do PCB), destacando que qualquer mudança de nome, sigla ou símbolo partidário representava um acirrado desentendimento. Para explicar essa e outras questões, a autora se apropria do termo “tradição inventada” de Eric Hobsbawm, que designa “um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, implicando uma continuidade automática em relação ao passado”. Para maiores explicações ver: HOBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (Orgs.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. p. 09.

¹²⁷ GENRO, Tarso. *Política & Modernidade*. Porto Alegre: Tchê!, 1990. p. 62. Grifos do autor.

pontos fundamentais de seu próprio programa põe em questão sua identidade orgânica e sua legitimidade política”¹²⁸.

Sobre o poder que a revisão dos fundamentos teóricos acerca do papel do partido possuem em sua existência, o autor complementa:

Mas como a missão de um Partido revolucionário é defender seu programa e levá-lo ao triunfo, a autocrítica e a mudança de linha constituem sempre um evento dramático, salvo, claro, quando o reconhecimento dos erros for puramente protocolar e a preocupação doutrinária-propagandística predominar sobre a preocupação teórico-científica, a ponto de tornar a autocrítica um ato vaziamente sacramental, como a confissão dos católicos em que o pecador é perdoado pelo simples reconhecimento de que desobedeceu a algum dos mandamentos¹²⁹.

A analogia engendrada por Moraes reflete uma situação comum nos partidos de esquerda, a da crítica vazia aos seus próprios erros, uma espécie de confissão que logo recebe uma absolvição a altura, senão de seus militantes, da história. Contudo, no caso do PC do B, na situação em foco, a autocrítica gerou mais do que um falso arrependimento, ela gerou a fatal divisão do grupo descontente, que permanecia na contramão de todas as análises publicadas pela direção do partido. Se esse desejo de assumir a crítica em uma nova etapa continuou sendo uma característica do grupo divisionista já é outra questão, sendo um alerta do mesmo autor o fato de que: “[...] em situações politicamente estabilizadas, a vontade intelectual de aprofundamento teórico tende a ser travada pela inércia doutrinária, sobre a qual, bem ou mal, se apóia a coesão orgânica do Partido”¹³⁰.

Após a concretização do rompimento, os antes defensores do centralismo democrático leninista adotaram, por algum tempo, a forma de organização partidária proposta por Gramsci¹³¹, numa tentativa de se diferenciarem politicamente e, de modo especial, de negar o excessivo controle dos líderes partidários que foi o alvo de intensas críticas no auge das discussões. Sobre o modelo gramsciano de partido é interessante denotar a síntese de Genro para quem:

¹²⁸ MORAES, João Quartim de. A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros. In: MORAES, João Quartim de (Org.) *História do marxismo no Brasil II*. Os influxos teóricos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995. p. 49.

¹²⁹ MORAES, João Quartim. Op. cit., p. 49.

¹³⁰ MORAES, João Quartim. Op. cit., p. 49.

¹³¹ Uma concepção geral de partido para este teórico é dada em PANDOLFI, Dulce. Op. cit., p. 60, onde o modelo proposto por Gramsci seria o do partido comunista que fosse ao mesmo tempo “dirigente” e “parte” da classe. A função essencial do partido e dos chamados intelectuais orgânicos era elevar o nível de consciência da classe operária, organizá-la e prepará-la através da construção da hegemonia para a conquista do poder.

Gramsci indicou uma série de elementos que deveriam compor um partido político moderno. Um grupo de homens comuns médios, *em primeiro lugar*, que através da disciplina e da fidelidade funcionassem como um elemento basicamente antidispersivo. Este elemento deveria sintetizar uma força antidispersiva, embora *sem espírito criador e sem alta capacidade de organização*. Em *segundo lugar*, ele via a necessidade que existissem no Partido, a fim de desenvolver uma coesão em nível elevado, homens qualificados para realizar uma elaboração superior à média, com capacidade de centralizar e disciplinar. E, finalmente, *em terceiro lugar*, a existência de outro grupo de *homens médios*, que articulassem as relações do primeiro com o segundo grupo e os pusessem em contato, *não só físico, mas moral e intelectual*. Elemento esse capaz, portanto, de dar durabilidade e capacidade de permanência ao partido¹³².

Tal forma de organização partidária será extremamente válida no caso da formação do Partido Revolucionário Comunista (PRC), com uma nova perspectiva da luta política, muito mais intelectualizada do que ativa, mas não seria uma postura sustentada sem restrições pelo PC do B. Este, após breve adesão aos postulados teóricos da Albânia¹³³, viveria suas novas fragmentações com oscilantes adesões ideológicas, acabando por retornar às origens com a defesa de um partido marxista-leninista que, gradativamente, tornar-se-ia legalista, uma entre tantas associações de dominação visando à conquista de cargos públicos e das vantagens privadas correspondentes, só que baseada numa herança combativa sem precedentes no caso brasileiro¹³⁴.

2.3 A Guerrilha do Araguaia

A guerrilha do Araguaia, movimento de guerrilha levado a efeito no meio rural que envolveu a participação direta do PC do B, constitui-se num evento considerado como fracionário pelo conjunto partidário já mesmo a partir da década de 1970. Tão logo houvesse se extinguido, o partido esforçou-se por contar uma história de seus feitos que foram amplamente questionados e criticados por muitos de seus militantes. Essa inconciliação de

¹³² GENRO, Tarso. Op. cit., p. 79. Grifos do autor.

¹³³ A adesão ao socialismo albanês pelos membros do PRC consiste numa continuidade do ideário já proferido pelo PC do B em 1979, nas Resoluções da VII Conferência, onde lê-se: “São tarefas do Partido: [...]4) Defender a Albânia como o farol do socialismo na Europa e no mundo”. A permanência, ainda que momentânea, reflete a falta de novos rumos nos momentos iniciais da ruptura com a antiga legenda. As resoluções da Conferência estão em PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro*: documentos do PC do B de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 265-269.

¹³⁴ O próprio PC do B, alguns anos mais tarde, acabaria por abandonar a crença no comunismo albanês, tido como capitulador frente às diversas mudanças ocorridas no continente europeu na década de 1990, sendo palavras de seu velho dirigente João Amazonas “Os dirigentes albaneses mudaram de campo. Servem, hoje, às forças anticomunistas, desprezam o socialismo, repudiam a revolução”. In: AMAZONAS, João (Entrevista). *Albânia, vergonhosa capitulação*. Jornal A Classe Operária, 05 a 19.07.1991.

opiniões, forjada em centenas de documentos, iam além do debate sobre os erros e acertos da experiência do Araguaia, avançavam sobre os elementos para a política que o partido deveria seguir no futuro, demonstrando claramente que a cisão era um caminho quase inevitável.

Nesse sentido, necessário se faz retomar alguns momentos decisivos da história da guerrilha do Araguaia, que constitui ponto central do debate encontrado na documentação analisada do PC do B, conhecidamente organizada e desenvolvida pelo partido, no período de 1972 a 1975, na região do Baixo Araguaia, entre o sudeste do Pará e o norte de Goiás, hoje Estado de Tocantins.

O projeto de luta armada do Partido Comunista do Brasil, que numa avaliação geral seguia o modelo maoísta, embora negado em teoria, era intercalado ao modelo foquista¹³⁵ e não atuou na guerrilha urbana, começou a materializar-se em 1967, três anos depois do golpe militar, quando os primeiros militantes foram enviados ao sul do Pará. A posição de tomar o poder pelas armas já estava expressa desde que o PC do B se reorganizara, na Conferência Extraordinária Regional, em fevereiro de 1962, em pleno governo João Goulart.

De acordo com o Comitê Central do partido, declaração forjada logo após o golpe de 1964, “a ditadura, com suas violências e injustiças, com seu entreguismo, com suas medidas antipopulares, veio robustecer na consciência do povo a necessidade da revolução”. Logo após, em 1967, repetia que havia condições “bastante favoráveis para o desencadeamento de grandes lutas, desde as demonstrações de rua [...] até as ações armadas”. O mesmo argumento, agora com maior ênfase, pode ser encontrado em maio de 1968, quando o Comitê reiterava que “não há outro caminho, senão o da luta armada”¹³⁶.

Na revisão de Fernando Portela, o PC do B fizera seu cronograma das possibilidades de revolta armada no país, “a partir de um foco (a teoria do foquismo), com o maior capricho”, ainda que ficasse evidenciada a discordância do foquismo inspirado na Revolução Cubana, que negava a direção do partido na condução da guerrilha rural. As reuniões do Comitê Central foram realizadas, alternadamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo. Nestas reuniões, os ex-deputados comunistas da Constituinte de 1946, João Amazonas e Maurício Grabois, procuram descobrir o terreno mais propício para, na expressão dos comunistas, “plantar sementes”. Membros disfarçados do partido são enviados a vários confins

¹³⁵ Alguns anos mais tarde, em especial nos documentos produzidos pelo VI Congresso do Partido na década de 1980, a *defesa* do PC do B iria alegar que, em momento algum, as idéias de Mao ou Che foram postas em prática no Araguaia, o máximo teria sido uma inspiração extraída de seus escritos. Para o partido, enfim, não houvera nem maoísmo nem foquismo, mas uma combinação de idéias e forças para iniciar a revolução no país. O documento na íntegra está em PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Op. cit., p. 279-341.

¹³⁶ Notas extraídas de POMAR, Wladimir. *Araguaia – O Partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980. p. 10-26.

brasileiros, inclusive Mato Grosso, Goiás, o extremo Sul, o Acre e o território de Rondônia. “Mas a região que parecia ideal estava no Baixo Araguaia, no limite de três estados: Pará, Maranhão e Goiás. Uma região considerada maldita, virgem de progresso e atenções dos governos estaduais e federal”¹³⁷.

Nessa região, no ano de 1966, começaram a se desenvolver grandes projetos agropecuários, subsidiados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). As multinacionais exploravam, com licença concedida pelo governo, amplas regiões de território acelerando-se, assim, a chamada internacionalização da economia brasileira. Para Martins, foi tal processo “produziu a grave repressão política, a drástica intolerância ideológica que encaminhou para a clandestinidade as tendências político-partidárias opostas ao novo regime e as tendências ideológicas que dele mais significativamente divergiam”¹³⁸.

Paralelamente à divisão proporcional do território nacional entre os grupos internacionais, processava-se a expansão do latifúndio, em detrimento dos posseiros locais, os quais eram, constantemente, expulsos de suas terras ou acabavam assassinados por *capangas* a serviço das classes dominantes. Paradoxalmente, nesta região considerada rica, concentrava-se uma população miserável, subnutrida, onde todo tipo de doença e a falta de assistência médica garantiam elevadas taxas de mortalidade. A exploração econômica e a opressão política completavam o quadro socialmente desgastado, que, na aparência, serviria plenamente aos interesses revolucionários de qualquer agrupamento de esquerda, mas na essência, revelar-se-ia um complicado palco de ação para aqueles que buscavam solucionar os problemas do país, a partir de um distante ponto no interior.

No início de 1972, pouco mais de sessenta militantes [os números variam entre 63 e 69] do PC do B já se encontravam instalados na região do Araguaia. Naquele momento, o partido dava importância ímpar à deflagração da guerrilha, tanto que boa parte do Comitê Central (CC), e da própria Comissão Executiva do CC, deslocou-se para a área. No topo da hierarquia do Araguaia ficava a comissão militar, composta por membros da direção nacional do PC do B. A comissão militar coordenava três destacamentos, cada qual com seu comandante, dentre os 21 integrantes. Por sua vez, cada destacamento subdividia-se em três grupos de sete militantes, dentre os quais, um chefe e um subchefe para cada grupo. As normas disciplinares e de segurança procuravam ser rígidas, de modo que os guerrilheiros só

¹³⁷ PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil – A saga do Araguaia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2002. p. 73-74.

¹³⁸ MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: A questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1982. p. 136.

conheciam os companheiros de seu próprio destacamento, ignorando as atividades dos demais.

Na composição do contingente, verifica-se grande predomínio de militantes oriundos da classe média. Segundo dados de Campos Filho¹³⁹, 44% eram estudantes universitários e 8% secundaristas. A eles se juntavam 16% de profissionais liberais (médicos, professores, advogados, etc.) e 12% de comerciários, bancários e outros. Ou seja, 72% dos militantes engajados na guerrilha procediam das camadas médias. Os operários não eram mais do que 6% e os camponeses, incluindo os procedentes da própria região, somavam 22% do total. Evidencia-se, segundo estes dados, o fraco enraizamento do PC do B na classe operária e no campo, considerados categorias sociais básicas, segundo sua própria doutrina, para o êxito da luta revolucionária.

Ao que se sabe a preparação da guerrilha não era conhecida pela população do Araguaia, esta precisou passar por um processo de convencimento, tanto por aqueles que queriam lutar por eles, quanto por aqueles que viam nessa luta uma ameaça nacional. Conforme descreve Gorender¹⁴⁰, os guerrilheiros assentavam-se como moradores comuns, que procuravam ser solícitos e solidários com os vizinhos, habitantes de uma área de “povoamento recente, baixo nível de conflitos sociais e insignificância econômica”, com escassa presença policial; “era rotineira a chegada de gente nova numa região de fronteira agrícola”. Eles integraram-se ao cotidiano dos demais trabalhadores rurais, trabalhando na terra de sol a sol, sem desenvolver atividade política, num meio que não apresentava qualquer tipo de organização dos trabalhadores. Desenvolviavam algumas atividades assistenciais, como o atendimento médico e sanitário aos moradores do local.

Ao que se pode imaginar, foi uma surpresa quando, em abril de 1972, o Exército chegou procurando os *terroristas* infiltrados na região: pareceu estranho àquela gente que os novos moradores, tidos por eles como os *paulistas*, que lhes pareciam tão confiáveis, fossem subversivos, sendo lá o que quer que tenham entendido sobre essa expressão.

Expondo a organização da guerrilha, Portela considera, como já foi dito, que cada comando possuía 21 homens, divididos em grupos de sete. E, no centro do triângulo formado pelos três destacamentos, plantara-se a comissão militar, constituída pelo ex-deputado Maurício Grabois, o ex-metalúrgico Ângelo Arroyo, os comandantes Osvaldo Orlando da Costa e João Carlos Haas Sobrinho, além de dois elementos de segurança, possivelmente Gilberto Olímpio e Líbero Giancarlo Castiglia. Essa comissão militar não saía da selva, com

¹³⁹ Dados expostos em GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1999. p. 235.

¹⁴⁰ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 236.

exceção dos comandantes de destacamento, e era ali o ponto central da guerrilha; além de um completo equipamento de comunicações, havia alimentos armazenados e uma oficina de reparos e adaptação de armas¹⁴¹.

Sobre o baixo contingente numérico, Gorender observa que a previsão, para o final de 1972, era a incorporação de mais uns poucos elementos, o que completaria o efetivo julgado ideal para o desencadeamento da guerra popular. Contudo, mesmo com poucos combatentes, a preparação clandestina não estava assegurada, sendo que a qualquer momento algum de seus elementos poderia desertar ou ser obrigado a se retirar por inadaptação, doença ou outro motivo¹⁴². Quase todas as análises sobre a guerrilha são honestas em afirmar que nunca houve muita esperança na grande adesão de militantes à causa da guerrilha, o que havia mesmo era a vontade de incitar a população local ao movimento revolucionário, o que se já não fora impossível, demoraria um longo tempo, do qual não dispunham.

A guerrilha já estava para ser iniciada quando a presença de membros PC do B, na área, foi descoberta pelos órgãos repressivos, o que obrigou os guerrilheiros à antecipação de seus planos, deflagrando a guerrilha imediatamente. Mesmo sem significativas adesões e treinamento insuficiente, era iniciar o combate ou esperar pela captura certa. O Exército levaria quase dois anos e três campanhas militares para exterminar completamente a guerrilha. A primeira delas, de abril a junho de 1972, envolveu milhares de homens, na maioria recrutas comuns, não obtendo maiores êxitos. Os guerrilheiros causaram algumas perdas às tropas governistas e até teriam aterrorizado alguns grupos de combatentes, o que lhes valeu uma vitória moral e obrigou as Forças Armadas a recuarem, para melhor organizar uma segunda investida. Essa se deu em setembro e outubro daquele mesmo ano, em moldes similares aos da primeira campanha, e também não foi eficaz, para surpresa dos comandantes militares que não conseguiam destruir a guerrilha, embora já lhe tivessem imposto cerca de dezoito baixas entre abril e outubro daquele ano.

Por ocasião da segunda campanha, no dia 24 de setembro de 1972, apareceu em *O Estado de São Paulo* a única notícia da guerrilha a conseguir burlar a vigilância da censura. O regime militar sempre fez de conta que a guerrilha do Araguaia não existiu; apesar da crítica dos jornais, das revistas e da mídia eletrônica às ações terroristas urbanas, como o

¹⁴¹ PORTELA, Fernando. Op. cit., p. 76.

¹⁴² GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 234-235. Sobre a hipótese de que a repressão do Exército antecedeu o deflagrar da guerrilha, existem os casos do estudante cearense Pedro Albuquerque, que junto à sua mulher grávida na ocasião, abandonou o local em novembro de 1971, sendo preso em seguida no aeroporto de Fortaleza; e da militante Lúcia Regina de Souza Martins, que se retirou para tratamento de saúde em Anápolis e dali desertou para São Paulo.

seqüestro de embaixadores, as meras notícias das ações, destacadas na imprensa brasileira, não deixaram de atrair certa simpatia popular aos que ousavam desafiar o regime militar. Por isso, foi posteriormente proibida a divulgação da guerrilha do Araguaia pelos meios de comunicação; mesmo carregadas de ideologia anticomunista, as notícias da resistência poderiam estimular a ação dos opositores silenciosos, desconhecidos do regime, mas de cuja existência ele não duvidava.

Em novembro de 1972, os militares recuaram taticamente, para reelaborar seus passos antes de desfechar a campanha de *cercos e aniquilamento* golpe definitivo naquele evento de guerra rural. Trocaram a presença de milhares de recrutas, sabidamente inútil àquela altura, pela de um número menor e mais eficiente de soldados com experiência, armados e treinados especialmente para combater guerrilheiros em áreas difíceis, ao mesmo tempo, incrementando a tática de levar para a população da região algumas atividades assistenciais, como as de médicos e dentistas, paralelamente à habitual repressão. Para o Exército, tratava-se de uma forma de convencimento, primeiro ajudar, depois pedir algo em troca e, caso não obtivessem, manter a velha fórmula repressiva, no caso, a mais comum, foi a prisão e tortura de moradores.

Somente a partir do final de 1972, após ter sobrevivido à segunda campanha do Exército, é que os guerrilheiros restantes começaram a desenvolver o princípio de um trabalho político com a população local, que desde a primeira campanha sofrera nas mãos dos *especialistas militares* que a julgavam cúmplice efetiva ou potencial dos comunistas. Os guerrilheiros fundaram na região vários núcleos da União pela Liberdade e Direitos do Povo (ULDP)¹⁴³. De acordo com os fatos, os guerrilheiros não tiveram muito tempo para aprofundar seu trabalho político, apenas conseguiram alguma participação externa na ULDP, além de certa simpatia popular e uma ou outra adesão à guerrilha. Consta do folclore da guerrilha que, após a resistência a dois ataques maciços do Exército, a população passou a achar que seus membros eram indestrutíveis, e a considerar como um homem de *corpo fechado*, talvez imortal, o comandante Osvaldo Orlando da Costa, conhecido como Osvaldão. Após a comprovação de que ninguém resistiria ao poder de fogo da ditadura, algum tempo depois os corpos dos guerrilheiros mortos, especialmente o deste, foram

¹⁴³ O Programa de 27 Pontos da ULDP – *União pela Liberdade e Direitos do Povo* resumia a situação em que viviam os moradores da região, sistematizava um conjunto de reivindicações que refletiam suas demandas e apontava uma saída. Tratava da luta pela posse da terra, da sua defesa contra a grilagem, da política extorsiva de impostos de uma região que o Estado desprezava, da ausência de meios para escoar a produção do pequeno e médio lavrador, dentre outros temas de natureza social. No Programa, os representantes seriam eleitos pelo próprio povo, que deveria organizar sua vida nas cidades, nos lugarejos ou vilas, decidindo sobre seu próprio destino. Uma versão integral dos 27 Pontos da ULDP pode ser encontrada na obra MOURA, Clóvis (Apresentação) *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985. p. 75-80.

exibidos nos lugarejos da área, para liquidar o mito e para que ninguém ousasse repetir o exemplo.

As ações militares da guerrilha, que contavam com poucas e velhas armas, foram escassas e em geral defensivas, tais como emboscadas a perseguidores militares. Mas não faltou uma ou outra ação diferente, como o julgamento sumário e a execução de um dos homens mais odiados e temidos pela população local, o pistoleiro Pedro Mineiro. Conforme Arroyo¹⁴⁴, embora as ações militares fossem relativamente poucas, mostraram eficiência. Ocorreram três assaltos, três ações punitivas, cinco operações de fustigamento e quatro choques casuais com o inimigo. Ainda que as operações de guerrilha rural tenham sido raras e quase invisíveis, é certo que as análises posteriores, especialmente das lideranças do partido, serão muito mais positivas do que os fatos vêm a comprovar.

No final de 1972 e no início de 1973, a repressão governamental atingiu profundamente a estrutura do PC do B nas cidades, com várias prisões e mortes de quatro membros do CC, três dos quais da Comissão Executiva. Na ocasião, logrou ainda cortar os contatos entre o partido e a guerrilha, que se tornou completamente autônoma no que viria a ser. O PC do B só pôde se recuperar organicamente nas cidades, em grande parte, devido à adesão da maioria dos quadros da Ação Popular (AP), que forneceria cerca da metade dos componentes do novo CC do partido.

Na região do Araguaia, em outubro de 1973, o Exército desfechou sua terceira campanha militar de cerco e aniquilamento: conseguiu perseguir os rastros dos guerrilheiros, obtendo sucessivas vitórias. Mas a decisiva só ocorreria no final de dezembro, com a destruição da comissão militar, órgão que, instalado no meio da selva, dirigia as atividades guerrilheiras. Os sobreviventes ao ataque dispersaram-se pela mata, formando cinco grupos independentes de cinco guerrilheiros cada um. Então, a história resumiu-se a uma caçada com requintes de crueldade. Até meados de 1974, todos os guerrilheiros haviam desaparecido, seus corpos enterrados em locais até hoje ignorados – permanecendo o segredo militar, dito de segurança nacional, sobre os acontecimentos do Araguaia. Em outros termos, tratava-se de exterminar os guerrilheiros e aniquilar a memória do ocorrido, talvez na antevisão de que a ditadura fosse durar para sempre, somente restando impunes e esquecidos.

São comuns observações como a de Martins Filho¹⁴⁵, para quem esse confronto militar foi expressão da luta de classes na sociedade brasileira, colocando-se a problemática

¹⁴⁴ RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993. p. 234.

¹⁴⁵ MARTINS FILHO, J.R. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas: Papirus, 1987. p. 6-12.

dos liames, do grau de identidade entre os “grileiros-fazendeiros” e os militares, por um lado, e, por outro, dos “posseiros-lavradores” com os guerrilheiros que se pretendiam seus representantes políticos. Para o autor:

O conflito contrapõe num cenário único dois atores em graus variáveis estranhos à realidade imediata na qual se desenvolveu. Do ponto de vista político esse é seguramente o aspecto mais complicado da guerrilha do Araguaia (mas) os personagens dessa guerra não foram apenas os guerrilheiros e os militares [...] Eles foram apenas a contrapartida necessária, nas circunstâncias, do verdadeiro conflito subjacente ao seu confronto: o conflito de classes entre posseiros-lavradores e grileiros-fazendeiros [...] Ocorre que por sob a guerra havia uma questão mais ampla e mais fundamental – havia e há ainda uma crescente e grave questão política, econômica e social¹⁴⁶.

Acreditava-se, segundo depoimentos diversos, especialmente de moradores da região conflagrada, que o povo, até por desconhecer o que se passava, simpatizava com os guerrilheiros e alguns até achavam que era seu dever dar-lhes proteção. Essa visão simplista tem sido relativamente combatida por novas versões, inclusive do próprio Exército brasileiro, de que a população local, muitas vezes, atuou como *espiã* das forças repressoras, trocando informações por alguns trocados ou pequenos favores.

Um dos raros sobreviventes da guerrilha – por ter sido preso bem no início da primeira campanha repressiva e por isso ter enfrentado várias vezes a acusação de delator, que permanece não confirmada -, José Genoíno Neto, declarou que, das pessoas do local que “estiveram presas comigo nos buracos, uma minoria tinha alguma idéia do que estava acontecendo”. Numa clara referência ao fracasso da guerrilha que ajudara a concretizar, numa crítica que o tempo e as condições objetivas lhe permitiram conduzir, José Genoíno depôs:

A relação [...] foi de conhecimento, de vizinhança, de trabalho [...] não mediada pela política, porque ninguém da população sabia que a gente estava lá para fazer guerrilha. Só depois que a guerrilha foi desencadeada, em abril de 1972, é que se começou a dizer à população quais eram seus objetivos. Mas, então, ela se tornava vulnerável militarmente. Ao tentar fazer o trabalho político que não foi feito antes, ela perdia a força principal da guerrilha que é o ataque surpresa, não ser percebida pelo Exército e só combater na hora que quiser. Havia uma contradição entre trabalho político e trabalho militar, que nunca foi equacionada na concepção do PC do B. Mesmo a guerrilha e os guerrilheiros sendo conhecidos pela população, uma coisa era conhecer e gostar, outra coisa aceitar o projeto político [...] Além disso, o próprio movimento camponês na região não tinha vivido uma experiência de desenvolvimento das suas lutas ao nível político e sindical, capaz de assimilar que a forma de luta armada fosse a necessária naquele momento.

¹⁴⁶ MARTINS FILHO, J.R. Op. cit, p. 6-12.

Isso sem levar em conta a existência de uma conjuntura desfavorável para a sobrevivência da guerrilha¹⁴⁷.

Vale dizer que os guerrilheiros funcionaram como agentes substitutos dos trabalhadores do campo, mas não chegaram senão a uma “vontade de representação de classe”, na expressão de Oliveira¹⁴⁸ sobre a atuação da esquerda brasileira. Os lavradores simpatizavam com eles, os “paulistas”, tidos como vizinhos bons e solidários, porém elementos estranhos, com os quais não se identificavam politicamente, em especial no momento em que ficou explícita a proposta guerrilheira.

A convivência de anos no local fez dos futuros guerrilheiros homens, à primeira vista, semelhantes àquelas pessoas simples do campo em sua vida cotidiana. Utilizando uma expressão que se encontra presente na obra de Ridenti, “a similitude surgida desse tipo de inserção na vida da população local era a de batatas agrupadas a um saco – de acordo com a metáfora de Marx no *18 Brumário* sobre o campesinato parcelar francês de meados do século XIX”. Assim, uma vez instaurada a luta armada, praticamente não houve espaço para que a guerrilha se constituísse na mediação política da população local contra seu outro, os fazendeiros e o Estado¹⁴⁹.

O recolhimento destas breves reflexões sobre os episódios ocorridos no Araguaia durante a década de 1970, bem como várias outras impressões obtidas ao longo da pesquisa, permitem verificar que, na opinião geral, a guerrilha teve pouco ou nenhum significado na situação política concreta da época ou do tempo posterior, ela é constantemente qualificada como “aventura romântica”, “desvio teórico-científico”, “erro de apreciação da realidade brasileira”, “avaliação precipitada das condições existentes para o desencadeamento da revolução”, enfim, quase todas as conclusões desembocam no caráter derrotado da ação comunista. Na verdade, os únicos a defender o papel pioneiro e heróico da guerrilha foram os dirigentes do PC do B, numa tentativa teórica ou verbal de encerrar o que pode ser descrito com as palavras de Moraes:

Não é possível, com efeito, exigir dos militantes abnegação, confiança e autodisciplina sem lhes assegurar que a causa por que lutam é não somente justa, mas também verdadeira, no sentido o mais objetivo do termo, isto é, no sentido de que corresponde à lógica objetiva do processo histórico¹⁵⁰.

¹⁴⁷ Depoimento contido em RIDENTI, Marcelo. Op. cit., 1993. p.236.

¹⁴⁸ OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido, classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 125.

¹⁴⁹ RIDENTI, Marcelo. Op. cit., p. 236.

¹⁵⁰ MORAES, João Quartim de. Op. cit., p.53.

Após ter sido completamente vencida pelas forças militares, a guerrilha foi ocultada por anos como um exemplo nefasto à nunca ser reproduzido. A censura à imprensa atuou fortemente, tornando o fato como que um *pesadelo* inexistente para o grosso da sociedade brasileira. Afora algumas menções menores, as primeiras notícias somente começaram a ser vinculadas a partir de 1978, na época da pretensa *abertura* do governo ditatorial. Gorender complementa o engendramento da anulação do episódio:

O Governo Médici resolveu que a guerrilha do Araguaia não devia produzir efeitos judiciais, precisamente a fim de evitar repercussões públicas. Em conseqüência, não houve réus acusados de terem pegado em armas no Sul do Pará. A acusação judicial contra José Genoíno não inclui qualquer referência à sua participação na guerrilha. Todos os guerrilheiros mortos em combate ou assassinados após a captura sumiram em sepulcros ignorados. Até hoje, as campanhas do Araguaia nunca tiveram menção explícita em documentos oficiais. As Forças Armadas jamais divulgaram dados sobre sua atuação no episódio¹⁵¹.

Para Golin, as tragédias das guerrilhas urbanas e do Araguaia são os fenômenos históricos que motivaram a ultrapassagem dos radicalismos insurrecionais. No entanto, “como se pode observar contemporaneamente, pelas manifestações de rebentos extemporâneos, nem todos ainda recolheram ensinamentos”. Para a esquerda brasileira, a luta armada continua sendo o paradigma que a divide entre *revolucionários* e *reformistas*. “Independente de sua viabilidade conjuntural, os grupos organizam-se sob o espectro de um futurismo insurrecional”¹⁵².

De qualquer forma, a maioria da esquerda brasileira esteve diretamente interligada ao “infantilismo esquerdista” e “ao aventureirismo dos anos 60 e 70”. A opção armada resultou de dois aspectos fundamentais: o desconhecimento do Brasil histórico, social e cultural; e a adaptação mecânica de programas revolucionários (bolchevique, maoísta, cubano) para a situação brasileira, muitas vezes submetendo-os a depurações teóricas fraudulentas.

Esta postura, publicada anos mais tarde na grande imprensa, tem sua matriz nos posicionamentos teóricos adotados pelos militantes radicalizados que optaram pela separação da raiz partidária logo após a *palavra final* do PC do B sobre o Araguaia. Esses e outros posicionamentos de igual teor autocrítico justificaram o pleno abandono da tese do

¹⁵¹ GORENDER, Jacob. Op. cit., 1999. p. 239.

¹⁵² GOLIN, Tau. *Um espectro ronda a esquerda brasileira*. In: Jornal Zero Hora. Caderno de Cultura. Porto Alegre, 1º de junho de 1996. p. 4.

enfrentamento [revolução] pela do trabalho político intelectual, que não deixa de ser a antiga concepção pecebista de busca do caminho pacífico, como forma de continuar a defesa da opção comunista, o que também, mais tarde, se comprovaria insustentável.

A derrota do Araguaia provocou efeitos arrasadores para o PC do B, especialmente com a perda de dirigentes importantes, como Maurício Grabois, e dezenas de seus jovens militantes. Além de se tornar alvo privilegiado da atenção dos DOI/CODI¹⁵³, no final de 1972 e princípios de 1973, momento em que as diversas forças estatais de repressão se fecharam sobre os membros do Comitê Central e da Comissão Executiva.

Tempos depois do final da luta arrasadora no Araguaia, o PC do B ainda mantinha a mesma análise política do início da organização armada no campo, de que ao passo que a ditadura enfraquecia aumentavam as chances de resistência das massas. Num artigo de Ângelo Arroyo [morto em 1976], publicado em 1979, este reafirmava a existência de condições objetivas para a revolução, para o desencadeamento da guerrilha rural que se transformaria em guerra popular. Neste documento póstumo lê-se que: “Nosso partido é de opinião de que existem, no Brasil, condições objetivas favoráveis ao surgimento de ações armadas, que é ponderável o sentimento em favor da revolução e que, sem esse tipo de luta, jamais o povo alcançará a vitória”¹⁵⁴.

A controversa opinião de Arroyo predominaria após a reconstituição do Comitê Central, ficando qualquer tentativa de autocrítica restrita às deficiências táticas da guerrilha, como as de armas e comunicação. Na tentativa de transformar derrotas em *vitórias históricas*, em *gloriosas jornadas de lutas*, o partido assimilou a versão de Arroyo onde: “O balanço político, do ponto de vista da luta do nosso povo e do papel do partido, no que respeita aos sucessos do Araguaia, é altamente positivo”. Para este, a guerrilha do Araguaia seria “o marco de um novo caminho, inicia uma nova etapa na luta do nosso povo: a luta armada, sob a direção do partido do proletariado”¹⁵⁵.

¹⁵³ O Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), surgiu em janeiro de 1970, significando a formalização, no Exército, de um comando que englobava as outras duas Armas. Em cada jurisdição territorial, os CODI passavam a dispor do comando efetivo sobre todos os organismos de segurança existentes na área, sejam das Forças Armadas, sejam das polícias estaduais e federal. Dotados de existência legal, comandados por um oficial do Exército, providos de dotações orçamentárias regulares, os DOI-CODIs passaram a ocupar o primeiro posto na repressão política e também na lista das denúncias sobre violações aos Direitos Humanos. Cf. Projeto *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 74.

¹⁵⁴ O documento de ARROYO, Ângelo. *Um grande acontecimento na vida do país e do partido* foi publicado no n.º 222 do Jornal Movimento, São Paulo, 1979.

¹⁵⁵ Trechos do texto “Relatório sobre a luta do Araguaia”, de Ângelo Arroyo, presentes na obra de POMAR, Wladimir. Op. cit., p. 249-250 e no texto “Grande acontecimento na vida do país e do PC do B”, do mesmo autor, publicado em *Guerrilha do Araguaia*. Vários autores – Documentos do PC do B. São Paulo: Anita, 1996. p. 54-56.

Contudo, seria ainda em 1979 que o debate interno, encetado pela ala abandonada do CC do PC do B, assumiria tom de autocrítica com a retomada da intervenção de Pedro Pomar [igualmente morto em 1976] e a posterior publicação da obra de Wladimir Pomar (1980), onde se pretendia que o partido admitisse a derrota no Araguaia e buscasse suas causas. Tais intervenções exigiam uma dose maior de franqueza e reconhecimento do erro, não que apenas fossem apontadas deficiências e exaltados os participantes.

Foi a partir dos argumentos de Pomar que se tornou claro que o PC do B teria assimilado idéias foquistas, tendo como exemplos a subordinação do fator político ao militar, com a autonomia da Comissão Militar, apesar da existência do partido, e a luta iniciada por um núcleo implantado de fora numa determinada área rural, sem ter desenvolvido um trabalho político prévio, além de outros fatores que Pedro Pomar apontava como erros do partido na experiência do Araguaia. Ridenti elenca as falhas apontadas por Pomar, na reunião que resultaria em seu assassinato em 1976, como sendo:

[...] má avaliação da conjuntura nacional no início de 1972; ausência de análise da dinâmica do movimento camponês; falta de uma política adequada de incorporação das massas à guerrilha; subordinação do partido e dos fatores políticos às questões de cunho militar; a preparação da luta armada como tarefa de alguns especialistas, não de todo o partido; ausência de organização do partido na área da guerrilha – embora em seu discurso o PC do B destacasse o papel do partido e das massas no desenvolvimento da “guerra popular”.

Críticos seqüenciais, que seguiram a linha de análise de Pomar, como é o caso de Duarte Pereira, fundador da Ação Popular (AP), acusaram a guerrilha como sendo uma iniciativa essencialmente blanquista¹⁵⁶. Para tanto, considera: “o blanquismo, com a idéia de que a revolução possa ser desencadeada pela vontade e pela conspiração de uma minoria heróica, é uma concepção revolucionária pequeno-burguesa”¹⁵⁷.

No sentido de asseverar a necessidade do debate crítico dos militantes do partido para que as orientações dirigentes não se tornem mero dogmatismo, faz-se importante destacar a construção teórica de Moraes, que mesmo tratando de questões superiores ao fato isolado do Araguaia serve à análise dos eventos que o sucederam:

¹⁵⁶ Essa expressão tem origem na doutrina política básica do revolucionário francês Louis-Auguste Blanqui (1805-1881), que procurou organizar uma elite relativamente pequena, centralizada e hierárquica, que realizasse uma insurreição para substituir o poder do Estado capitalista pela sua própria ditadura revolucionária. BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 32. Mais tarde, o blanquismo foi considerado uma forma contraditória de obtenção do poder por um pequeno grupo guerrilheiro, que baseado em sua glória particular, implantariam uma ditadura de classe.

¹⁵⁷ Citação extraída de texto sobre A Guerrilha do Araguaia. In: CARVALHO, Péricles de e ALMEIDA, Francisco. *PC do B (1962-1984) A sobrevivência de um erro* 1. São Paulo: Novos Rumos, 1985. p. 52.

Por mais fecunda, entretanto, que seja uma teoria, tratá-la como um dogma, ou, o que dá no mesmo, não ser capaz de tratá-la criticamente, é como se servir de uma tecnologia importada da qual não se dominam os princípios. O efeito mais perverso do dogmatismo é o que resulta do seu poder anestésico. A crença inabalável na doutrina mantém a coesão e a esperança dos militantes mesmo nas horas mais sombrias. Atenua as dores, dissipa as dúvidas, reanima a combatividade. Mas dispensa-os de aprender com os seus próprios erros, privando-os assim de tirar das derrotas seu único aspecto positivo: as lições que, bem compreendidas, constituirão premissas de vitórias futuras.

Nesse caso, a ausência de uma séria reflexão crítica assumida pela categoria dirigente foi o motor da discórdia, uma vez que ficava excessivamente claro o erro de concepção, a revolução a partir do campo e organizada em focos eram concepções que, mais do que abandonadas, necessitavam ser friamente criticadas, mas isso poderia levar o partido a um destino ainda mais complexo do que a realidade apresentava, talvez por isso a opção de manter a postura acrítica e dogmática tenha sido privilegiada naquele instante, as graves conseqüências não desapareciam, mas eram ingenuamente proteladas.

Do modo como ocorreu, a fulminante intervenção repressiva produziu dois efeitos: deixou o PC do B desarticulado e desprovido de direção nacional atuante no Brasil até 1980, além de inverter a correlação de tendências no Comitê Central em favor das posições de líderes como João Amazonas. Veterano nas manobras de luta interna, Amazonas consolidou sua maioria e obrigou numerosos dirigentes e militantes em divergência a se excluírem do partido. Desta cisão, obviamente, se organizou, no começo dos anos 80, o Partido Revolucionário Comunista (PRC)¹⁵⁸.

Em audiência pública realizada na Câmara dos Deputados em Brasília, em 1996, o então presidente do PC do B, que se tornara liderança incontestada após a década de 1970, assim descreveu “o massacre sofrido pelos guerrilheiros no Araguaia”,

Cometeram crimes imperdoáveis, degolaram guerrilheiros, expuseram corpos mutilados nas vilas e nas cidades para atemorizar a população, violaram as próprias leis da guerra, a convenção de Genebra, mataram prisioneiros indefesos, torturaram. Muitos dos torturados enlouqueceram [...] As Forças Armadas destruíram tudo que podia lembrar a guerrilha: incendiaram os barracos construídos pelos guerrilheiros e os móveis primitivos que eles haviam improvisado. Terminada a luta, passado mais de um ano, ainda prosseguiram na caça aos dirigentes do Araguaia, movidos pela idéia de que

¹⁵⁸ GORENDER, Jacob. Op. cit., p. 241. Reiterando, conforme documentação proveniente do Comitê Central (1984), o Partido Revolucionário Comunista (PRC) foi fundado em seu I Congresso, em 21 de janeiro de 1984. Ele resultou da cisão do PC do B, no início dos anos 1980, que divergiu da linha política e da avaliação do partido sobre a guerrilha do Araguaia. A esta dissidência se juntaram um grupo de Pernambuco, oriundo da Política Operária (POLOP); outro de Minas Gerais, vindo do Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP); e outro do Rio Grande do Sul, sem vínculo formal com qualquer organização.

era preciso liquidar tudo. Aplicaram a política de terra arrasada – de não deixar vivo nenhum dos que combateram no Araguaia [...]”¹⁵⁹.

Mesmo à distância do tempo, parece evidente que a direção do partido, em nenhum momento, cogitou abandonar a antiga avaliação, aquela que elaborou imediatamente após o final do conflito, de que todos os erros cometidos pela Comissão Militar poderiam ser encontrados na “subestimação do inimigo e na inexperiência de luta armada”. Por terem exagerado as fraquezas do Exército e ainda não dominar a “arte de fazer guerra”, os comunistas haviam falhado momentaneamente, mas o exemplo seria sua melhor arma “[...] contribui para levantar o ânimo combativo dos oprimidos, serve de exemplo. Confirma a orientação marxista-leninista e assesta golpes na concepção de via pacífica pregada pelo revisionismo”¹⁶⁰.

Para as lideranças tratava-se de propaganda positiva, o que ocorreu não significou apenas uma derrota, mas a possibilidade de se reproduzirem as condições existentes naquele instante, João Amazonas fazia uso das palavras de Lênin, em que num texto de homenagem a um revolucionário russo, afirma que “a propaganda revolucionária dirigida ao povo não se perde, ainda que decênios separem a semeadura da colheita”, numa analogia a sua concepção sobre o Araguaia¹⁶¹. Novamente, tratava-se de manter a concepção dogmática para anestesiar o ímpeto divergente e evitar o completo desbaratamento do partido, ainda que exagerado, era como se a força ideológica dos comunistas dependesse unicamente dessa visão comum sobre o papel da guerrilha rural e seus efeitos em curto prazo.

Se para o Comitê Central era tudo uma questão de seguir fazendo lembranças grandiloquentes, que de um lado denunciavam as agressões e torturas sofridas pelos guerrilheiros e pela população local, mas de outro engrandeciam a coragem e ainda que poucos feitos dos participantes, seria inadmissível que uma postura diferente se encontrasse em um de seus mais importantes Comitês Regionais, como era o caso de Salvador, Bahia. Se a questão estava posta, se esta era a postura do partido, qualquer tentativa de reabrir o debate em outros termos seria visto, logicamente, como uma afronta à direção, o que na ideologia comunista, significa um *revisionismo*, um *oposicionismo*, uma tentativa de *fracionamento* do conjunto partidário e, portanto, o choque dos dirigentes com este grupo, que se propunha vigorosamente a discutir e criticar, tornou-se inevitável.

¹⁵⁹ Depoimento de João Amazonas (Presidente Nacional do PC do B) em Audiência Pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos. In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Araguaia: epopéia de luta pela liberdade*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1996. p. 12.

¹⁶⁰ Trechos dos documentos de ARROYO, Ângelo. Op. cit., p. 56-61.

¹⁶¹ Mais detalhes podem ser encontrados na entrevista com João Amazonas, publicada no texto “Araguaia revelou a fibra do povo brasileiro”. In: Vários autores. *Guerrilha do Araguaia*. Op. cit., p. 64-67.

A necessidade de discutir os feitos e contra-sensos gerados pela guerrilha no interior do partido e para sua imagem ou rearticulação no decorrer da década de 1970 consubstanciaram-se em fator de oposição irrestrita entre diversos grupos militantes¹⁶². A direção partidária opunha-se firmemente à efetivação do debate e censurava aqueles que tentavam lançá-lo, considerados divisionistas e, até mesmo, traidores do partido. É possível que tal discussão tenha se tornado desnecessária frente à capitulação de inúmeros partidários e a adesão a novas propostas políticas, como foi o caso do MDB e o PT¹⁶³, incluso as diversas siglas alternativas, nas quais se enquadra o PRC, mas continua se refletindo hoje no nível da sociedade civil que reabre a polêmica junto ao governo federal. O que se deseja agora não é mais um debate partidário, mas uma justiça tardia para aqueles que se consideram diretamente atingidos pela repressão ditatorial.

De acordo com levantamentos jornalísticos da década de 1990¹⁶⁴, que não fazem mais do que repetir alguns dados do próprio partido envolvido, a guerrilha é tida oficialmente como o único movimento rural armado contra o regime militar – cujo combate mobilizou o maior número de tropas brasileiras desde a Segunda Guerra Mundial. A estimativa é de que pelo menos 10 mil homens tenham sido mobilizados pelo Governo Militar nas três campanhas deflagradas para combater o foco guerrilheiro.

Até mesmo no que concerne ao número de participantes ainda existem controvérsias. De acordo com o PC do B, tomaram 75 pessoas, sendo 58 guerrilheiros e 17 camponeses. A contabilidade dos militares é mais sangrenta: teriam sido 85. Ou seja, dez a mais. Segundo revelações de órgão de imprensa no ano de 2005, uma série de documentos que o Exército vinha ocultando há anos, conhecidos agora como “Dossiê Araguaia”, trazem novos dados aos já existentes: teriam sido 107 guerrilheiros e camponeses que participaram do conflito, 64 deles teriam morrido “em combate”, dezoito estariam “desaparecidos”, eufemismo para

¹⁶² Encontra-se na pequena obra manifesto de antigos militantes do PC do B, uma afirmação categórica sobre essa cisão onde: “O processo de discussão a respeito da aventura no Araguaia custou caro ao PC do B, e o resultado desse debate interno culminou com o afastamento de vários militantes e dirigentes do Comitê Central que, por razões políticas de concepções diferenciadas se distanciaram da organização. Tais são os casos de Nelson Levy, Wladimir Pomar, Oseas Duarte, José Novais [...] José Genoíno Neto, Ronaldo Rocha e outros tantos destacados dirigentes e militantes”. In: CARVALHO, Péricles e ALMEIDA, Francisco. Op. cit., p.52-53.

¹⁶³ Uma interpretação que corrobora para este pensamento está em SILVA, Antônio Ozaí, onde lê-se que: “Nos anos 70-80, cerraram fileiras na defesa da transição democrática sem sobressaltos, isto é, sem radicalização do movimento sindical e popular. Tanto o PCB como o PC do B viam o MDB como um espaço privilegiado para a ação política e eram frontalmente contrários a qualquer proposta de construção de um novo partido. Para eles, isso representaria a divisão da frente democrática. Na verdade, como outros grupos menores que estavam fora do MDB, eles se auto-proclamavam o partido do proletariado e, como tal, pensavam retomar o seu papel dirigente tão logo as condições políticas se modificassem”. Na íntegra ver SILVA, Antonio Ozaí. *Os comunistas diante do muro: o Marxismo-Leninismo entre a negação e a afirmação da tradição stalinista*. Obtido no site: http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_atg9.htm. Consultado em 03/07/2005. p. 02.

¹⁶⁴ Das diversas reportagens existentes sobre a guerrilha do Araguaia destaca-se aqui, por sua repercussão, o chamado “Dossiê Araguaia”, publicado pelo Jornal *O Globo*, entre 28 de abril a 05 de maio de 1997.

explicar que podem ter sido executados depois de presos, quinze foram presos, sete teriam desertado e dois teriam cometido suicídio. No lado das Forças Armadas, os números são bem mais escassos: cinco mortos e seis feridos¹⁶⁵.

Os fatos só vêm a comprovar que, na região do conflito, em locais que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados tenta localizar, estão enterrados alguns dos corpos dos guerrilheiros, a maioria estudantes universitários do eixo Rio/São Paulo e alguns camponeses que também se incorporaram ao movimento. Na investida do Exército no Araguaia quem não morreu, foi preso e torturado. Muitos dos torturados perderam a razão; outros, até hoje apresentam seqüelas psicológicas.

No decorrer do primeiro decênio de 2000 permanece intenso o debate entre as Forças Armadas e a Justiça Federal, pela liberação de informações e realização de expedições para que os familiares dos *desaparecidos* tenham acesso aos locais seguros onde possam ser encontrados seus corpos, o que poderia ocorrer com a simples abertura completa de todos os arquivos dos militares sobre o Araguaia. Contudo, uma vez que as Forças Armadas não assumem a luta do Araguaia e nem se mostram dispostas a colaborar com as famílias das vítimas, tornou-se comum a publicação de depoimentos de ex-soldados e até mesmo de coronéis sobre o episódio¹⁶⁶ que, mesmo trazendo manchetes sensacionalistas, não chegam a revelar os verdadeiros e definitivos episódios sobre a guerrilha do Araguaia.

A sociedade segue clamando pela *verdade* junto às autoridades competentes, aparentemente, o tempo revelou-se um aliado da injustiça, uma vez que é difícil saber se ainda existe alguma verdade escondida por trás dos fatos, além de *corpos*, é bastante improvável que haja revelações surpreendentes nesse terreno.

Em que pese às contínuas polêmicas que o tema possa vir a suscitar, a guerrilha enquanto tentativa de mobilização revolucionária empreendida pelo PC do B, seu planejamento, ações e a posterior avaliação efetivada pela direção partidária ainda no final da década de 1970, tornar-se-iam os motores para um período de luta interna, que permanece concretizado em uma rica documentação original, que culminaria com a saída de diversos e

¹⁶⁵ STUDART, Hugo. *Os documentos do Araguaia*. Obtido no site: <http://www.desaparecidospoliticos.org.br> Consultado em: 09/08/05. p. 01.

¹⁶⁶ Comprovam a afirmação a reportagem LOYOLA, Leandro. *Fantasma do Araguaia*. In: Revista Época. n. 302. São Paulo: Globo, 1º março 2004. p. 28-35; e a obra já citada de CARVALHO, Luiz Maklouf. *O coronel rompe o silêncio* – Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004; bem como a reportagem de ROTHER, Larry. *Major Curió: Ainda defendendo seu pedaço na Amazônia*. Publicada no New York Times de 11 de setembro de 2004. Obtida no site: <http://ultimosegundo.ig.com.br/materias/nytimes/1738001>, em 15/09/04. Esta última promete para um futuro ainda indefinido a publicação das memórias pessoais do major reformado Sebastião Rodrigues de Moura, o conhecido Major Curió, que é acusado do assassinato de mais de 60 guerrilheiros de esquerda e pela tortura de dezenas de guias camponeses nos anos 1970, em especial na região do Araguaia.

diferentes quadros para a formação de um novo partido. Esse é o percurso a ser desvendado no capítulo final deste trabalho.

Como fonte principal na reconstrução teórica do caminho seguido pelos dissidentes serão utilizados os documentos elaborados pelos próprios militantes do período em questão, que levantarão temas já explicitados e incluirão novos elementos até a cisão definitiva. A maior parte dos documentos é originária do Comitê Central da Bahia, sediado na cidade de Salvador, onde se concentrou grande parte do grupo que iniciou a dissidência, movidos pelos ressentimentos à guerrilha fracassada e à perda de importantes lideranças como Pedro Pomar (Massacre da Lapa) e Maurício Grabois (combates no Araguaia).

A documentação analisada compõe parte de um arquivo maior organizado, anos mais tarde, pelos participantes do PRC, visando conscientizar seus militantes sobre a trajetória de discussões e rompimentos que originaram o partido. Pela extensão dos textos e pela ampla gama de temas que abarcam, apenas alguns serão efetivamente utilizados para reforçar as hipóteses iniciais desta pesquisa, que se concentra no indiscutível confronto gerado pela avaliação política da guerrilha do Araguaia.

CAPÍTULO 3 – O PC DO B E A GUERRILHA DO ARAGUAIA: A DISSIDÊNCIA INTERNA DE 1979-1984

De fato houve diversos momentos de profunda dissensão dentro do Partido Comunista do Brasil (PC do B), talvez mais graves, até bem mais severas. É provável que a maioria delas tenham gerado a criação de novas siglas partidárias, com ideais totalmente revistos ou simplesmente reformados, ou mesmo a criação de grupos antipartidários, visivelmente decepcionados com a causa nunca realizada. Mas o rompimento que se iniciava por volta do ano de 1979, mobilizando diversos Comitês Regionais pelo país, apresentava-se como uma fratura irreversível, calcada toda ela na necessidade de um debate que não acontecia, de um Congresso que não se convocava, por diversas questões proteladas e silenciadas pela direção do partido.

A partir daquele ano se tornava evidente que um processo de fracionamento tomava conta do PC do B, em especial nos Comitês Regionais dos Estados da Bahia, importante centro comunista do Nordeste, e de São Paulo, foco da origem partidária, mas também se podiam ouvir ecos dissonantes nos Estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, quando se tornava público nos círculos mais ativos, uma vultosa produção de documentos que exaltavam e refletiam a existência de uma crise anunciada, conhecida naquele momento como *luta interna*. A mesma, já em estado adiantado, poderia ser comprovada em passagem do texto chamado “Uma contribuição inicial para a também inicial discussão acerca da estratégia e da tática”, que data de 1980, sobre a questão partidária, onde se lê que:

O estado de torpor teórico e ideológico no qual vinha sendo mantido todo o coletivo do Partido Comunista do Brasil desde 1962 (ano de sua reestruturação) até o momento presente e inicialmente rompido (contra a vontade da direção central) com a publicação de documentos internos sobre a guerrilha do Araguaia pela imprensa alternativa (legal), entre mil e um efeitos produziu mais este: pegou-nos a todos de surpresa. Revelou, na base da mais cruel evidência, e a quantos quisessem ver, quanto era – e quanto é – grande o

despreparo geral do coletivo partidário em termos teóricos, ideológicos, políticos e orgânicos¹⁶⁷.

Esta afirmação incisiva que compõe um documento de análise crítica e que propõe a discussão acerca da estratégia e tática seguidas pelo partido até aquele momento, ao longo de suas 60 páginas, vai ser recheada por um retrospecto, considerado pelo autor como *estudo-levantamento* ou *resgate*, sobre os postulados teóricos e práticos do partido consubstanciados nos diversos congressos realizados até a década de 1960. Este tipo de material, produzido pelos *intelectuais* do partido, sob encomenda ou iniciativa própria, constituía importante fonte de divulgação e conhecimento ao grosso dos militantes. Propunha-se, também, como a maioria dos *escritos de fôlego*, a recuperar o caminho seguido pelo comunismo internacional e a influência que este teria exercido sobre a orientação do PC do Brasil, em uma visão criteriosa, mas consonante com a divulgada pela chefia do partido.

Para este e outros militantes, o debate sobre o “como deverá ser o caminho da revolução em países capitalistas e dependentes, particularmente o Brasil?” estaria sendo colocado de lado pelos dirigentes nacionais, mesmo sendo considerado um tema que “chegou com enorme atraso”, ou seja, a emergência do aprofundamento dos estudos era igualmente visto como uma forma de criticar a inércia das direções, que já passavam a ser vistas como nada camaradas por seus seguidores descontentes¹⁶⁸. Invariavelmente, as acusações de despreparo e ignorância das fileiras militantes são atribuídas a seus dirigentes, característica natural em partidos comunistas onde prevalecera a forte centralização nas decisões, ainda que as bases partidárias tivessem oportunidades para participar nas discussões.

De outro lado, é correto afirmar que o momento político e social proporcionava o deslanchar das críticas, a chamada *abertura política* parecia beneficiar, indiretamente, a *abertura* para as discussões internas e os posicionamentos individualizados de muitos militantes. A decisão de assumir uma postura ligada aos princípios democráticos, associada à crença em que a repressão, tanto da direita quanto dos grupos dirigentes, estava com os dias

¹⁶⁷ R. S. Bruno (codinome do militante). *Uma contribuição inicial para a também inicial discussão acerca da estratégia e da tática*. Salvador, Bahia, 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 16, p.01.

¹⁶⁸ É fato que dentro dos partidos comunistas, desde a época de sua criação no Brasil, sempre se travou uma luta entre os *heróis* e os *bandidos*, com a meteórica passagem de *camaradas* e *companheiros* em *inimigos* e *traidores*, constituindo esta uma fórmula eficaz para garantir a coesão e a homogeneidade de pensamento no interior do partido. Para uma visão mais abrangente recorre-se às trajetórias destes partidos no Brasil, como em PANDOLFI, Dulce (1995); CARONE, Edgard (1992), MAZZEO, Antonio Carlos (1999) e REIS FILHO, Daniel Aarão (1990).

contados, forneciam um novo alento aos militantes comunistas que nesse momento passavam a produzir uma polêmica e incisiva crise interna em seu partido.

Dessa problemática e inclusos outros assuntos paralelos, especialmente relativos ao momento em que foram escritos, é que trata a documentação dos comunistas do PC do B, datada do período 1979 a 1981, provavelmente de autoria daqueles que, logo mais, deixariam de sê-lo, para trilhar outros caminhos, que tanto poderiam ser considerados mais ideológicos, mais convenientes, ou simplesmente, mais alienados; ou talvez como vêm se tornando comum, críticos sem filiação partidária definida.

Ainda que fosse real a possibilidade da crítica e da autocrítica dentro do partido, preceitos das proposições amplamente aceitas de Lênin, muitas são as constatações contrárias neste período, podendo-se inferir nos documentos várias passagens que demonstram o descontentamento com o descumprimento desta premissa pelos órgãos de comando. Um documento de novembro de 1979, posteriormente denominado “Sobre a luta interna” cita e esclarece sua existência, denunciando uma espécie de conspiração diretiva para que os reais motivos desta luta não fossem esclarecidos, nem debatidos. Em um de seus trechos é possível ler que:

É público o fato de que em nosso partido desenvolve-se uma intensa luta interna. Mas, lamentavelmente, são poucos os que conhecem em profundidade os termos em que essa luta é colocada. E esse fato – o do desconhecimento – está, aliás, profundamente relacionado às críticas que movem diversos setores partidários à concepção que aliena o conjunto do Partido dos problemas que vivemos, à concepção que vê na subtração de informações um mecanismo válido para manter a unidade partidária¹⁶⁹.

Em uma revisão simplificada da trajetória partidária a partir da década de 1960, período da [re]organização do PC do B, o documento é enfático em delinear a situação de crise partidária, apontando essa caminhada como uma questão de complexa solução, pois vivenciava diferentes situações sócio-políticas sempre com a mesma fórmula, ou seja, com a mesma linha de ação política. Nesse sentido, tem-se que:

Depois de sua reorganização, em 1962, o Partido atuou em diferentes situações: o populismo de Jango (onde predominou a euforia do chamado “caminho pacífico”, tão difundida pelos revisionistas do PCB), o golpe de 64, os governos militares de todos os matizes, a crise econômica, a expansão do sistema capitalista (com a conseqüente mudança na correlação de classes), a resistência armada nas cidades, o Araguaia, e, agora, a chamada “abertura” de Figueiredo. E tudo com a mesma linha política, a elaborada na

¹⁶⁹ Comitê Regional da Bahia. *Sobre a luta interna*. Bahia, novembro de 1979. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 07, p.01.

Conferência Extraordinária de 1962, exatamente há quase duas décadas. Neste período, nosso partido **não realizou nenhum Congresso** [...] ¹⁷⁰

A efetiva necessidade da realização de um Congresso, oportunidade em que o conjunto nacional do partido poderia se reunir para referendar novas ou diferentes atuações deste no cenário político que estava em gestação, era vista por muitos como a única solução possível para os desacordos e incongruências que moviam as críticas daquele instante em que se destacam os balanços sobre a Guerrilha do Araguaia, bem como definiria os rumos para o futuro próximo, onde a retomada da atividade legal, o reinício das atividades revolucionárias e a tomada do poder pelos trabalhadores eram aspirações indisfarçáveis dos militantes.

Dentro de uma lógica de submissão e crença inabalável nas orientações da camada dirigente do partido que nortearam as associações políticas dos comunistas¹⁷¹, a atitude destes indivíduos constituía falta grave e nada além de uma grosseira atividade anti-partido. Mas, ao menos no que fazem crer seus escritos contidos na documentação, eles estavam dispostos a pagar o preço de sua ousadia, baseando-se na recuperação de interpretações bem mais democráticas da condição comunista, onde é citado explicitamente o marxismo-leninismo, ainda que esta fosse a ideologia em voga pelo partido, estes críticos afirmavam que pouco ou nada tinha a ver com a prática deste.

É possível que os dirigentes do partido não estivessem preparados para argumentar ou desejassem prorrogar as condições do debate, pois este, ao menos no período que vai de 1979 a 1982, não se tornaria sequer uma promessa aos partidários dos diferentes estados brasileiros, que passaram a travar uma verdadeira batalha teórica, incitando produções e propagandeando temas para serem discutidos no suposto Congresso. Com o aceite ou à revelia da direção do PC do B, alguns Comitês Regionais, Municipais e grupos conspiradores começariam os preparativos para o encontro, ou metaforicamente, rumo ao *desencontro*.

Conforme já citado acima o Comitê Regional da Bahia (CR/BA) redige manifesto a todos os seus participantes, no final do ano de 1979, procurando demonstrar o grau de insatisfação com o mandonismo do centro do país, a alienação dos quadros e a fraca

¹⁷⁰ Comitê Regional da Bahia. Op. cit., p.1. Grifos no documento.

¹⁷¹ Vale reafirmar aqui uma orientação, divulgada pela III Internacional Comunista no período do stalinismo (cujos preceitos foram assimilados com poucas alterações pelo PC do B), que é assim resumida por Ridenti: “Na fórmula dita marxista-leninista, o partido deveria ser composto por quadros militantes muito bem selecionados e disciplinados, prontos para dar a vida pelo partido e pelas suas causas”. Ver: RIDENTI, Marcelo. *Política pra quê?* Atuação partidária no Brasil contemporâneo. São Paulo: Atual, 1992. p. 36.

perspectiva de mudanças de orientações em que o partido se encontrava, segundo este, desde a morte de Stálin. Sem outro meio de buscar eco às suas divergências, o referido comitê defende a convocação imediata do Congresso, como único meio de sanar a histórica dívida do partido para com seus elementos mais atuantes. “[...] afirmamos categoricamente que lutar pela convocação de um Congresso é que é lutar pela unidade revolucionária, leninista, do nosso Partido”¹⁷², é a frase de efeito que perfaz a conclusão do documento.

Ainda que visto como condição elementar para a unidade do partido pelos quadros regionais, é previsível que não se tratava de um ato de plena aceitação pela Direção do partido, uma vez que nesse mesmo documento se alardeia a negativa:

[...] Protelar essa convocação com argumentos tais como: “precisamos antes unir organicamente o Partido”, é não compreender a natureza e profundidade dos problemas políticos e ideológicos que hoje vive o Partido e que a unidade orgânica, dinâmica e revolucionária, só será possível no processo de superação daqueles problemas¹⁷³.

E, no entanto, o CC do nosso partido recusa-se a cumprir com sua obrigação estatutária de levar às demais estruturas regionais a proposta de Congresso do CR-BA, fazendo o mesmo com propostas da mesma natureza do CR-RJ e da E-1 de São Paulo; continua a protelar o Congresso que não só é uma necessidade vital hoje do partido como foi recomendado já na VII Conferência [...]¹⁷⁴.

Aqueles que assumiam a luta ideológica contra o CC e o próprio partido, não poupavam argumentos contrários, mas, sobretudo, buscavam organizar uma força paralela, que partiria dos CRs rumo ao que chamavam de *re-construção partidária*. Retomando os argumentos já apresentados [negação do debate, da convocação do Congresso, autoritarismo, retenção de documentos, etc.], é possível detectar as intenções daqueles que falavam na “recuperação da unidade a partir do debate”, ou em outros termos, já que o CC não proporcionava o debate, a quem todos deveriam se unir? [evidente alusão ao engrossamento da fileira dos opositoristas]. Contudo, mesmo se tratando de um documento da fase inicial deste processo, há uma citação esclarecedora sobre as motivações em torno do Congresso:

É pouquíssimo provável levarmos conosco a maioria se se efetuar o rompimento (provavelmente por via da expulsão). Em um Congresso inteiramente preparado e conduzido dentro do centralismo democrático seriam grandes as nossas chances, mas impedindo a circulação de nossos documentos, vedando a nós algumas regiões, usando largamente a máquina

¹⁷² Comitê Regional da Bahia. *Sobre a luta interna*. Op. cit., p. 11.

¹⁷³ Comitê Regional da Bahia. *Sobre a luta interna*. Op. cit., p. 11.

¹⁷⁴ Comitê Regional da Bahia. *Ao camarada G*. Ao CM-Salvador (Considerações à resolução) I e II. Bahia, 24 de agosto de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 32, p. 02.

partidária e a “respeitabilidade” “inerente” ao órgão máximo de direção, deturpando o conteúdo dos textos de que impedem a leitura, espalhando calúnias e, enfim, baseando-se no baixo nível teórico, político e ideológico predominante no Partido, é de se esperar que eles garantam para si a maioria dos militantes.

Mesmo que a postura combativa esteja presente em quase todos os documentos provenientes do CR-BA, considera-se que, ao menos no que os documentos permitem comprovar, a Direção Nacional não possuía elementos para uma discussão à altura com os mesmos ou esta já não seria possível devido ao agravamento dos termos, segundo a lógica já explicitada quase que imediatamente começariam a ser tratados como *divisionistas* e *antipartidários*, recebendo ameaças e reprimendas, cujos resultados se tornarão rapidamente visíveis nas diversas *demissões* de militantes, que são assim encaradas mediante um cenário de *ameaça de expulsão*, ou seja, o primeiro era decidido, ou preferido, em substituição à concretização do segundo.

Tal constatação não se dá sem uma comprovação dos próprios componentes do CR-BA, órgão de direção regional, que em documentos de circulação nacional denunciavam o *terrorismo* dos dirigentes centrais devido ao livre exercício de seu direito de questionar e criticar as teses e ações do partido:

Em conversa mantida com um dos camaradas de nosso organismo, G. [referido no documento como assistente do CM- Comitê Municipal de Salvador] afirmou que o CC só deverá convocar o Congresso após haver “reorganizado” o CR-BA. Embora não o tenha dito explicitamente, G. se alinha assim aos que além de pregarem abertamente essas medidas exigem ainda a expulsão prévia dos militantes que divergem da atual orientação do CC – pois não é outro o sentido de se exigir a “reorganização” do CR-BA, o que envolve o remanejamento dos seus integrantes, com a provável inclusão de outros membros, escolhidos pelo CC¹⁷⁵.

Também o CM-Salvador do PC do B divulgava a possibilidade de ter elementos destituídos ou expulsos, em uma declaração breve de sua solidariedade ao CR e pleiteando apoio de outros quadros para a realização de uma conferência municipal que viria a discutir este e outros temas:

Lamentavelmente, achamos que nossa “destituição” ou “expulsão” também poderá chegar, bem como a dos outros organismos da Região, um a um, na medida em que também cobramos a abertura da discussão e convocação de um verdadeiro Congresso, estatutariamente. Aliás, esta “expulsão” já se deu de fato, sem que o grupo liderado por Amazonas assumia o ônus político por esta atitude, na medida em que isto se contrapõe a mentira evidente de que se

¹⁷⁵ Comitê Regional da Bahia. Op. cit., p. 06.

trata “de um grupo minoritário [...] no Comitê Regional. Infelizmente, a vida vem comprovando que aquele grupo acima citado só fará um Congresso com discussão restrita, como já se manifestou no Informe de Março, e tendo antes “limpado o campo”, bem como continuará fugindo da discussão do Araguaia (há oito anos dessa experiência!), da discussão do maoísmo e de outros temas candentes. Como isto é diferente da tradição marxista-leninista¹⁷⁶!

A citação é plenamente elucidativa do rumo assumido pela luta interna na Bahia, com o afastamento sumário de diversos membros, inclusive havendo uma menção ao fato de que ali até “[...] a liderança de massa de maior peso que o Partido tem, está entre os ‘destituídos’”¹⁷⁷. Considerando o tempo decorrido entre a circulação desses documentos e o início das chamadas *cartas demissionárias* neste mesmo Estado, infere-se o tipo de pressão exercida sobre os opositores e a caminho percorrido até o definitivo *racha* com o partido.

Entretanto, a evolução das manifestações não parece seguir um ritmo uniforme, no decorrer do mesmo ano de 1980 é possível vislumbrar documentos de avaliação da luta interna que insistem na hipótese de um Congresso organizado pela direção do partido, não aleatório e não exclusivo às chamadas vanguardas de classe. As propostas são colocadas como provocação à direção para que efetivasse o referido encontro de discussões e tomada de decisões. Ainda que advenham indagações sobre a propriedade que a direção central, considerada inerte e desarticulada desde os ataques da Lapa (1976), teria para organizar e reunir os partidários em um Congresso, bem como se possuiria condições para fazê-lo, o documento refere entre suas proposições:

[...]4) que a direção central assumas as propostas de convocação do Congresso e tome as iniciativas de organizar o processo de preparação, abrindo as páginas de “A Classe Operária” para o debate, ou criando outro órgão para esse fim. Entendemos que esse processo deve ser público para que não só ativistas de vanguarda da classe operária, bem como elementos de esquerda que sinceramente buscam o marxismo-leninismo, possam dele tomar conhecimento e participar;

5) se até a data de aniversário do Partido nenhuma iniciativa for tomada, é nosso dever ver as formas de comunicação com outros regionais para discutir uma forma de convocação do Congresso, isto após consulta aos militantes da região; [...]¹⁷⁸

É fato que nem todos os que discordavam das orientações do CC do partido iriam cessar suas relações com o PC do B, ao menos imediatamente, muitos prefeririam se manter

¹⁷⁶ Comitê Municipal de Salvador. *Sobre a “destituição” do CR-BA*. Salvador, setembro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 35, p.01.

¹⁷⁷ Comitê Municipal de Salvador. Op. cit., p. 02.

¹⁷⁸ Comitê Regional da Bahia. *Avaliação de nosso desempenho na luta interna*. Breve histórico e apreciação. Bahia, fevereiro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 43, p.10.

à margem das discussões, alegando despreparo intelectual ou excessivo apego à causa, outros iriam continuar argumentando que existia liberdade de opinião no partido, desde que respeitada a supremacia da direção, numa postura que ia do mais simples conformismo à ilusão de que se tratava de uma fase de transição para a concreta reorganização. Lembrando que foi a partir de 1979 que algumas lideranças importantes do partido, como João Amazonas, estavam voltando do exílio por força da Lei de Anistia, visando uma incipiente organização daquilo que fora destruído em 1976, e que a reforma partidária baseada no pluripartidarismo permitia um pequeno sopro de liberdade aos partidos de oposição no Brasil.

Paira no ar a questão: teriam os militantes discordantes decidido *rachar* o partido ou o partido teria decidido, para o bem de sua ínfima existência, *rachar* com os militantes discordantes? Em que pese a efetivação deste estudo, é provável que esta seja uma questão que remeta a novas análises e só possa ser adequadamente respondida na análise do discurso constante dos documentos em questão, um trabalho complementar a este.

Retornando aos fatos, em 1980, outro documento intitulado [à época] “A situação atual do PC do B”¹⁷⁹, alardeava com ênfase a crise já existente, retrocedendo ainda mais suas causas para o período anterior a 1962 e fundamentando-o com questões teóricas e de responsabilidade das antigas lideranças do partido:

Estamos diante – e dentro - de uma crise de grandes proporções dentro do Partido, esta é que é a inexorável verdade. Uma crise global, uma crise de caráter político, teórico, ideológico e orgânico [...] Uma crise, em suma, cujas raízes se localizam antes mesmo da re-estruturação do Partido em 1962 – quando ele, combatendo o revisionismo prestista do ‘estilo Krushev’ terminou (a partir do qual criticava o primeiro) por abraçar, já naquela época, um revisionismo mais ‘atualizado’, o de cunho maoísta explicitado em praticamente todos os atos práticos e teóricos do Partido a partir de então [...] o Partido desde há muito afastou-se do marxismo-leninismo para abraçar uma concepção eclética (aonde marcam forte presença os pilares do revisionismo moderno, o maoísmo e o foquismo), e dele mantém-se afastado por não encetar uma corajosa devassa de seus erros de concepção.

O posicionamento em questão colocava-se contrário a qualquer tentativa de *reajuste* da linha política do partido, princípio que fora claramente defendido pela VII Conferência do ano anterior, que teve suas decisões comentadas no jornal interno *A Classe Operária*, edição nº. 139, de agosto/setembro de 1979, que referia à necessidade de reajustar diferentes setores da atividade partidária, devido ao período de transição política, às prováveis

¹⁷⁹ A. André (codinome do militante). *A situação atual do PC do B*. Bahia, 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 10, p.02.

mudanças que ocorreriam no regime militar daquele momento em diante e ao novo ânimo que a classe operária iria adquirir a partir de então.

Em obra já citada, que examina a evolução da consciência política dos marxistas brasileiros ao longo do século XX, João Quartim de Moraes expõe que a atividade de crítica de pontos fundamentais do próprio programa de qualquer partido comunista poderia vir a pôr sua identidade orgânica e legitimidade política em questão, cabendo a este defendê-la ferrenhamente, mesmo que se demonstre o fracasso da linha política, pois esta nada prova sobre o erro da teoria que a inspirou. Neste sentido, os momentos em que autocrítica e a mudança de linha se fazem prementes são sempre eventos dramáticos¹⁸⁰.

Na opinião de José Genoíno, um dos participantes mais ativos das discussões que resultaram na dissidência do PC do B em 1980, a luta política interna era uma tarefa árdua, em especial pelo caráter combativo e de subversão da ordem vigente. Em suas palavras:

A luta política dentro de um partido clandestino era muito difícil. Muito difícil, primeiro, porque não tinha clima de liberdade para discutir as idéias, para discutir as posições. Segundo, porque qualquer divergência muitas vezes era interpretada como desbunde, como negação do caminho, como fraquejamento, e isso era muito complicado. A luta clandestina e interna num partido era algo dramático e traumático. E era muito difícil qualquer luta interna ter um desenvolvimento natural no sentido de ser maioria ou minoria, de ganhar ou perder. Geralmente eram rachas duros, violentos, visões sectárias pelo clima que se vivia na época. Na verdade, o mundo em que a luta se desenvolvia era um mundo muito pequeno, muito restrito¹⁸¹.

Era nesse chamado *mundo pequeno* de convivência dos comunistas que se multiplicavam os reclames e proclamações indignadas, levando muitos a crer que não existiam outras formas de protesto que não o da cisão definitiva. O acirramento dos ânimos relativo à possibilidade de um reajustamento de caminhos para que o partido pudesse ser novamente inserido à vida política legal pode ser medido pelo discurso em tom indignado e de incitação aos que estivessem mais *sensíveis* ao rompimento definitivo:

Então a crise é global, extensa e intensa. Ademais ela se dá – e nunca é demais repeti-lo – nos terrenos político, ideológico, teórico e orgânico, planos estes que vivem a reforçar-se mutuamente. Por tudo isso não devemos aceitar seguir uma terapia de “reajustes”, mas sim uma profunda operação “cirúrgica”. As operações pela metade, como estas de “reajustes” só deviam caber aos

¹⁸⁰ MORAES, João Quartim de. A evolução da consciência política dos marxistas brasileiros. In: MORAES, João Quartim de (Org.) *História do Marxismo no Brasil II – os influxos teóricos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995. p. 49.

¹⁸¹ Depoimento de José Genoíno na obra de DINES, Alberto; FERNANDES JR., Florestan e SALOMÃO, Nelma (Org.) *Histórias do poder*. 100 anos de política no Brasil. Volume 2 – Ecos do Parlamento. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 214-215.

partidos da burguesia, aonde a mentira e a podridão lá existem e gozam de enorme prestígio e popularidade, porque ali é o seu leito natural. Nos partidos que se propõe dirigir a classe operária não deveria haver lugar para as evazivas e escapatórias [...] ¹⁸².

Se a adaptação à nova situação, vista como qualquer coisa ligada a uma guinada à direita para garantir a legalização do partido era inaceitável, a radicalização, as tentativas de recuperação de um passado idealizado ou as proposições de ações redentoras da prática comunista se tornavam cada vez mais comuns. A aproximação temerária do partido com a pequena-burguesia nacional era um dos pontos nevrálgicos dos debates ocasionados desde o final da década de 1970. Ponderando que enquanto se considerasse um autêntico comunista, a traição da classe soaria como uma das piores acusações que poderiam lhe fazer, no processo de luta interna, ladeando as referências à sobrevivência do caráter stalinista do partido, são comuns afirmações como a que segue:

[...] Exemplo dessa degenerescência do Partido – que não é só dele – está a sua linha de conciliação com a burguesia que se aprofunda desde então e, no clímax deste processo de estiolamento, encontra-se o lance de impotência e desespero que se consubstanciou numa experiência guerrilheira de cunho foquista, isto é, do mais nítido estilo de revolucionarismo pequeno-burguês (referência ao Araguaia) ¹⁸³.

[...] A via dos “reajustes” é a via da mais contundente conciliação com as influências pequeno-burguesas e burguesas que entram porta a dentro do Partido ¹⁸⁴.

[...] Entre a burguesia dos países exploradores e a dos coloniais verificou-se uma certa aproximação, pelo que, muito frequentemente – talvez mesmo na maioria dos casos (o PC do B acha que a burguesia “nacional” é uma das raras exceções? Por que?) – a burguesia dos países oprimidos, apesar de apoiar os movimentos nacionais, luta ao mesmo **tempo de acordo com a burguesia imperialista**, isto é, juntamente com ela, **contra todos os movimentos revolucionários e as classes revolucionárias** (perguntamos ao PC do B: a burguesia “nacional” já lutou a favor das classes revolucionárias no Brasil? Quando?) ¹⁸⁵.

Nesse caso, não adiantaria aos órgãos dirigentes desviar o assunto ou, como realmente aconteceria naquele período, ameaçar os mais insistentes ou destemidos com a expulsão, condição que se tornaria insustentável já nos idos de 1980, quando as saídas por “iniciativa própria” começariam a se multiplicar. Pela sua própria característica

¹⁸² A. André. Op. cit., p. 05.

¹⁸³ R. S. Bruno (codinome do militante). *Uma contribuição inicial para a também inicial discussão acerca da estratégia e da tática*. Salvador, Bahia, 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 16, p. 14.

¹⁸⁴ A. André. Op. cit., p. 05.

¹⁸⁵ R. S. Bruno (codinome do militante). *A estratégia e a tática dos marxistas brasileiros*. Bahia, 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 44, p. 07. Grifos no documento.

revolucionária, retornando aos primados ideológicos, qualquer tentativa de encobrimento da situação seria encarada como afronta aos militantes comunistas descontentes, uma vez que:

Definitivamente, o caso da linha política do partido não é de mero reajuste. A coisa é muito mais profunda e requer muita responsabilidade. O partido tem uma história, com muitos erros, é certo, mas que pesa sobre os nossos ombros, posto que ela por si só nos faz cobranças muito rigorosas. Partir, a essa altura, para superficiais 'reajustes' quando a crise é global e de concepção, quando ela se expressa pelo mais contundente ecletismo, é pregar abertamente o mais contundente oportunismo e abrir o riso e os braços para o revisionismo que hoje permeia as fileiras e a ideologia do partido¹⁸⁶.

Até onde se pode avaliar pelos escritos, a postura sectária dos militantes se apresenta simultaneamente aos seus escritos de tom crítico e contendo inúmeras declarações tidas, no mínimo, como estranhas a um fiel seguidor de seu partido soberano. Ou seja, pondera-se a probabilidade de que a dissidência já estivesse previamente firmada à produção dos textos, uma vez que eles não se demoram em fixar uma mensagem de desobediência à direção, continuamente reafirmada como os ignóbeis líderes do Comitê Central, o que seria uma atitude inaceitável frente ao ideário preconizado pelo socialismo brasileiro.

3.1 A avaliação do partido sobre o Araguaia

*Mas está também na ordem-do-dia a discussão da experiência do Araguaia. Tem sido um comportamento nosso o de nos criticarmos sempre com o sinal contrário. É o famoso "movimento pendular" onde o direitismo é criticado com o esquerdismo e quando criticamos este caímos no direitismo. Somos da opinião **que a ausência de um estudo sério sobre a experiência do Araguaia pode levar-nos a sérios desvios**, tomando aspectos secundários da Campanha para aprová-la no seu fundamental, ou negá-la tão profundamente que, de fato, o que se nega é a própria luta armada, o próprio caminho revolucionário para a tomada do poder¹⁸⁷.*

Segundo comprova a existência dos documentos, a partir de 1979, no despontar de uma brecha democrática na política nacional, os diversos membros do PC do B que iniciavam o processo digressivo interno não hesitavam em apontar as limitadas e confusas avaliações que os setores dirigentes divulgavam como verdades inabaláveis acerca das atividades de guerrilha rural ocorridas no Araguaia. No ritmo de uma conjura, em meio aos chamados para convocação do Congresso que os reuniria em uma metafórica arena de batalhas, os

¹⁸⁶ A. André. Op. cit., p. 04.

¹⁸⁷ Comitê Regional da Bahia. *Sobre a luta interna*. Op. cit., p. 03. Grifo meu.

insatisfeitos comunistas denunciavam os erros de concepção, de estimativa e as infundadas evasivas teóricas cometidas pelo partido desde o final do episódio guerrilheiro.

Após a completa liquidação dos guerrilheiros comunistas, nas matas da região do Araguaia (Sul do Pará), ocorrida ainda no ano de 1975, ao que se pode inferir pelos documentos publicados ou pelas deduções já efetivadas, a principal orientação da direção do PC do B se referia ao silenciamento acerca dos fatos, com a plena aceitação das *versões oficiais* tanto do Comitê Central, como dos participantes; à protelação de uma avaliação mais crítica, ficando essa a cargo dos mesmos; e à exaltação do papel exercido pelos militantes mortos, desaparecidos e, de modo especial, aos sobreviventes. Ainda que as denúncias fossem poucas e o conhecimento dos fatos eclipsado pela repressão, merece destaque também a execração aos métodos nada humanitários empregados no combate feito pelas Forças Armadas aos participantes do movimento, bem como à população local¹⁸⁸.

Seja pelo duro impacto da derrota, seja pelas dúvidas a respeito do que realmente havia acontecido com os militantes - se haviam sido apenas presos ou assassinados -, somente em abril de 1976 a direção do PC do B admitiu publicamente, através do artigo “Invencível bandeira de luta”, publicado no seu jornal *A Classe Operária*, que havia acontecido um “temporário retrocesso na guerrilha”. Por outro lado, ressaltava que a bandeira da “guerra popular”, empunhada pelos combatentes, continuava válida e que a guerrilha seria, com “[...]o exército popular, adestrado em mil batalhas, capaz de assestar golpes demolidores nas forças de reação e libertar a pátria dos seus piores inimigos”¹⁸⁹.

Para os dirigentes do Partido, munidos de feroz e determinada postura ideológica sobre a supremacia de suas orientações, só teriam existido *heróis* nas matas do Araguaia e sua tentativa de *revolução* significaria um marco sem precedentes para a história do partido. É de João Amazonas, dirigente à época, a seguinte afirmação em entrevista para publicação interna:

¹⁸⁸ Em tempo, nos idos de 1979, ainda que o soubessem, nem mesmo os sobreviventes da guerrilha pouco ou nada revelaram sobre os acontecimentos no Araguaia, devido à extrema vigilância exercida pelo Estado repressor. Atualmente, no entanto, tem-se descrições detalhadas sobre as atrocidades cometidas pelas Forças Armadas em todo o Araguaia e cercanias. Uma amostra desta foi divulgada pela Folha de São Paulo, em 01 de maio de 2005, onde diversos ex-recrutados, médicos e mateiros contam com pormenores a sua atuação no episódio, revelando insciente desejo de obter uma indenização do governo federal por sua colaboração nas investigações que vem sendo realizadas pela Comissão de Direitos Humanos de Brasília-DF. Para uma análise do contexto da reportagem ver: REZENDE, Maria José de e REZENDE, Rita de Cássia. *Revelações recentes acerca das práticas de torturas no regime militar*.

Obtida no site: <http://www.espacoacademico.com.br/052/52rezende.htm>. Consultado em 25 de setembro de 2005.

¹⁸⁹ Trecho extraído de artigo de SALES, Jean Rodrigues. *O PC do B conta a sua história: tradição, memória e identidade política*. In: Revista Diálogos. v. 6. Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR. 2002. p. 165.

[...]Sob o regime fascista, que afogou em dor e sangue os mais caros anseios da nossa gente, uma centena de jovens, representando esses anseios, tomou das armas e sem temer sacrifício enfrentou a prepotência dos generais e combateu na selva durante quase três anos. Expressou dessa forma o sentimento generalizado de repulsa ao sistema arbitrário instaurado no país e, ao mesmo tempo, traduziu as aspirações dos camponeses pela terra e por seus direitos, sempre relegados e espezinhados pelos governantes e pelos poderosos das áreas rurais [...] Após tão decidida proeza, pode-se falar, sobretudo no Norte do país e quando se trate do movimento camponês, em termos de antes e depois do Araguaia¹⁹⁰.

No documento de “Resoluções da VII Conferência do Partido Comunista do Brasil”¹⁹¹, realizada em 1979, fica evidenciada a postura acrítica e conformista da minoria dirigente que não abre exceções no que se refere ao debate sobre a Guerrilha do Araguaia. Como forma de isentar-se a uma crítica mais acirrada das instituições governamentais no cenário da *abertura* ou de encobrir com nuvens heróicas as conflitantes ações do partido, a estratégia de expor sua avaliação como a do conjunto dos militantes, que teria funcionado em inúmeros outros momentos, perdia sua validade e garantia vida longa ao debate que se seguia. No documento em questão pode-se ler:

Sobre a resistência armada do Araguaia e o caminho da luta armada
A VII Conferência Nacional reitera a idéia que vem norteando a atividade e a orientação do Partido, de que a luta armada é uma questão fundamental e decisiva para a política partidária, uma vez que os objetivos perseguidos pela classe operária e as massas populares somente podem ser alcançados por intermédio da revolução violenta.
Examinando a resistência do Araguaia, a VII Conferência decide:
1) Aprovar como ponto de partida para a sistematização daquela experiência o documento *Gloriosa Jornada de Luta*, de agosto de 1976.
2) Recomendar ao Comitê Central prosseguir no exame dessa experiência, tendo em conta as modificações constatadas no desenvolvimento do país e as lições decorrentes da luta armada no sul do Pará, a elaboração de um novo documento mais abrangente e atualizado sobre a guerra popular – caminho da luta armada no Brasil.
Em seu processo de discussão sobre o assunto, o Comitê Central consultará as atas dessa Conferência.

Ou seja, na última reunião do conjunto partidário após a guerrilha, apenas se oficializa o óbvio, aprovação total ao documento elaborado pela direção e continuidade do exame da experiência apenas em nível do CC. A insatisfação com estas declarações galgariam mais do

¹⁹⁰ AMAZONAS, João. *Araguaia revelou a fibra do povo brasileiro*. Entrevista à publicação Guerrilha do Araguaia. Vários autores. 3 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996. p. 64.

¹⁹¹ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Resoluções da VII Conferência do Partido Comunista do Brasil*. Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do B de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000. p. 268.

que as produções teóricas e oposicionistas, mas o tácito enfrentamento entre os dirigentes e restritos comitês estaduais, de onde germinaria a dissidência.

É interessante denotar que, no que tange aos preparativos da guerrilha, na visão oficial, da direção do partido, prevalece àquela onde o consenso fora a principal característica. Na descrição de Amazonas, o planejamento da guerrilha constituiu-se de uma aceitação plena por parte do CC, ainda que sua concretização tenha sido em condições adversas, com a imediata intervenção do Exército, sendo suas palavras:

Em 1966 realizamos a VI Conferência do Partido Comunista do Brasil. Nela discutimos a problemática do enfrentamento ao regime militar, de como mobilizar o povo e organizar os preparativos para a luta mesmo em condições adversas [...] Nas resoluções dessa conferência, realizada em São Paulo, expomos a tática do Partido face à implantação do regime militar, ao ataque indiscriminado aos setores democráticos da população e ao avanço do imperialismo [...] Na discussão sobre as formas de luta para enfrentar aquele regime bárbaro, surgiu o problema de termos de ir para a luta no campo, para a luta armada, porque na cidade não havia mais outras condições – todos que lutavam corriam risco de vida; mesmo uma reunião, ou um encontro, podia significar a prisão, a tortura e a morte. Na continuidade dessa abordagem é que amadurece a decisão para empreendermos um movimento de resistência popular na região do Araguaia – dando origem à Guerrilha, quando as forças de repressão invadiram a região¹⁹².

Várias passagens dentro da documentação analisada declaram uma versão completamente diversa daquela pronunciada anteriormente pela direção do Partido, mas um exame mais detido de seu conteúdo revela que se tratam de revisões simples daquela, utilizadas como propaganda contrária aos dissidentes. Ainda que haja a afirmação de que a organização, planejamento e realização da guerrilha teriam sido um projeto isolado de um grupo de *escolhidos* para a missão, não sendo sequer do conhecimento das bases a deflagração do conflito, estes textos representam questionamentos vazios que não pretendem esclarecer, mas concatenar algumas opiniões conciliatórias:

Havia unidade, mesmo dentro do CC, acerca e em torno da proposta de guerrilha para o Araguaia? Parece que não. Ora, em primeiro lugar o coletivo partidário foi mobilizado para lutar na guerrilha ou para apoiá-la sem que isso se desse no dorso de uma discussão sobre a proposta. Então não se pode dizer que havia unidade em torno de algo acerca de que não se encaminhou qualquer exame. Se se joga o argumento para outra esfera, a de que a experiência tinha de ser secreta, etc., então a crítica se justifica mais ainda, embora, agora, também deslocada para esta outra esfera: não é possível tomar

¹⁹² AMAZONAS, João. Memórias do Araguaia (2001). In: AMAZONAS, João et al. *Uma epopéia pela liberdade. Guerrilha do Araguaia 30 anos (1972-2002)*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002. p. 42.

como secreta uma experiência de luta de massas, a não ser que algum equívoco de método de direção esteja a embasar a dita experiência¹⁹³.

Esses argumentos atingem em cheio o campo do ideológico, refutando a postura diretiva sobre um longo processo de discussões e preparações. Para o autor das críticas, a postura assumida pela direção de João Amazonas é tida, como já citado em outras passagens, ligada a teorias fartamente combatidas pelos militantes de então: “Até que Amazonas e o CC nos apresentem uma autocrítica a respeito daquele método de luta armada colocado em ação no Araguaia, continuaremos com todo o direito de julgar que ele concorda com tais métodos – “blanquistas” e “foquistas” até que se prove o contrário”¹⁹⁴.

Afigure-se que este texto procura demonstrar os equívocos da direção de Amazonas, mas logo em seguida começa a revelar seu real caráter, o de expor as avaliações ditas oposicionistas de Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, bem como as declarações à época de José Genoíno sobre a guerrilha, como insucessos de crítica, pois repetem os mesmos erros apontados anteriormente. Mesmo sendo benevolente com aqueles que levantam os temas para o aprofundamento dos debates, o texto não deixa de citar o perigo que estas *frações* dentro do partido representariam para sua unidade e permanência.

O Comitê Regional da Bahia, apropriando-se do papel de divulgador da luta interna, propõe, ainda em novembro de 1979, elaborações impactantes ao CC do partido, pelo teor de negação e questionamento para com as formulações anteriormente publicadas pela instância superior. Em certa altura de seu manifesto são expostas as *opiniões* do grupo baiano:

[...] opinamos que é fundamental, na seleção de áreas para choques armados, o critério de existência de fortes tensões sociais, assim como é fundamental o desenvolvimento de lutas econômicas e políticas em tais regiões, paralelamente ao chamado Trabalho Especial. [...] opinamos que é equivocada a tese que condiciona a luta armada à simples existência de um poder repressivo, sem examinar de maneira profunda o grau de crise das políticas oficiais e de legitimidade do poder. Claramente, não existia uma situação favorável na época do Araguaia e, se acrescentarmos a ausência de vinculação do Partido com as massas naquela época, nossas divergências com a própria concepção que inspirou todo o movimento aumenta sensivelmente¹⁹⁵.

Dissonante das concepções consideradas do legítimo marxismo-leninismo, *o planejamento e execução da guerrilha acabou por se tornar o principal alvo dos descontentes* com a situação atravessada pelo partido no início da década de 1980, que procuravam retomar

¹⁹³ APRÍGIO, José. *A experiência da guerrilha do Araguaia*. Bahia, fevereiro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 36, p. 05.

¹⁹⁴ APRÍGIO, José. Op. cit., p.06.

¹⁹⁵ Comitê Regional da Bahia. *Sobre a luta interna*. Op. cit., p. 04.

o balanço feito por Pedro Pomar e outros ainda em 1976, para com isso contrapô-las às posições em voga de João Amazonas.

Quer se tratasse de uma disputa de vaidades pela razão soberana na avaliação dos fatos ocorrido há um tempo relativamente presente, considerando que a maioria dos militantes que redigem os documentos em estudo já deveriam estar atuando dentro do partido à época da guerrilha, quer fosse uma verdadeira queda de braço pelo controle dos rumos do partido a partir de então, a luta interna se apregoaria cada vez mais acirrada e voltada para um repetido processo de re-organização. Não foi possível obter qualquer indicação sobre a idade destes elementos, contudo, pelo grau de formação presente em seus escritos e por algumas indicações de experiências vividas, é possível inferir que a maioria era de adultos feitos e não adolescentes de escola.

Adentrando no complexo terreno da ideologia marxista-leninista, são recorrentes as tentativas de configurar a atividade guerrilheira como dissonante da orientação partidária, contrária aos ideais de Marx ou de Lênin, tidos por muitos como os ideólogos puros das ações do PC do B. Ainda assim, os baluartes do partido sustentavam nesse momento: “A luta armada, digamos, que o marxismo-leninismo reconhece é a luta armada de massas, que o Partido dirige, mas que tem um enquadramento estratégico e tático proletário, isto é, que tem a classe operária como dirigente. E não qualquer outra [...]”¹⁹⁶.

No entanto, ao que parece, muitos dos que estavam criticando a atividade guerrilheira não o faziam meramente por ter sido derrotada, mas o faziam de um prisma mais recuado, que privilegiava o campo enquanto palco ideal das lutas revolucionárias, conforme já explicitado, em sintonia com o ideário foquista e maoísta. Para muitos destes críticos do partido, o efetivo erro estaria na concepção do projeto de luta armada, não em sua concretização. Um dos textos iniciais do Arquivo Especial enfatiza a problemática da opção pela guerrilha rural, disparando a hipótese de que o grande equívoco estaria no abandono da luta operária nas cidades:

O movimento operário encontra-se fundamentalmente sob que direção? Nós dedicamos a devida atenção ao trabalho partidário no seio da classe operária? Não seria mais correto que Osvaldão (simbolizando inúmeros companheiros) estivesse, por exemplo, no ABC, desde meados da década de 60 e não no longínquo sul do Pará? [...] ao contrário da luta lá desenvolvida, as recentes greves operárias não teriam sido um golpe mais potente no atual regime, apesar da guerrilha ter durado dois anos e ter provocado um grande deslocamento de tropas? Por que fizemos tão pouca (ou nenhuma) propaganda

¹⁹⁶ APRÍGIO, José. Op. cit., p. 23.

do socialismo? Qual a nossa atitude prática diante da bandeira do socialismo?¹⁹⁷

São diversas as referências à adoção do ideário de Mao-Tsé-Tung e da indevida correlação com a realidade histórico-temporal chinesa, nos episódios da guerrilha no interior do Brasil. Uma verdadeira lista de acusações ao partido e seus dirigentes, toda ela construída sob a perspectiva da inadequação teórico-prática do maoísmo está presente no documento “Projeto de resolução sobre o Araguaia”, pertencente ao conjunto de outros textos sobre o mesmo tema que pretende servir de base às discussões que estavam em voga.

A questão maior na polêmica, tanto no que se refere ao maoísmo ou ao foquismo, está concentrada na ausência do trabalho político de conscientização das massas, preterida a uma ação guerrilheira apressada e fragilmente sustentada pelos exemplos de países extremamente diversos do Brasil [como China, Cuba ou outros]. Em uma apreciação um tanto cética das ações empreendidas no Araguaia, um texto de caráter indefinido apregoa:

Ao transportar o mesmo caráter – antifeudal e antiimperialista – da Revolução Chinesa para o Brasil, e principalmente, ao propor o mesmo caminho – uma guerra prolongada de libertação nacional – o Partido dava como resolvidas uma série de questões políticas importantes. Ora, se os problemas políticos estavam, no “fundamental” solucionados e já haviam “até sido testados pela História”, não havia porque “perder mais tempo com eles”. Neste quadro, de fato a política ficava num plano secundário, em função dos problemas militares, no mesmo passo que estes adquiriam “independência e passavam a sobrepor-se a tudo, pois eram os reais propulsores da prática”¹⁹⁸.

Os trechos destacados no texto foram extraídos do documento *Guerra Popular*, de orientação sabidamente maoísta, já citado como sendo a versão oficial da direção do partido sobre o planejamento do Araguaia, que é utilizado aqui para apontar os erros de avaliação e as incoerências apresentadas entre a ação e a teoria do partido. Ainda que não sejam muito claras as intenções do documento, se apenas criticar ou antecipar uma reflexão conjunta, uma das frases do encerramento, carregada de entonação literária, é significativa para demonstrar o apelo dramático expresso em alguns destes escritos: “[...] Diante dessa dolorosa verdade resta o empenho – que estas reflexões traduzem – de rasgar definitivamente o véu das ilusões trazendo à luz deste presente os equívocos cometidos no passado”¹⁹⁹.

¹⁹⁷ Comitê Regional da Bahia. *Uma avaliação crítica sobre importantes aspectos de nossas concepções teóricas e práticas*. Bahia, maio de 1979. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 10, p. 05.

¹⁹⁸ S.A. (abreviação desconhecida – codinome de militante). *Araguaia* – pontos para o debate. Bahia, 1980? Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 33, p. 09.

¹⁹⁹ S. A Op. cit., p. 10.

Como é possível comprovar, as ponderações dos dissidentes variam do racional ao extremamente emocional, em postura insistente sobre a exclusão das camadas de base, invariavelmente a dita classe operária, do episódio guerrilheiro:

No Araguaia, em 1972, momento de refluxo dos movimentos de massa, quando estas tinham recolhido o seu ânimo debaixo de uma bruta repressão fascista, o Partido propunha uma luta que, claramente, segundo uma tática leninista, negava o princípio correto. O Partido, então, propunha a luta armada em escala de massas, ao tempo em que ele próprio dava partida a esta luta. Nem levava em conta o ânimo das massas, nem o estado de refluxo, nem a conjuntura²⁰⁰.

A partir do momento em que foram divulgados, por sua veiculação em órgãos de imprensa legal²⁰¹, os eventos ocorridos no Araguaia, sob a iniciativa e comando do PC do B, tornou-se claro, para os seus militantes mais conscientes, a necessidade de discutir internamente a questão, numa tentativa de rearticulação das bases partidárias, que não poderiam ficar imunes aos efeitos da opinião pública sobre o assunto. O mesmo documento citado reforça a necessidade da crítica envolvendo fatores já questionados como a ideologia do partido, suas matrizes teóricas e os fatos que envolveram o partido nos anos 1970:

A crítica deve insistir nos erros de método, estilo, comportamento e funcionamento do Partido, em cima do padrão de centralismo que ele adota, e deve revelar todas as matizes e matrizes ideológicas que estão na base disso tudo. Mas ela deve agora enfatizar uma outra vertente muito mais fecunda: a que consiste em **vasculhar todo o embasamento da linha política do Partido, que não é, de fato, marxista, que se apóia numa composição de fundamentos onde despontam idéias de Mao Tsé –Tung, Ernesto “Che” Guevara, Stalin, entre outros**. E revelam claramente, de início ao fim, de ponta a ponta, portanto, como esta linha está presente e embasa a todas as propostas veiculadas por todos os meios de expressão e de comunicação do Partido com seus quadros e militantes e com o público em geral. É necessário mostrar como estes fundamentos ideológicos fundamentaram coisas e propostas como estas: **a proposta de voto nulo em setembro de 1974; a da guerrilha do Araguaia; o afastamento da classe operária; o centralismo burocrático, religioso, dogmático da organização; e finalmente, por hora, a proposta de “Governo Democrático e de Unidade Popular”** feita mais recentemente e aparecida a público (sem nenhuma repercussão a nível de opinião pública, diga-se de passagem) pela páginas da TLO [Jornal Tribuna da Luta Operária], por pronunciamento de alguns ‘apóstolos’ e finalmente, uma vez mais (e definitivamente, ao que parece) nas páginas do mesmo TLO agora firmada pelo CC [Comitê Central do PC do B]²⁰².

²⁰⁰ Secretariado Regional - Bahia. *Sobre a nossa concepção de estratégia e tática* – Um roteiro para discussão. Bahia, janeiro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 45, p. 06.

²⁰¹ As primeiras e mais importantes publicações de reportagens sobre a Guerrilha do Araguaia foram feitas no Jornal O Estado de São Paulo (setembro de 1972 – única menção ao assunto na época dos combates); no Jornal Movimento (julho de 1978) e no Jornal da Tarde (janeiro de 1979 – série que originou o livro *Guerra de Guerrilhas no Brasil*, do jornalista Fernando Portela).

²⁰² Secretariado Regional da Bahia. *Sobre a nossa concepção de estratégia e tática*. Op. cit., p. 03. Grifos no documento.

Em entrevista concedida para publicação de cunho político no ano de 2000, José Genoíno, considerado o *mais famoso* dos participantes da guerrilha, para o senso comum, não do PC do B²⁰³, por ocupar cargos de relevância na política e estar sob foco constante da mídia, questionado de forma bastante sugestiva sobre se “*Hoje o senhor diria que foi um erro ter ido para a luta armada ?*”, em clara alusão a sua participação no Araguaia²⁰⁴ afirmou:

É muito difícil analisar a opção naquela época. Eu acho que foi uma opção legítima, uma opção heróica pelas circunstâncias em que nós vivíamos. Quer dizer, não tinha outro caminho. Ficar na cidade, ficar em casa – podia ser preso. Ir para o exílio era uma maneira de se articular e também de não ser perseguido. E a geração de 60, principalmente a do fim da década de 60, estava muito determinada a ir para o enfrentamento. Foi uma construção de três, quatro anos, e não tinha outro caminho a não ser aquele confronto. Então, foi um confronto legítimo. Dificilmente a gente seria vitorioso [sic], pelas circunstâncias da época – econômicas, políticas, a força da direita, o poder ditatorial, a censura, o medo, o milagre econômico, o isolamento da esquerda – era muito difícil. Não havia outra alternativa naquele quadro, naquelas dificuldades, inclusive com a formação que a esquerda tinha. Nós tínhamos uma visão libertária, corajosa, uma visão determinada, mas nós tínhamos uma visão muito dogmática em relação a certas coisas. E aquilo se misturava com uma fase de libertação do mundo, em todos os sentidos. Acho que naquela circunstância era o caminho inevitável²⁰⁵.

Já existem estudos que constataam, como o de Sales, a partir de levantamentos de atividades partidárias e de publicações do período, que a origem da formação de um novo partido no interior do PC do B provém das discussões sobre a experiência do Araguaia, mas que não se restringiram unicamente a esta, o que se pode comprovar na afirmação do autor,

A versão oficial sobre o Araguaia, entretanto, nunca conseguiu aglutinar completamente em torno de si a totalidade dos membros do partido, e abriu fendas que acarretaram graves conseqüências para o PC do B. Para ficarmos em um exemplo, no início dos anos 80, em grande parte por causa das divergências em relação ao significado da guerrilha do Araguaia, muitos militantes foram expulsos ou deixaram o PC do B e chegaram a fundar o Partido Revolucionário Comunista (PRC), que teve vida efêmera²⁰⁶.

²⁰³ Segundo constatação de SALES, Jean Rodrigues. Op. cit., em publicação oficial do Partido Comunista do Brasil. *A guerrilha do Araguaia* (1996), que pretende ser a versão oficial sobre a guerrilha do Araguaia, o nome de José Genoíno não figura entre os participantes deste evento guerrilheiro e partidário. Para o autor: “Essa ausência certamente se deve ao fato de Genoíno ter entrado em conflito com a direção do partido no início da década de oitenta, não só em relação ao episódio do Araguaia, mas também quanto ao caminho que o partido deveria seguir diante da nova conjuntura política que se abria”.

²⁰⁴ Na referida obra, os autores ao apresentar o entrevistado citam: “[...] engajou-se na Guerrilha do Araguaia, sendo preso em 1972, solto cinco anos depois e anistiado em 1979”. Ver DINES, Alberto; FERNANDES JR., Florestan e SALOMÃO, Nelma (Orgs.) Op. cit., p. 211.

²⁰⁵ Trecho da entrevista de José Genoíno Neto em DINES, Alberto; FERNANDES JR., Florestan e SALOMÃO, Nelma (Orgs.) Op. cit., p. 214.

²⁰⁶ SALES, Jean Rodrigues. *O PC do B conta a sua história: tradição, memória e identidade política*. In: Revista Diálogos. v. 6. Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR. 2002. p. 169.

O autor utiliza uma significativa passagem da obra de Pollak²⁰⁷, que refere o fato de que quando os membros de uma instituição não se reconhecem nas novas imagens e nas interpretações do passado individual e de sua organização, corre-se o risco de surgirem tensões difíceis de dominar. Provavelmente, este é também o foco da questão aqui tratada.

Fica claro, desde o princípio, que não se pretende defender a hipótese de que a dissidência ocorreu única e exclusivamente em torno das diferentes posturas relativas ao movimento guerrilheiro e às conseqüências que estas teriam para o momento vivido pelo partido, com a visualização da possibilidade de uma abertura política no país, embora restrita, ao contrário do que se pregava, e da retomada de suas atividades legais, igualmente uma ambição irrealizável, mas é contundente que um dos pontos mais frágeis do debate travado entre os membros dos diferentes Comitês Regionais e a Direção (ou o Comitê Central) estava concentrado na pouca importância dispensada a tal experiência vivida, mas não digerida, pela agremiação partidária.

Destaca-se, portanto, que mais importante que demonstrar que se divergia sobre os erros ou acertos da experiência do Araguaia, o que se ressalta são as indicações trazidas por ela sobre os elementos para a política que o partido deveria seguir no futuro. Tal premissa é facilmente identificável nos textos mais combativos da dissidência: “A primeira tarefa crítica que devemos realizar, e que ainda não foi realizada a contento, é aquela que culminará com a definição do caráter do nosso Partido, da nossa linha e da nossa concepção geral”²⁰⁸.

Um dos diversos projetos de resolução redigidos sobre o Araguaia, propostos como alimentadores das discussões que se seguiriam no encontro nacional, deixa evidente a intenção de se discutir, não apenas o ocorrido, mas as orientações de então, levando a uma recuperação da perspectiva marxista-leninista de partido. Entre as tantas frases de ordem, tem-se num texto relativo à concepção de partido:

1. O Partido deve ser uma parte da classe operária, a sua parte mais consciente e revolucionária [...] O Partido deve se voltar para a classe operária, tê-la sempre em conta em todas as questões, especialmente os seus elementos mais destacados. [...] 5. A autoridade da direção de um Partido marxista-leninista, não se faz, não se mantém e não se consolida pelo centralismo unilateral e abusivo, por métodos administrativos e autoritários [...] 6. Para se chegar a formulações e práticas condizentes, do ponto de vista marxista-leninista, é necessário o aprofundamento da discussão e autocrítica [...] A discussão deve ser tanto interna quanto pública. **Questões como o Araguaia não são exclusivamente internas.** A autocrítica marxista-leninista

²⁰⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

²⁰⁸ H. Delano (codinome do militante). *De olho no caminho!* A reconstrução do partido (para discussão). Bahia, dezembro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 13, p. 21.

é uma característica de classe, forma o Partido e educa a classe e permite a erradicação do erro²⁰⁹.

Em documento de janeiro de 1980, lê-se um manifesto aos dirigentes, baseado “no dever do membro do Partido de participar da elaboração da linha do Partido e levá-la à prática”²¹⁰: “[...] **falhou a experiência do Araguaia**, foram mortos quase todos os seus participantes. A partir da avaliação dessa experiência e das concepções que ela reflete, **desenvolvem-se insatisfações e divergências nas nossas fileiras, em torno de seus possíveis erros e da forma de discuti-los**”²¹¹.

No que se refere a este ponto, os supostos *erros* cometidos pelo partido não eram vistos por todos como essencialmente negativos, havia até aqueles que o defendiam pelo viés dos erros, demonstrando que *só não erra aquele que nada faz*, mas a forma de conduzir o debate sobre estes é que se tornaria a parte sensível da questão. Enquanto alguns estavam defendendo o debate livre, com participação plena de todo o conjunto partidário, até da chamada classe operária, uma categoria difusa, num partido que tinha operários como composição minoritária, outros defendiam apenas a discussão em nível de dirigentes e, ao que se pode deduzir pelas passagens dos documentos, os responsáveis pela direção preferiam deixar o debate para a cúpula do partido. Em janeiro de 1980, o CR Bahia ainda tentava manter uma postura conciliatória com a direção, mas já prenunciava o aprofundamento de sua condução posterior:

A condição de dirigente não exclui ninguém de cometer erros; ela é uma condição que objetivamente pode levar a erros, tanto assim que **é necessário o controle democrático pelas bases**, que jamais devem cair na omissão, e a descentralização de responsabilidades, como se preocupou em definir Lênin. Não queremos aqui diminuir as exigências que estão colocadas sobre a conduta de cada comunista e que devem ser assumidas de forma superlativa e, por outro lado, queremos na verdade destacar a responsabilidade maior que cabe aos dirigentes (e ex-dirigentes), pela própria condição de dirigentes e pelo próprio centralismo, a qual queremos por sinal por em relevo no que concerne à questão dos erros discutida no presente texto [...]²¹²

²⁰⁹ Comitê Regional da Bahia. *Projeto de resolução sobre a concepção de partido*. Bahia, 1980?. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 29, p. 01. Grifo meu.

²¹⁰ Secretariado Regional CR/BA. *Sobre nossos erros e divergências*: sua discussão e sua correção. Janeiro, 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 34, p. 01.

²¹¹ Secretariado Regional CR/BA. Op. cit., p. 01. Grifos no documento.

²¹² Comitê Regional da Bahia. *Sobre nossos erros e divergências*: sua discussão e correção. Bahia, janeiro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 34, p. 04-05. Grifo no documento.

Ao mesmo tempo em que se destaca o crescimento ideológico que a nascente discussão sobre a guerrilha estaria trazendo aos militantes, o documento redigido pelo Secretariado Regional da Bahia (Salvador, 1980) alerta para as incoerências que “alguns companheiros do Comitê Central atual” [da época] estariam tentando inserir neste:

[...] Não há um reconhecimento explícito dos erros e falhas e dificilmente haverá assim uma localização cabal de onde eles estão [...] **não se discute o Araguaia aberta e profundamente e não se reconhecem em profundidade os seus prováveis erros, mas não se pretende repetir a experiência tal e qual, pelo menos agora**; repudia-se brusca e radicalmente o pensamento de Mao, como se nunca o tivéssemos absorvido; **tenta-se mostrar como nunca assumimos as concepções da política externa chinesa, sem adotar uma autocrítica** e sem que se diga uma linha sobre a nossa omissão em criticá-la direta e explicitamente para o conjunto do Partido, para a classe operária, para a esquerda e a opinião pública, as nossas divergências com ela²¹³.

É sabido que a decisão de abandonar a corrente ideológica maoísta, bem como do foquismo, já se mostrava uma alternativa acertada desde o reconhecimento da falência da tentativa de guerrilha rural empreendida pelo partido ainda no ano de 1978, mas dois anos após ainda se batia incessantemente sobre a tecla de que o conjunto partidário, ou as chamadas bases operárias do partido, ainda não haviam sido esclarecidas sobre este súbito abandono. Gerava-se uma dúvida insolúvel sobre as concepções realmente estudadas, entendidas e aplicadas na luta no Araguaia, teria sido o maoísmo ou o foquismo? Teria sido uma complexa combinação entre elas? Ou quem sabe, de outro lado, poder-se-ia ter utilizado o marxismo-leninismo como inspiração?

São os questionamentos, as controvérsias, as multiplicadas repercussões que as idéias dos divergentes iam fazendo surgir que aqueciam a luta interna no final da década de 1970. Para estes, a direção partidária não fazia senão confundir ainda mais os seus militantes, insistindo em se afastar dos “legítimos princípios do PC do B”, o que na visão de muitos, eram as mais puras interpretações do pensamento marxista e leninista. Em meio a uma avaliação do estado em que se encontrava a luta interna, em junho de 1980, os membros do Comitê Regional da Bahia acusavam:

[...] o Partido está despreparado **ideologicamente**, pois não é a concepção marxista que o alimenta, e sim um ecletismo tipicamente pequeno-burguês. A ausência (não gratuita) da luta ideológica só faz aumentar isso, o que se traduz ora pelo extremo liberalismo prático e político, ora pelo mais extremado e incoerente revolucionarismo pequeno-burguês da linha maoísta, foquista e blanquista cavalgando sempre – e necessariamente – a perspectiva de conciliação com o capital.

²¹³ Secretariado Regional CR/BA. Op. cit., p.02. Grifos no documento.

O Partido está despreparado **teoricamente**, o que a todo momento é constatado (uma das razões que levaram a diminuir a sua esfera de influência entre segmentos da intelectualidade progressista e que também o incapacitaram de estender a sua influência sobre os melhores e mais ativos líderes da classe operária) [...] A coisa é de tal gravidade, que um membro da Executiva Nacional afirmou, taxativamente, num debate que fez em Salvador recentemente, que as teses elaboradas por Lênin sobre a questão nacional e por ele defendidas no Congresso da III Internacional eram válidas para 1917!²¹⁴

Fica configurado que o balanço das ações ocorridas no Araguaia pela direção central desencadeou uma onda de protestos e atritos de fundo teórico e prático sem precedentes no momento histórico do PC do B durante o período analisado. A ausência de um diálogo honesto e democrático entre o grupo dirigente e os inúmeros militantes indignados com o sepultamento extemporâneo das controvérsias sobre a guerrilha rural, alimentaria o motor da discórdia no interior do partido, sendo ela o combustível para a organização da dissidência e de tantos abandonos anteriores e posteriores à utopia comunista brasileira.

3.2 A emergência das críticas

Após ter abandonado a perspectiva da luta armada, a definição de uma nova linha de atuação política valeria à maior parte das organizações ou aos militantes individuais uma acirrada discussão sobre os rumos da ação imediata, que em muitos ambientes se tornou conhecida como de *resistência* à ditadura militar.

Definindo a luta pela resistência como uma autocrítica, na prática, da experiência de luta armada, pode-se acrescentar que os dissidentes buscavam, de certa forma, recuperar as prerrogativas de seus direitos democráticos, buscando um retorno às formas de luta mais amplamente aceitas pela sociedade. Contudo, por participarem de uma facção radicalizada, entendiam certas manobras partidárias como meros reformismos do comunismo tradicional brasileiro. Na polaridade que se desenhou dentro da esquerda neste período, eles estavam *mais à esquerda*, ainda que, no futuro, suas ações não assegurassem a continuidade dessa opção.

Num esforço comparativo entre as organizações de esquerda que pregavam a *resistência* como forma de garantir espaços no final da década de 1970, Araújo destaca os conflitos surgidos a partir desta idéia entre as direções e seus militantes, explicitando a postura empregada pela chamada esquerda revolucionária, em que se pode enquadrar os

²¹⁴ Comitê Regional da Bahia. *Com conduzir a luta interna*: parâmetros para uma discussão interna. Julho, 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 53, p. 02. Grifos no documento.

membros do PC do B: “A concepção da esquerda revolucionária, no entanto, seria tática. Ou seja, a luta democrática era a luta política possível e necessária para a derrubada da ditadura militar, mas devia abrir espaço para a verdadeira revolução socialista, elevando o nível de conscientização e organização dos trabalhadores”²¹⁵.

Em publicação interna oficial do PC do B de março de 1980, o surgimento das divergências iniciadas ainda no ano de 1979, em torno de questões como a estratégia e a tática do partido frente aos novos rumos políticos, são expostas como ações conspirativas de uma minoria interessada em desarticular o partido e coloca o processo de luta interna como “um dos mais graves que o Partido enfrentou”. De acordo com o documento assinado pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil:

Até a primeira parte da VII Conferência Nacional **não tínhamos conhecimento de divergências no seio do Partido**. As que existiam em torno da avaliação da luta no Araguaia limitavam-se ao âmbito do Comitê Central. Nesta primeira parte da Conferência estavam presentes, além dos membros do CC radicados no Brasil, representantes do partido em diversos Estados. Os debates decorreram normalmente [...] Após a primeira parte da VII Conferência, chegou-nos às mãos um documento enviado pelo camarada M. com a recomendação de que o mesmo fosse considerado naquela reunião. Nele se configuravam claras divergências com a orientação do Partido. [...] Soubemos, logo depois, que esse documento não era apenas da autoria do camarada M., mas de três camaradas: M., U.L. e G. [...] Esse documento faz uma análise falsa da realidade e apresenta uma perspectiva ainda mais falsa [...] O documento faz uma apreciação profundamente negativa da atividade do Partido que, segundo esses camaradas, teria cometido inúmeros e graves erros²¹⁶.

Essas e outras menções à existência da luta interna no PC do B nem de longe contemplavam o vasto cabedal de questões que foram se agregando ao vocabulário dos militantes divergentes, mas destaca em sua seqüência as [assim grafadas] “dissidências” na Bahia. Neste caso, vários dos pontos criticados pelos comitês baianos são respondidos, de forma um tanto vaga, mas manifestadamente a luta interna é rechaçada e em uma publicação do partido são expostas cinco medidas que deveriam ser adotadas como providências pelo Comitê Central com relação aos divisionistas:

Quanto ao conjunto do trabalho antipartido em curso, deve-se tomar medidas adequadas. Não se pode assistir indiferente ou tolerante a atividade que se vem realizando contra o Partido. O germe da cisão e da desintegração, se não encontra barreira eficaz, vai penetrando e minando o organismo partidário. Um partido que não se defende está condenado a perecer. Por isso, além de

²¹⁵ ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000. p. 126.

²¹⁶ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Informe do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil*. Março de 1980. p. 05-06. Grifos meus.

rechaçar os documentos da E-1, de São Paulo, e do CR da Bahia, o CC deve tomar providências do tipo:

- 1) Dirigir um chamamento a todo o Partido para que eleve a vigilância proletário-revolucionária contra toda e qualquer atividade desagregadora, venha de onde vier. É necessário que os organismos do Partido impeçam com todo o vigor qualquer manifestação dessa natureza;
- 2) Baseado no artigo 22 dos Estatutos, fazer uma advertência à E-1, de São Paulo, exigindo que cessem toda a atividade antipartido, que respeite e aplique as decisões dos órgãos superiores e preste informação do seu trabalho ao CC através do camarada designado para o contato normal;
- 3) Baseado no artigo 22 dos Estatutos, fazer também uma advertência ao CR da Bahia por sua atividade contrária às normas estatutárias, bem como por sua conduta antipartidária expressa em vários documentos, exigindo-se que acate e aplique as decisões dos órgãos superiores, inclusive da VII Conferência, e cesse toda a atividade antipartidária;
- 4) Censurar, numa nota da direção, de acordo com o artigo 21 dos Estatutos, o camarada T. por sua conduta abertamente antipartidária;
- 5) Descer ao Partido e, em primeiro lugar, aos C.C.R.R., este informe do CC. Tais medidas têm sentido de advertência e de esclarecimento do Partido sobre o que vem ocorrendo. O CC não adota, nesta oportunidade, qualquer punição de cunho mais radical. E tampouco age em função de possíveis divergências, mas de uma atividade contrária às normas partidárias que põe em risco a unidade do Partido²¹⁷.

O tempo e os fatos que se seguiram permitem avaliar que tais decisões do CC não conseguiriam reverter o processo que há tempos já se punha em curso, as medidas aqui enumeradas foram recebidas como forma irrefletida de censura e motivaram diversos desligamentos, bem como o acirramento das críticas às lideranças do partido que, para os militantes, aplicavam medidas ditatoriais e repressivas, desconsiderando a urgência dos pontos a serem debatidos, de modo especial, no momento do Congresso que tanto reivindicavam.

A questão da clandestinidade, das problemáticas envolvidas em uma militância que se dava apenas nas sombras, à margem de qualquer possibilidade efetiva de atuação legal e sob constante ameaça da repressão policial quase sempre foi um estigma de um partido de feições radicalizadas como o PC do B. No momento das discussões que levariam ao desligamento de muitos militantes, não apenas a clandestinidade, mas a excessiva centralização das decisões e o grau de alienação, afastamento da realidade social, ou dos operários em que o partido se encontrava, para os redatores dos documentos, se tornariam inspiração para os discursos dissonantes:

²¹⁷ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Op. cit., p. 26-27.

Não é mais segredo para parcela do público esclarecido deste país as divergências que, hoje, por não serem mais debatidas dentro do Partido, comprometem a unidade do PC do B. **Há pelo menos vinte anos que não se realiza um Congresso no Partido Comunista do Brasil**, ou seja, há vinte anos que não se elege ninguém ali dentro e que absolutamente nada ali se discute coletivamente. As direções são “eleitas” (cooptadas) e “reeleitas” sem o coletivo sequer [sic] saber, à base de critérios os mais diversos, e as questões políticas gerais são feitas e desfeitas da mesma forma, a critério de uma casta de dirigentes “iluminados”. Em função deste estado das coisas, problemas gravíssimos apareceram, entre os quais o do Araguaia, a concepção que embasou aquela experiência, o desastre da atuação parlamentar, e também o seu enfoque diretor, o afastamento da classe operária, e o que está por detrás disto, a concepção de partido, que se cristalizou autocrática e mandonista, a linha, que se fez reformista e revisionista (de conciliação com a burguesia) e assim por diante²¹⁸.

Num processo quase natural, a conclusão de tantos desencontros teóricos e práticos no interior do PC do B, engendrados especialmente a partir de 1979, com o chamado período de *luta interna*, seriam os múltiplos *desligamentos* de membros do partido, tanto de considerados dirigentes quanto de militantes comuns, fatos que eram amplamente divulgados nos quadros do partido pela publicação das cartas dos *camaradas demissionários*, utilizando uma expressão extraída das mesmas.

Na documentação analisada, é farta a correspondência do período de desligamentos, supondo-se que sejam mais significativos a partir do ano de 1981, de quando datam a maioria dessas cartas. Os fatores, explicações, considerações e demais escritos são dirigidos ora ao Comitê Regional, ao Secretariado, ora simplesmente aos *camaradas* ou *companheiros* de partido, o que possibilita uma alusão ao caminho político a ser seguido por estes. Ainda que um traço folclórico, é sabido que a passagem do termo “camarada” para “companheiro” tornou-se uma característica daqueles que estavam aderindo à proposta do Partido dos Trabalhadores[PT], que já começava a se articular desde 1978, surgindo efetivamente em 1980²¹⁹.

Uma das primeiras *cartas de desligamentos* encontrada nos documentos, cuja data não pode ser precisada, alude à existência da problemática daqueles que desejavam

²¹⁸ DELANO, H. (codinome do militante). *O dogmatismo burocrático-determinista como nova forma de revisionismo dentro do marxismo: um estudo de caracterização (uma apreciação crítica ao ‘stalinismo’ do ponto de vista do materialismo histórico e dialético)*. Bahia, 25 de outubro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 07, p.31. Grifo meu.

²¹⁹ Retoma-se aqui uma interpretação peculiar realizada por Edgard Carone, onde explicita que após a grave crise interna de 1979 o PC do B perderia inúmeros membros para o PT, este que se estabelece como um ponto de confluência a todos os esquerdistas abriga em seu interior pequenos grupos que almejavam adicionar ao partido de caráter reformista um viés mais revolucionário ou radical. Ao final de alguns anos (provavelmente 1984) uma implosão interna destas minorias viria a formar o PRC com projeto político próprio. Ver: CARONE, Edgard. *Movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Difel, 1984. p. 19-24.

abandonar o partido espontaneamente, não pela questão da luta interna, mas por não se enquadrarem no protótipo do militante revolucionário e socialista, que abre mão de sua vida e propriedade em prol do bem comum. Ainda que esse seja um documento quase único, que refere o abandono pelo não-enquadramento ao projeto de radicalização, referência ao papel de vanguarda, torna-se interessante pelo tema levantado:

[...] Acho que a honestidade tem de prevalecer. Sinto que é uma tarefa muito grande e maior responsabilidade, esta de abraçar, efetivamente, a transformação dessa sociedade e, principalmente, ser vanguarda. Pois só deve participar desta vanguarda, aqueles que estão dispostos e firmes, em abandonar, todos os vícios e preconceitos (bem-estar?, riqueza?, boa vida?) e dedicar inteiramente à causa operária, e isto companheiros, apesar de sentir esta necessidade, atualmente, eu não tenho esta disposição, e não participarei de alguma coisa, onde não tenha firmeza suficiente para realizar²²⁰.

Em que pese a motivação do autor no momento da redação de sua carta, pondera-se que a razão utilizada para o abandono do partido, ou seja, a inadequação ao projeto comunista, não parece refletir o real estado do militante, especialmente no momento econômico e político que o país enfrentava. O argumento de não estar disposto a abrir mão de todos os benefícios da sociedade de consumo, que deveriam ser quase um tabu para um comunista, parece ser apenas uma escapada estratégica para explicar aos demais o motivo de seu afastamento do partido.

Em outro documento, igualmente categorizado como carta de desligamento, encontram-se elementos mais forçosamente políticos, quase todos ligados à incompreensão da Direção para com a pluralidade de pensamentos e concepções do militante. Para tanto, lê-se em sua manifestação, dirigida não apenas ao Comitê baiano, mas ao conjunto partidário, que:

Comunico aos meus companheiros o meu desligamento em definitivo dos quadros partidários, a partir dessa data.

Diversas foram as razões para que eu tomasse tal decisão. O fato de não expô-las, relaciona-se à inexistência de oportunidade para que essas fossem discutidas previamente em um clima sadio e científico, sem desconfianças nem posições pré-concebidas.

Questões fundamentais que sempre estiveram no centro de nossas divergências, tais como concepção de partido revolucionário, relação desse partido com o movimento de massa, as relações internas da direção com a base, a problemática do centralismo democrático, por diversos motivos não conseguiram ser explicitadas com clareza.

Se o fizesse agora, de que adiantaria? Afinal, durante um tempo relativamente longo, as “discussões”, a “polêmica”, as “richas”, sempre giraram em torno daquilo que denominamos “Direção”. O conjunto

²²⁰ Élcior (codinome do militante). *Carta de desligamento de Élcior*. Bahia, 1980[?]. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 25, p. 01.

partidário, sempre circulou à distância dessa problemática, desconhecendo assim no fundamental o seu significado.

O clima existente, atualmente, não permite que recuperemos esses equívocos de métodos, dado o nível de agudização do subjetivismo, que se traduz na polarização entre dois campos pretensamente existentes no P., não confirmado pela experiência prática e nem explicitado claramente: os auto-denominados m-1, e os direitistas, basistas e outros.

Por não concordar com o método que conduz a essa falsa polarização, à intriga ao invés da polêmica, o dogma no lugar de pesquisa científica e por acreditar que na dissidência tendemos a aprofundar e não a romper com esse processo, é que estou me afastando.

Afastando-me, claro, da dissidência do P., mas não do movimento revolucionário, no qual continuarei batalhando pela derrubada da ditadura e pela construção do socialismo, acreditando na força das massas populares e, sobretudo, no proletariado, como agentes essenciais desse processo²²¹.

Nesse caso, a desilusão com o papel adotado pelos dirigentes centralistas assume corpo, demonstrando que não se tratam apenas de divergências de pensamento, mas de ações concretas, de métodos que permitem concluir a visão do autor com relação ao que presenciou por longo tempo dentro do PC do B. É fato que a crítica vazia, sem comprovação, também pode ser uma estratégia daqueles que, provavelmente, iriam abandonar o partido de um modo ou outro. Mas, em conjunto com a revisão bibliográfica levada a efeito para realizar este estudo, sabe-se que o partido adotou posturas tidas como reformistas e de adequação ao momento político que se avistava no final da ditadura militar no país, o que foi motivo de intenso e irremediável descontentamento de seus quadros mais ativos. Uma vez que o militante torna clara a perspectiva de não abandonar o movimento revolucionário, a adesão às propostas, ainda consideradas desta natureza, como o seria o PRC, não são de todo descartáveis.

Outro ponto a se destacar no documento é a existência de grupos, tendências, dentro do partido, que procuram conviver, ainda que com propostas notadamente opostas por sua posição, qual seja, os da esquerda radicalizada e os direitistas, bem como, os denominados outros. Verifica-se, após a leitura deste e dos demais documentos, que o partido também não conseguia exercer a democracia em sua plenitude e a exclusão política permanecia como método preferencial para dar término à luta de idéias. A carta a seguir, que se supõe de um membro do *alto escalão* do partido, reflete o clima de arbitrariedade que o partido forjava para descartar aqueles que ameaçavam a aparente harmonia do conjunto partidário.

²²¹ Vítor (codinome do militante). *Carta de desligamento do camarada Vítor*. Bahia, 11 de agosto de 1981. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 55, p. 01.

[...] Tomei a decisão de me afastar após uma reunião do Secretariado em que expressaram desconfianças e acusações que não foram reconsideradas mesmo sob pedido explícito, pedido este que visava a preservação de um clima de trabalho e discussão fraternos. Estaria havendo boicote administrativo ao debate e marginalização de um companheiro do próprio Secretariado (o camarada Tomás). Tais acusações me pareceram tão descabidas que já aí haveria um motivo par minha renúncia, de modo a clarear as coisas, não deixando nenhum pé de dúvida quanto ao meu interesse em maquinações de Poder. Na mesma reunião, o camarada Murilo reafirmou sua ‘desconfiança há muito tempo’ sobre minha posição com relação ao marxismo-leninismo. Segundo o camarada, eu teria uma visão não marxista-leninista, e cristalizada ainda por cima – o que sem dúvida qualquer um pode achar, mas não parecia problema para aquele momento. [...] Relaciono essa briga toda com diferenças que iam rapidamente se configurando no Secretariado.

[...] Com o rumo que as coisas tomaram, não vejo como ser direção e pretendo voltar às atividades mais próximas ao que fazia antes, no trabalho legal e em ‘assessoria’, na qual ajudei a levar adiante a luta interna e a expressão de nossas opiniões em textos assumidos pelo CR.

[...] Concluindo, observo que, ainda após a minha renúncia, continuam se agravando equívocos e confusões, na linha que considero nessa carta. Não vendo como dar uma contribuição maior à sua solução no atual quadro e considerando a implicação do vínculo partidário, comunico agora aos companheiros a minha decisão de me afastar da nossa estrutura regional [...] ²²².

A demissão, nesse caso, se dá em dois momentos. Num primeiro instante, a referência às brigas com outros camaradas formaliza o tom de desagravo, aquele que escreve se sente injustiçado perante a suspeita de sua orientação ideológica. Após essas considerações, o militante coloca sua exigência de se afastar do quadro dirigente, ainda que deixe claro que participava de uma oposição interna atuante. Já para o final da carta, que pode ter sido emendada posteriormente, o redator expõe seu desligamento completo do quadro regional do partido, uma vez que os erros e confusões persistem com relação à sua postura. Deduz-se, conforme dão a entender as afirmações contidas na carta, que as pressões de grupos internos e externos ao Secretariado Regional tenham influenciado a decisão do militante conhecido simplesmente como Quincas, de abandonar em definitivo o partido.

Não apenas esta, como as duas cartas que serão transcritas a seguir, por seu conteúdo revelador e pelo nível de aprofundamento no ideário e conjunto de ações do partido, levam a crer que estes elementos exerciam papel de relevância na estrutura partidária em que participavam. Sendo nos órgãos de direção ou no de destacados militantes, estes indivíduos, citados em outros documentos por eventos de crítica e combatividade dentro do quadro de

²²² Quincas (codinome do militante). *Prezados companheiros* (Desligamento do CR/BA). Bahia, 26 de abril de 1981. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 48, p. 01, 03 e 04.

luta interna na Bahia, podem ser considerados como perdas significativas para o partido naquele instante. *É visível que não apenas quadros irrisórios estavam se despedindo*, mas alguns dos que sem os quais, a desarticulação seria inevitável.

A saída de *camaradas* de relativa expressão e poder de convencimento, com capacidade de arregimentar outros ao mesmo caminho, constituiria uma prerrogativa para a formação de qualquer nova associação partidária ou grupo político de importância. Talvez, considerando este aspecto, algumas das cartas utilizam tons até um tanto dramáticos, com finalidades políticas de servir de guias daqueles que já não apostavam em uma saída conciliatória para a crise interna do PC do B no início de 1980.

[...]A decisão de afastar-me do partido é o resultado tanto de alguns questionamentos teóricos mais gerais como de opiniões que nasceram de minha vivência dentro do partido há 14 anos, passando pelo processo de luta interna, desde o início de 1979 e o desenrolar desse processo até os dias de hoje.

Dizemo-nos comunistas e marxistas-leninistas. Lutamos pelo socialismo e pelo comunismo. Mas quais as condições em que é possível acontecer a vitória do socialismo e do comunismo? Qual a relação que há, neste processo, entre a classe operária e o chamado partido da classe operária? Qual o papel dos militantes e organizações revolucionárias que se dizem comunistas e marxistas-leninistas? Não tenho idéias acabadas, principalmente depois de tantas falsas crenças.

[...] Com estes questionamentos quero dizer também que não saio do partido, como foi afirmado na Conferência Municipal, porque fui ‘um militante triturado pelo partido, que o transformou (a mim) num quadro de aparelho, condenado a uma vida exclusivamente subterrânea, afastado do movimento de massa, submetido a uma propaganda dogmática. Quando descobriu a natureza da direção e do partido, e abriu os olhos para a luta de classe, não tinha referencial nenhum para definir um novo caminho. O esmagamento foi tal que acabou se afastando’.

[...] Devo dizer que de fato estou ‘cansado’ (e apenas nesse sentido) de todos estes procedimentos que existem não só no campo do Amazonas e dos que romperam com ele, mas que também é uma característica que permeia vários segmentos da esquerda [...] Não posso deixar de reconhecer que estou ‘cansado’ das profissões de fé, dos discursos beatificados e reuniões litúrgicas, dos procedimentos que tem formado e deformado as pessoas. Não posso deixar de constatar que esses procedimentos têm formado dois tipos de pessoas: as ‘estrelas’ e os submissos. Não nego a intenção revolucionária dessas pessoas nem tão pouco a existência de setores da esquerda realmente ligados ao movimento operário-popular e que vêm contribuindo para o seu avanço. O que quero dizer é que é preciso menos ‘pose de dirigente’, menos autoprocamação e, no mínimo, mais humildade. Quais as razões desse tipo de procedimento dentro da esquerda, e ainda mais hoje, quando ‘o rei está nu’? Considero também que, hoje, inúmeras polêmicas existentes dentro da esquerda refletem o seu distanciamento do movimento operário e popular²²³.

²²³ Pedro (codinome do militante). *Carta de desligamento do camarada Pedro*. Salvador, Bahia, maio de 1981. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 51, p. 01, 08 e 09.

Mais uma vez se comprova o argumento de que as perseguições aos que propunham o debate aberto das divergências ocorria intensa e incessantemente, no caso deste militante, é notória a intenção interrogativa, mas também se pode constatar as censuras que sofreu do partido até a decisão do desligamento, diga-se de passagem, forçado pelo próprio partido. Expulsar os elementos indesejáveis pela mais inconveniente pressão psicológica, esboçando questionamentos, enigmas à atuação, exigindo ações de impossível concretização no nível de consciência dos partidários ou, simplesmente, difamando-os a nível nacional, constituíam ações plenamente justificáveis na verdadeira *batalha* que se travava entre os transgressores e os transigentes do partido.

A tática desconcertada de enfrentar a luta interna pela direção do partido está claramente expressa no já citado informe publicado pelo Comitê Central do PC do B em março de 1980, que se tornou amplamente conhecido e alvo de inflamadas críticas simultâneas. Ainda que o conhecimento em fragmentos não dê uma idéia da dimensão que o informe daria à questão dos opositoristas, algumas passagens merecem ser mencionadas por apresentarem episódios de dramático conflito para o partido que admitia estar perdendo o controle sobre alguns de seus quadros em diferentes estados:

[...] Em São Paulo, realizaram-se cursos com evidentes propósitos de combater a orientação partidária e os fundamentos do Partido, sob o pretexto de difundir o marxismo-leninismo [...] Os cursos e as “explicações prévias”, difundidos em São Paulo, estão voltados contra a direção do Partido. Constituem uma das formas do trabalho anti-partidário que se realiza sobretudo entre os estudantes.

[...] Também a Estrutura 1, de São Paulo, segue um caminho perigoso, e se envolve em atividade antipartidária [...] Atualmente, esse organismo não aceita a orientação do CC, segue sua própria orientação [...] Mais ainda, por conta própria, resolveu incorporar a essa estrutura membros do Partido, antes ligados a outras esferas de trabalho e hoje em oposição à linha partidária. Trata de absorver e incorporar os elementos que se manifestam em oposição aberta ao Partido e à sua orientação. Transforma-se, assim, num centro de luta contra o Partido e suas decisões. A direção da E-1 não reconhece nem aplica as decisões da VII Conferência. A E-1 não distribui, não ajuda, não aceita a TO. E faz campanha contra o jornal. Em franco desrespeito às normas leninistas do Partido, elementos ligados à E-1 têm viajado pelo país, distribuindo materiais dessa estrutura e outros de conteúdo antipartido, semeando confusão ideológica e política.

[...] **Também na Bahia surgem “dissidências” idênticas às de São Paulo.** A E-1, de São Paulo, e a direção do Partido na Bahia mantém estreito contato e harmonizam suas opiniões no mesmo rumo antipartidário. **Um diz e outro repete, um faz e outro acompanha [...] Por tudo isso, o Comitê Central deve rechaçar também a convocação de congresso do CR da Bahia** e os documentos que o acompanham, como inaceitáveis e de sentido desagregador. O CC não está obrigado a aceitar proposições que, na aparência, enquadram-se nos marcos estatutários, mas de fato, afastam-se completamente do espírito proletário-revolucionário dos Estatutos, rompem

com as normas leninistas de organização e funcionamento do Partido, e ferem a sua unidade²²⁴.

Enquanto o partido repudiava as atitudes e os escritos daqueles que se expressavam contrariamente a suas orientações indiscutíveis, o grupo se avultava com novos apoios e diversas manifestações de simpatia e defesa da postura crítica adotada. Como já fora dito sobre outros matizes deste tema, o clima político de ampliação das liberdades individuais parecia favorecer peculiarmente o movimento dos opositores, com vozes que se levantavam contra a arbitrariedade e, até mesmo, injustiça que o partido fazia a seus destacados quadros. Em um referido texto destinado ao Comitê Regional baiano é possível comprovar as manifestações observadas:

Não aceitamos a difamação que o CR da Bahia vem tendo uma prática anti-partido, que é a mesma coisa de afirmar que estão destruindo o partido [...] O que estranhemos ainda mais é como, com que tranqüilidade, e de uma hora para outra, o Comitê Regional estruturado, e respeitado nacionalmente, passa a ser qualificado de divisionista, anti-partido, liquidacionista, etc., etc., etc. Gostaríamos de saber quais os critérios utilizados pelo CC, para enquadrá-lo neste monte de adjetivos?²²⁵

Desta forma, até aqui pelo menos, ao contrário do que afirma o CC, nenhum CR solicitante feriu qualquer regra do centralismo-democrático (mas onde está ele?) ou qualquer disposição partidária estatutária. Ao contrário, como se verá adiante, foi exatamente o CC quem feriu e contrariou referidos preceitos. Fez isso ao “rechaçar” (coisa que ele não tem o direito soberano de fazer) a idéia de Congresso, o que não podia fazer antes de ouvir os demais CRs[...]²²⁶

Lemos os documentos do CR da Bahia e estamos de pleno acordo com eles. Achamos que o CR quer é unificar o Partido e não dividi-lo como lemos no documento do central. Achamos que as questões que o CR aponta são debates francos e leais, que muitos companheiros aspiram há muito tempo. Só assim todos os companheiros vão poder expressar seus pensamentos. (É necessário) avaliar responsabilidades de cada militante do Brasil e não só os que pertencem ao CR-Ba mas de todos os CRs juntos²²⁷.

A última das cartas demissionárias aqui apresentadas possui uma certa distância temporal das iniciais, mas nela se podem localizar elementos pertencentes ao debate travado desde a origem da cisão. O redator procura refletir sobre a luta interna, expressando sua

²²⁴ PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Op. cit., p. 13-14 e 25. Grifo meu.

²²⁵ Comitê da Periferia. *Ao Comitê Regional da Bahia*. Bahia, junho de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 51, p. 02.

²²⁶ A. André (codinome do militante). *Centralismo dogmático-burocrático ou centralismo democrático ?* Bahia, 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 08, p. 07.

²²⁷ S.A. (M-1). *Posicionamento de um organismo do interior acerca da luta interna*. Bahia, setembro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 36, p.1.

desilusão com a forma do CR de lidar com a oposição de seus próprios membros, já apontando para uma possível rearticulação do grupo considerado *excluído*, mas citando alguns que ainda preferiam permanecer no partido.

Há aproximadamente três meses atrás apresentei minha renúncia enquanto membro do CR e do Partido. Com certeza foi um dos momentos mais importantes da minha vida. E foi uma decisão madura, disso tenho certeza, e tomada após grande reflexão [...] Fica aqui apenas um registro de uma demissão e uma satisfação (mesmo que genérica) a alguns companheiros e companheiras os quais na vivência de alguns longos anos de militância partidária **tentaram** desenvolver junto comigo a essência de **ser camarada**.

[...] Não acredito que se travou uma luta interna, com reflexões e discussões amadurecidas e aprofundadas envolvendo todo ou mesmo parte do coletivo. Em minha opinião o que houve foi o aflorar de uma série de divergências sem um conteúdo político **explícito** e tratadas por um método extremamente equivocado.

[...] Não aceito a forma de se tratar divergência, pequenas ou grandes, que se caracteriza por ser **excludente, agressiva, acuadora e carregada de subjetividade**. E é essa ausência de conteúdo, do método de como tratar as divergências, que parte do CR adota. E isso com conivência e colaboração total e aberta (e também lamentável) de outra parte do CR.

[...] Acredito sinceramente que a direção que está sendo dada à dissidência hoje não leva ela a lugar nenhum, no máximo fica onde está, dando voltas em torno de si mesmo feito um peru bêbado. Sem aprofundar na discussão política, sem envolver o conjunto de militantes e simpatizantes, sem intervir no movimento de massas e sem crescer qualitativa e quantitativamente [...] Pra mim o processo hoje em curso na dissidência é irreversível, mesmo considerando que existem dentro da dissidência vários companheiros muito bem intencionados e que merecem de minha parte uma grande admiração e respeito político²²⁸.

Ainda que tenha constituído foco nevrálgico da dissidência, os anúncios de rompimento com o partido não são o único destaque da documentação, existem diversos outros que demonstram posições contraditórias, ora de apoio, de compreensão, ora de censura, até mesmo de incredulidade perante o ato dos elementos do próprio grupo. Essa diversidade de posturas também será explorada como forma de compreender um pouco que a existência da luta interna não se encerrava com algumas baixas, mas prevalecia pela força dos argumentos e das mudanças conjunturais do período.

Em uma longa exposição que em que critica nominalmente diversos militantes e também outros tantos documentos escritos ao longo dos anos de 1980 e parte de 1981, R.S. Bruno (codinome do militante) expõe sua apreensão frente àqueles que estão abandonando o partido e buscando novas [e duvidosas] orientações para a retomada de suas vidas políticas.

²²⁸Pita (codinome do militante) *Carta do camarada Pita* – Sobre seu desligamento. Bahia, junho de 1982. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 67, p. 01,04, 05 e 06. Grifos no documento.

Seleciona-se aqui uma passagem do texto que expressa essa incompreensão sobre os rumos que a luta interna estava tomando naquele exato instante:

[...] No essencial, o conjunto de idéias e, certamente, os passos por quem as carrega, estejam elas mais (como o Distrital B da E-1 de SP, com o Pedro, etc.) desenvolvidas, estejam elas menos (como Anísio, Júlia, Caio, etc.) desenvolvidas, apontam claramente **para a direita**, não a direita, para evitar mal entendidos, reacionária, não é isso, e sim a que corresponde ao reformismo e ao liberalismo. Este movimento à direita liberal, reformista ou anarquista **não está consumado** e, talvez, em alguns casos, não se complete, mas no conjunto ele ganha corpo e se desenvolve rapidamente, pois se trata de um corpo ideológico que possui ideologia própria apesar das diferenciações maiores ou menores naturais do processo de formação: de “dúvida” em “dúvida” “novas” concepções se cristalizam, como cristalizados já estão os contornos básicos desta tendência²²⁹.

A presença de textos de contestação aos elementos que abandonavam o partido ou estavam prestes a fazê-lo não é muito comum na documentação analisada, mas é referencial destacar que essas discussões existiam, não eram poucos os militantes que decidiam se desligar do PC do B sem ter ainda definido outra opção partidária, o clima de inquietação e questionamento gerava acalorados debates, por vezes revidados ou não conforme existência de documentação, mas talvez o simples fato de pertencerem ao Arquivo Especial do PRC seja indicativo do futuro da maioria destes militantes.

Em alguns trechos, os textos voltam-se às discordâncias de fundo teórico e ideológico, abandonando, em termos, a questão principal, como numa tentativa de atribuir a crise ao simples fator do *desvio* daqueles militantes dos fundamentos originais do partido, como no caso, imputando-lhes a adesão à ideários reformistas e acusando-lhes de estarem minando a luta interna com as críticas aos dirigentes. A negação da existência de um grupo dissidente é um traço comum a esses documentos.

Existem pessoas e grupos na nossa “tendência” (à qual muitos jocosamente já chamam de “Dissidência do PC do B”) – algumas delas abandonaram o partido recentemente, outras permanecem nele – que nos culpam de lhes privar a **liberdade de cultuarem** Fernando Claudin e outros “heróis do eurocomunismo”, ou melhor, que nos culpam por nutrirmos um “preconceito contra Claudin e Semprun” e outros autores autonomistas, reformistas e eurocomunistas. Pessoas que nos imputam esse “preconceito” mas que nada nos dizem acerca do preconceito que desenvolvem contra Lenine e contra sua concepção de partido – desenvolvimento este que os arrasta irresistivelmente para o automismo, o basismo de Igreja, o reformismo e o eurocomunismo declarado sem que, em nenhum momento, denunciaram o próprio preconceito anti-leninista, sem que, ademais, em momento algum,

²²⁹ R. S. Bruno (codinome do militante). *Que partido pretendemos construir?* Bahia, agosto de 1981. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 18, p. 28. Grifos no documento.

demonstrem, de fato, o porque da propalada “insuficiência do leninismo” e sem que, finalmente, nada nos digam acerca da meta a que almejam atingir²³⁰.

O jogo de acusações e denúncias entre aqueles que estavam se despedindo do partido e aqueles que estavam determinados a permanecer constitui um outro prisma observável na documentação. Alguns escritos, de provável autoria dos propagandistas do PC do B e de seus quadros fiéis, seriam produzidos com o inegável intuito de diminuir as tentativas de desligamento do partido como forma de conter a evasão que se prenunciava. Em alguns trechos é possível diagnosticar essa estratégia:

[...] Consta que saíram do partido, por estes dias, algumas poucas dezenas de camaradas, entre “autonomistas”, “claudinistas”, etc., sendo que dois deles, mais corajosos e que “se assumiram”, já se definiram por inteiro: ingressaram no PCB, que está inflado de oportunistas de toda ordem, “micro-clima” de natural e tentadora ambiência para muitos dos que fazem uma sumária mas, certamente, “fulminante” crítica aos horrores do ultracentralismo, etc., da concepção leninista de partido.
[...] Outros simplesmente irão dedicar-se a leituras amenas e confortáveis para uma consciência cansada e desencantada, enquanto outros, talvez, tentem sair para alguma novidade que não está clara nem para eles nem para ninguém²³¹.

À medida que cresciam as adesões ou que o trabalho de arregimentação ao *racha* evoluía dentro do partido, maiores se tornavam as preocupações dos dirigentes em rebaixar o movimento a uma desprezível parcela de agitadores, utilizando inclusive o mesmo palavreado com que teriam sido atacados anteriormente, que não causariam maiores desgastes à evolução do partido. Procuravam-se demonstrar, curiosamente até estatisticamente, que as baixas que o partido sofria naquele momento eram irrelevantes, como as expostas neste documento datado de 1981 que aborda as demissões em São Paulo: “Ao todo saíram em torno de 15% dos militantes da estrutura (garantidamente menos de 20%), a maioria estudantes, **não tendo saído nenhum operário**”²³².

A alusão ao fato de que o partido não estava perdendo seus indivíduos mais estimados, a mística categoria conhecida como classe operária, representava um certo fôlego e uma garantia momentânea de que a dissidência não seria prejudicial até aquele instante. É certo que o partido resistiria a este e a outros fracionamentos, mas cada parcela que migrava para outra sigla representava, certamente, uma perda irreparável no saldo de força política

²³⁰ R. S. Bruno (codinome do militante). Op. cit., p. 2. Grifos no documento.

²³¹ BRUNO, R. S. (codinome do militante). Op. cit., p. 25-28. Grifos no documento.

²³² Inter-Regional 1. *Sobre a crise do partido*. Salvador, maio de 1981. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 52, p. 03. Grifo meu.

exercida pelo PC do B no campo institucional da política brasileira. Em outros termos, nenhuma saída de militantes representaria acréscimo de participação política ao partido, apenas um decréscimo na evolução geral da luta das esquerdas no país.

A já citada transformação dos antigos camaradas de partido em espécies de inimigos, oponentes não só do partido, mas de todo o ideário que sustenta a existência deste, é uma tática que os intelectuais pecebistas sabiam usar como poucos. Mas também não são poucas as tentativas de reverter as acusações em denúncias de perseguição e desvios dos princípios democráticos de atuação partidária. Todavia, em uma análise mais detida, é possível observar nos documentos que nem sempre os que permaneciam estavam dispostos a isolar esses quadros, talvez até esboçassem uma tentativa de reverter as condições em prol do retorno à unidade do partido ou de intenções não muito específicas:

Os companheiros que ameaçam desligar-se, atingiram seus limites? Achem que o partido não superará esses obstáculos? Que exponham seus motivos, para que avancemos na compreensão e atitudes, ou mesmo até, os acompanhem, buscando outras formas de atuação. [...] Não dá para entender, portanto, como podemos encarar a saída dessas pessoas, com uma sobriedade que faria qualquer inglês babar-se de inveja! Ou estaremos na postura do grupo de Amazonas, diagnosticando recuos ideológicos, a torto e a direito? Então virou epidemia²³³!

No avançar do ano de 1980, a documentação se torna cada vez mais voltada ao definitivo *racha* com o PC do B, já são poucos o que defendem o diálogo, a continuidade da polêmica iniciada alguns anos antes, a tentativa de reaproximação ideológica. Tornam-se freqüentes as citações a uma nova formação, a um desligamento motivado pela busca de alternativas à luta interna, bem como às ameaças crescentes de expulsão daqueles que a incentivavam. Nesse sentido, os membros do Comitê e Secretariado Regional da Bahia eram destacados elementos, aos quais se uniam, rapidamente, outros provenientes de São Paulo e do Rio Grande do Sul. Verifica-se numa passagem de documento de julho do referido ano, a tentativa de transformação da luta teórica em uma prática inicial:

2.4.1 A tática de “contra-ataque”

Urge que façamos: atrair os melhores elementos, militantes do Partido atual; conquistar prioritariamente as áreas operárias, camponesas e de trabalhadores; lutar pela maioria ou, no mínimo, por um forte enclave entre os estudantes, de saída; formar um núcleo coeso e, sem ignorar a necessidade de quantidade (sobretudo porque isso é importante para o rompimento), definido sobretudo pela qualidade (ideológica, política, teórica, em combatividade e ímpeto revolucionário).

²³³ M. (codinome do militante). *Sobre a luta interna* (Aos companheiros do Secretariado). Bahia, 1980? Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 27, p. 02.

Para alcançar estes objetivos é necessário travar a luta interna de modo a: desmascarar e deslegitimar a cúpula do CC, a sua linha e os que os seguem a ambos; afastar e isolar deles os vacilantes a ganhar [...] desenvolver rapidamente os elementos essenciais de nossa linha, de nossa estratégia, de nossa tática. É importante que quando sejamos livres, saíamos com o maior número possível de elementos, o que nos remeterá a uma intensa luta ideológica interna logo depois²³⁴.

Depôr os líderes, questionar a ideologia e reescrever os estatutos constavam das propostas dos divisionistas, ficando evidenciada a urgência na reconstrução partidária, até mesmo pela impossibilidade de seguir em uma opção política já tão criticada por esses mesmos ao longo da produção teórica em questão. A trajetória seguida da definitiva ruptura até as vésperas da reorganização em outra sigla, que iria diferir relativamente da anterior, será apenas brevemente abordada neste estudo, uma vez que não constitui objetivo e permanece como uma proposta de prosseguimento da pesquisa a partir da obtenção de outros dados e do levantamento dos dados que adviram a partir, principalmente, do não tão distante ano de 1982.

3.3 Rumo ao surgimento de um novo partido – A inserção do PRC

É sabido que um partido não se faz apenas com uns poucos voluntários, mas com um conjunto parcialmente coeso de indivíduos atuantes, que se disponham a teorizar, organizar e trabalhar em diversas frentes onde este grupo queira ter alguma significância. Falando da formação apenas em termos práticos, de sua concretização, a divergência por si só não era garantia da criação de novos partidos, mas provavelmente da adesão a grupos já formados ou em processo de organização. Contudo, não são poucas as referências a uma construção partidária nos documentos, tal como se lê aqui nas resoluções da II Conferência Regional do PC do Brasil na Bahia, datada de julho de 1982, que propõe o Congresso não mais como possibilidade de discutir as grandes questões do PC do B, mas como a possibilidade de encontro para aqueles que desejam ingressar no novo partido:

1. O VI Congresso deverá nos converter em um partido com fisionomia própria, através da obtenção dos seguintes resultados:
 - 1.1 Definição do programa do partido [...]
 - 1.2 Definição tática geral [...]
 - 1.3 Nossa estruturação orgânica em moldes leninistas – o que inclui especialmente a elaboração de estatutos, eleição do Comitê Central, definição do nome para o partido, etc. [...]
 - 1.4 Nossa consequente

²³⁴ Comitê Regional da Bahia. *Com conduzir a luta interna*: parâmetros para uma discussão interna. Julho, 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 53, p. 09.

desvinculação completa do PC do B, organização à qual estamos hoje ainda formalmente ligados [...]

3. Do VI Congresso, o partido deverá sair com um projeto de identificação e contato sistemático com o que existe de melhor na esquerda marxista-leninista do país – entre as organizações partidárias, ativistas da classe operária e intelectuais revolucionários – para, através de publicações, debates, reuniões, encontros, troca de experiências, atuação prática com base em princípios, promover a depuração política e ideológica e conseqüente união de comunistas para a formação, em um processo planejado de um ou mais congressos, do partido revolucionário marxista-leninista do proletariado brasileiro²³⁵.

Em outra passagem, um documento específico da luta interna, do decorrer do ano de 1980, propõe uma certa radicalização frente à demora na convocação do Congresso, defendendo que este seja transformado num grande encontro dos dissidentes para a reorganização do partido. Dentre outras questões de ordem, o CR/BA, que assina o documento, refere:

O “encontrão” equivale a um Congresso de dissidentes para a reorganização. É um ato coletivo do momento do rompimento. Trata-se menos de um Congresso e mais de um encontro por conta de que não pode ser pretensão imediata da oposição interna partir, ela própria e sozinha, com a diminuta dimensão que tem, arbitrariamente para a Re-construção [sic] definitiva. Na verdade, a re-construção do partido marxista-leninista da classe operária brasileira passa pela aglutinação de forças operárias e de esquerda que não estão hoje dentro do Partido e que deverão ser reunidas e unificadas, em torno do marxismo-leninismo, mediante um processo cuidadosamente construído a partir deste “encontrão” (talvez o seu maior saldo seja este, a par de retirar alguns esboços estratégicos e táticos)²³⁶.

Em uma observação retrospectiva, fica evidenciado que o tão defendido Congresso, exigido pelos militantes, sem a convocação prévia e a concordância da direção nacional, não se realizaria de imediato como assim o desejavam. Demoraria até 1982, quando as discussões já se haviam transformado em intrigas, quando o desmoronamento da unidade já se afigurava uma realidade conhecida e quando diversos quadros, de diferentes regiões brasileiros, já haviam se demitido, estavam se demitindo ou seriam demitidos do PC do B. Alguns, munidos de referenciais alternativos e na busca de sua legitimidade própria, fundariam novos partidos; outros, engrossariam as fileiras de nascentes partidos que, identificados com o projeto socialista, faziam questão de se apresentarem como pólos

²³⁵ Sem autor. *A II Conferência Regional do PC do Brasil na Bahia* (Resoluções). Bahia, julho de 1982. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 68, p. 02.

²³⁶ Comitê Regional da Bahia. *Como conduzir a luta interna*: parâmetros para uma discussão interna. Bahia, julho de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 53, p. 13.

aglutinadores de diferentes movimentos sociais, numa alusão específica ao Partido dos Trabalhadores (PT).

Ainda que esta não seja a intenção específica do trabalho, cabe alguma menção ao sentido e participação do Partido dos Trabalhadores na trajetória dos pecebistas de então²³⁷. Gestado pelo menos desde 1978, o PT surgiu formalmente em 1980, a partir de experiências de lutas políticas e sociais populares, desenvolvidas sob a ditadura militar. O partido surgiria da atuação de militantes vindos de setores da esquerda católica, de intelectuais, de ex-militantes ou simpatizantes de organizações clandestinas de combate à ditadura, da ala mais à esquerda do MDB, do movimento estudantil e do novo sindicalismo, cujo centro era São Bernardo do Campo, em São Paulo.

Desde seu surgimento, o PT agrega inúmeras tendências internas, sem contar com uma infinidade de militantes e simpatizantes independentes, que não se identificam com nenhuma tendência específica, mas com o partido em seu conjunto. Quase todos no PT defendem posições socialistas, ainda que elas não sejam coincidentes, indo da moderada social-democracia até o socialismo revolucionário. O ideário marxista é difuso no partido, inclusive em quase todas as tendências, mas somente algumas fazem questão de reivindicar a condição de marxistas, boa parte das quais se diz também leninista.

Contudo, aqueles que não optaram imediatamente pelo PT, mas fizeram parte do *racha* iriam se reunir, ainda em 1982, para seu encontro [citado como Congresso] de criação do partido que receberia a denominação de revolucionário comunista, com sigla PRC, reunindo dissidentes do PC do B, convidados de outros grupos políticos e demais interessados. A partir daí uma outra filosofia e novos preceitos passariam a ser defendidos, iniciando uma nova etapa desta história, que teria vida breve, mas intensa, dissolvendo-se, provavelmente na mesma euforia com que fora criado, nos idos de 1988.

Para uma visão panorâmica deste processo, tem-se a contribuição de Tarso Genro²³⁸, destacada figura política e conhecido ex-comunista, que concedeu entrevista no ano de 2000 quando revelou alguns detalhes sobre a criação do PRC. Genro afirma ter começado sua participação nas organizações de esquerda atuando no PC do B, já iniciando sua dissidência, na Ala Vermelha, uma vertente adepta do maoísmo, depois em uma tendência denominada Esquerda do PC do B e, por fim, no Partido Revolucionário Comunista, considerando os dois

²³⁷ Mais sobre a relação PRC e PT ver: SILVA, Antônio Ozai. *História das tendências no Brasil* (origens, cisões e propostas). São Paulo: Proposta, s.d.

²³⁸ Tarso Genro é, dentre outros cargos ocupados, ex-Ministro da Educação do governo Lula e ex-presidente do Partido dos Trabalhadores (2005).

últimos como organizações marxistas-leninistas heterodoxas, “eram movimentos, no interior do movimento comunista do país, radicalmente anti-stalinistas e não-trotskistas”²³⁹.

Descrevendo o processo de fundação do novo partido comunista, Genro atribui este ao início de uma trajetória da esquerda marxista-leninista para uma visão mais democrática, ou seja, a imagem atribuída à formação do Partido dos Trabalhadores (PT) assim descrevendo: “Nós fundamos em 1982/1983, o Partido Revolucionário Comunista, que fazia uma crítica a todos os aspectos dogmáticos do marxismo, condenava o stalinismo, identificava o trotskismo como uma forma de autoritarismo e abria uma leitura e discussão de Gramsci e Lukács²⁴⁰ no movimento comunista, tendo Lênin como referência principal. A partir daí, protagonizamos juntamente com outras forças de esquerda, uma luta muito grande contra o marxismo ortodoxo”.

A transição de diversos elementos partidários comunistas não foi um processo pacífico, sem questionamentos e novas crises. Elucidando a problemática, já em 1981, surgem citações na documentação que evidenciam um quadro conflituoso de agregação, mas sem poder de modificar o curso dos acontecimentos:

A primeira proposta que queremos combater é aquela que propõe a dissolução da O. [organização] em nome da entrada no PT. [...] Em primeiro lugar, **esta visão não consegue perceber que o PT, nesta conjuntura, ainda não responde a uma globalidade de questões** (seja da teoria da revolução, seja das respostas políticas mais gerais para a sociedade). Não devemos confundir o PT com aquilo que desejamos transformá-lo²⁴¹.

O PRC representou, em seu tempo e para aqueles que o integraram, uma proposta de renovação do socialismo possível dentro do cenário político brasileiro de então, num misto de utopia e ações concretizáveis, que desembocaria num acelerado processo de decomposição partidária pelas próprias contradições que surgiriam em seu interior. De qualquer forma, se considera válido citar que, em que pese sua postura combativa e o complexo ideário adotado por seus dirigentes, o PRC somente efetivou uma militância

²³⁹ Dados da entrevista concedida por Tarso Genro disponíveis no site: <http://www.tarsogenro.com.br/download/22.doc>. Consultado em 22/11/2003.

²⁴⁰ György Lukács (1885-1971), teve uma intensa e longa vida de filósofo, professor e teórico da literatura e da estética, atuando de 1919 a 1929 como um dos líderes do movimento comunista húngaro. Ainda que suas obras cubram uma vasta área, em política, é lembrado, sobretudo, por suas idéias relativas a questões de organização e como um dos principais defensores da Frente Popular e de uma participação política de base das massas nas “Democracias Populares”. Para uma descrição da vida e obra ver: BOTTOMORE, Tom (Ed.). Op. cit., p. 221-222.

²⁴¹ Getúlio, Jaime, Luiza, Mandel e Matias (codinomes dos militantes). Questões sobre a construção partidária. Bahia, 1981? Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 19, p. 11. Grifos no documento.

clandestina, que privilegiou o nível do discurso e da agitação contrária a uma ditadura que ainda acreditavam em pleno vigor, até mesmo fortalecida nos idos da década de 1980.

Ainda que não estivessem assim tão distantes da realidade, uma vez que a vigilância e a real repressão aos *comunistas*, ou até mesmo àqueles vistos como tal, no Brasil ainda teria uma vida longa e dissimulada pela impunidade que permeia as instituições de poder nacional, o PRC abusou da prudência, continuadas oportunidades se travestindo como o próprio PC do B, por meio da convocação de reuniões de nebulosas pautas, onde ia se desvelando pela pregação contundente. É sabido que, mesmo que tenha sido gestado na dissidência, muitos de seus membros nunca pertenceram às fileiras comunistas tradicionais, sendo arregimentados no movimento estudantil e em diferentes círculos intelectuais.

Fruto das discordâncias e carregando em seu cerne o fardo de uma construção que retrocedia ao nível inicial, o da introdução da teoria marxista-leninista e suas vertentes defendidas, o PRC, em sua breve, mas prolífera existência, constitui uma das tantas contribuições à evolução histórica da esquerda dita revolucionária na política brasileira, tendo por isso sua inserção garantida em qualquer estudo que se pretenda sério e profundo sobre as temáticas referentes às posturas de esquerda no Brasil deste e de outros tempos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Efetivando um balanço da atuação política dos socialistas brasileiros, que na sua maioria foram considerados como marxistas-leninistas entre 1920 e 1980, Ridenti assevera que eles tiveram dificuldades para equacionar adequadamente o peso de sua vontade política e as condições objetivas que a realidade impôs a essa vontade. Na sua atuação política, algumas vezes perderam para o voluntarismo, pretendendo tomar a história nas mãos, iniciando o processo revolucionário, sem que houvesse condições para tanto²⁴², foi o que ocorreu no levante de 1935 e, provavelmente, o que ocorreu nas matas do Araguaia entre 1967 e 1973.

A história da esquerda brasileira é feita de derrotas, ao mesmo tempo heróicas e trágicas, que não poderiam ser avaliadas [aqui]. Talvez valha a pena apontar que elas não podem ser creditadas apenas à ação ou inação dos comunistas e dos socialistas, para não cairmos no voluntarismo que centra a política quase exclusivamente na vontade dos homens. Conhecer as experiências de luta dos trabalhadores e dos socialistas a eles ligados é indispensável para quem pretende atuar politicamente a fim de transformar a sociedade. Trata-se de aprender com elas, com o respeito de quem sabe que o passado já foi o presente, e que os homens de então viviam os dilemas e as incertezas próprios de sua época²⁴³.

Em entrevista recente Daniel Aarão Reis Filho, professor de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF) e um dos mais conceituados intelectuais de esquerda do país, numa reflexão sobre o regime político instaurado em 1964 e a postura adotada pelas esquerdas brasileiras a partir de então, traduz em uma frase a inconformidade com que são encaradas as análises históricas sobre estas trajetórias: “A busca da verdade muitas vezes incomoda, fere interesses consagrados, perspectivas definidas, posições políticas claras”²⁴⁴.

²⁴² RIDENTI, Marcelo. Op. cit., 1992. p. 38.

²⁴³ RIDENTI, Marcelo. Op. cit., p. 40.

²⁴⁴ REIS FILHO, Daniel Aarão. *Esquerda, volver!* Entrevista concedida à Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Ano 1, nº 3, setembro de 2005. p. 46-51.

Em outros termos, qualquer posição que se queira crítica sobre as ações e escritos produzidos pelos partidos esquerdistas, tanto nacionais quanto internacionais, irá suscitar debates acalorados em diversos planos possíveis. O principal fator talvez resida na atualidade de muitos eventos e na permanência de muitos personagens na cena política, risco daqueles que almejam escrever uma *história do presente* pautada no que se pode chamar de uma *memória quente*, passional, vivida direta ou indiretamente por aqueles que dela partilham.

Isto coloca, é verdade, alguns problemas complexos que se prendem com a inevitável parcialidade que este tipo de memória contém. Mas, na *história do presente*, esta pode e deve ser temperada pela diversidade das fontes disponíveis, agora mais numerosas do que para os períodos em relação aos quais já não é possível contar senão com o número limitado de documentos escritos que o tempo poupou.

Reitera-se que grande parte das inferências aqui apresentadas constituem objeto de análise corrente, já publicada em obras e trabalhos acadêmicos, mas que a estas somou-se uma dose de ousadia no exame da documentação interna do PRC, efetivada no período de concepção deste, no interior do PC do B. A leitura dos documentos representou uma atividade instigante, uma vez que muitos dos escritos são dotados de vivacidade e lucidez, enquanto outros representam o mais original espírito utópico dos socialistas ainda não desencantados pelo processo de extinção iniciado em 1989.

A grande questão que permeia os documentos é o debate travado sobre o significado da experiência do Araguaia, em que, mais do que o passado, estava em jogo a orientação política que o partido deveria adotar diante dos novos desafios que surgiam, especialmente o da sua sobrevivência, num ambiente pretensamente democrático. A discussão que começou por volta de 1975, foi interrompida no ano seguinte pela pesada repressão que recaiu sobre o PC do B no referido desmantelamento de sua direção central. O desaparecimento de um comando nacional parece ter estimulado, em vários sentidos, o surgimento de lideranças estaduais e/ou regionais, representadas pelos comitês dessa natureza, que passaram a combater abertamente as decisões e propostas daqueles que assumiriam a direção, mesmo de fora do país, como o citado caso de João Amazonas que controlou o partido mesmo no exílio.

As discussões seriam novamente retomadas no início da primeira década de 1980 e sobre ela já passariam a incidir questões postas pela nova conjuntura, afinal, estariam em questão o suposto final da ditadura, a abertura e o provável surgimento de novos personagens na arena política. Neste momento a questão fundamental das décadas anteriores – a questão da revolução - daria lugar à discussão dos rumos adotados pelo partido na [re]democratização do país. De qualquer forma, a discussão sobre o Araguaia, juntamente com as questões colocadas

pelo momento político, como a adesão eleitoral ao surgente partido sindicalista, causou sérios danos ao PC do B, levando, assim, muitos militantes a abandoná-lo no processo que culminaria, dentre outras frações, com a formação do PRC.

Remontando à documentação, algumas constatações são indispensáveis, como a de que a grande maioria de seus redatores encontrava-se em um momento singular de sua militância, provavelmente atordoados pela herança de um regime repressivo e frente à ilusão que um ambiente de liberdade política poderia ofertar aos mais audazes. Os usos e abusos das referências aos clássicos como Marx e Lênin, ocorrem quando estas propiciam brechas às críticas pela má condução geral do partido e pelo eterno afastamento da classe operária, quase sempre atribuído a uma desorganização interna, derivada da falta de um encontro nacional (Congresso) que garantisse a unidade dos corpos e mentes dos socialistas brasileiros.

Conhecidamente, a esquerda sempre foi um terreno fértil para dissensões. Os desencontros teóricos, a importação de idéias e planos sem uma adaptação ao cenário em que se concretizariam, as difíceis condições de militância no ambiente ditatorial, somadas aos mais naturais desentendimentos entre os seres humanos garantiram essa fama aos grupos de oposição à ordem vigente. No caso brasileiro, é preciso aduzir ainda as frequentes rupturas ocasionadas na trajetória das esquerdas, periodicamente tendo seus partidos fechados, seus líderes exilados ou mortos, interrompendo percursos, dificultando o exercício da memória.

Abrir uma reflexão sobre um passado de derrotas é reabrir feridas, permitir processos de acusações mútuas, liberar o fantasma da desagregação. A história das reviravoltas dos comunistas brasileiros é emblemática deste ponto de vista, uma vez que sempre houve um cuidado muito grande em silenciar sobre o passado do qual se estavam desligando.

É, mais uma vez, de Daniel Aarão Reis, a reflexão fundamental nesse aspecto:

Os partidos políticos populares fundados e/ou refundados em fins dos anos 1970 e início dos anos 1980, embora aportando aspectos inovadores e mesmo rupturas radicais, cometeram a grande imprudência de se julgarem livres dos legados e das tradições. Ora, se as tradições políticas podem, em princípio, ser inventadas, não é qualquer invenção, em qualquer circunstância, que se afirma e se consolida²⁴⁵.

Tal compreensão se faz determinante no caso dos dissidentes do PC do B, que rumavam para um infinito de possibilidades, mas que mesmo negando à exaustão,

²⁴⁵ REIS FILHO, Daniel Aarão. Lutas sociais, reformas & revolução nas tradições das esquerdas brasileiras. *Revista Eletrônica Gramsci e o Brasil*. Obtido no site: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv130.htm> Consultado em 18 de outubro de 2005.

continuavam repetindo e imitando práticas mormente censuradas por eles mesmos. Não havia, e talvez sequer pudesse haver em tempo tão exímio, uma verdadeira reorganização partidária, no sentido estrito de partidos proletários, que apresentavam uma trajetória de lutas anterior, com um ideário formado e reforçado pela produção de textos publicados em jornais e revistas, com ampla penetração nas classes oprimidas da sociedade. Não era essa a realidade dos pretensos revolucionários comunistas que precisavam começar sua história do zero, mas que não admitiam estar construindo-a sobre as cinzas do ideal que abandonavam.

Entre os documentos finais, um que data já do ano de 1982, profere claramente a situação enfrentada pelos divisionistas até aquele momento:

Camaradas: Graves perigos ameaçam a nossa existência como organização política revolucionária. Não se trata somente de problemas de “realização”, mas sim, também como estes, problemas acima de tudo políticos e ideológicos. Nós temos de saber combinar as tarefas de crescimento com as revolucionarização ideológica. Algumas coisas estamos fazendo, e a própria Conferência, se realizada, dará mais um impulso neste sentido. Temos propostas de táticas e organizativas. Temos alguns cursos em andamento, um jornal que sai com dificuldade, mas sai. Precisamos vencer sérios pontos de estrangulamento: precisamos avançar política e ideologicamente e precisamos recrutar. Eis o binômio das nossas dificuldades!²⁴⁶

Nessa tarefa de largas proporções, que incluía obter elementos para militar por uma causa ainda não bem esclarecida, na qual é possível encontrar já algumas acusações à precipitação de seus idealizadores: “Por outro lado, erram profundamente os companheiros que pensam ser suficiente para reestruturação do Partido tão só uma dosagem teórica maior do marxismo-leninismo. Pode-se ser burguês e eclético, com uma sólida formação teórica marxista-leninista; a prática o tem demonstrado”²⁴⁷, não foram poucos os que desvirtuaram a proposição, aderindo ao partido apenas momentaneamente ou por uma conveniência passageira.

Cabe repetir que sua fortuita migração para partidos mais estabelecidos politicamente como o PMDB ou o PT não foi fruto do acaso, mas da genuína desistência de seguir uma orientação que, como das outras vezes, também se mostrava frágil e com poucas chances de se equivaler aos grandes do cenário político nacional. Na probabilidade que se diga que nem sempre a intenção de um agrupamento político-ideológico é participar do poder

²⁴⁶ Mat[eus] (codinome do militante). *Como enfrentar a luta interna?* (proposta ao regional). Bahia, março de 1982. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 62, p. 01.

²⁴⁷ V. (codinome do militante). *Sobre organização partidária*. Salvador, maio de 1981. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 50, p. 13.

institucionalizado, caem as máscaras e se desfazem os sonhos, pois os fatos demonstram que aqueles que já defenderam a bandeira do proletariado, também já o lesaram indefinidamente como comprovam os diversos escândalos de corrupção que sustentam a mídia brasileira, de modo especial desde o início do século XXI.

Os caminhos que conduzem os homens de acordo com suas paixões políticas são os mais estreitos e tortuosos e não cabe aqui qualquer forma de julgamento, o que se almejou foi demonstrar um pouco do cotejo que envolveu os pecebistas em duas posturas desalinhadas, que *rachariam* o partido por mais uma vez, mas não cindiriam completamente as propostas implícitas no resistente socialismo brasileiro. Ainda que seguissem direções paralelas, não poderiam esquecer a herança que os unia e persistiam combatendo *o inimigo oculto* nas injustiças sociais, aquele identificado há muito como o imperialismo norte-americano ou, mais tradicionalmente, como o capitalismo mundial.

Efetivar esse mergulho nas palavras dos membros do PC do B, naqueles que o combatiam por uma nova organização e naqueles que o defendiam pela conservação dos princípios comunistas, em se confrontando com os indícios analíticos da teoria e da história política, bem como com os fatos que atravessaram a sua existência, possibilitou alcançar um entendimento, em termos iniciais, mas ainda assim avançado, das diversas possibilidades de luta expressadas por estes grupos que, mesmo pequenos e de escassa representatividade, guardam em si um universo complexo que combina intrincadas teorizações com irrealizáveis propostas de tomada do poder, vide que mesmo nos documentos finais do Arquivo é possível identificar menções à revolução proletária, à conquista de direitos fundamentais pela força combativa do povo e outros tantos recursos lingüísticos à missão revolucionária.

Que muito não tenha sido citado, devidamente aproveitado na análise é um risco perpétuo, uma vez que abarcar toda a diversidade das opiniões, estudos, propostas e resoluções presentes na documentação não constitui o objeto desta exposição, que redundaria em afirmar que a dissidência era inevitável, bem como o foram à sua época os ambíguos projetos de implantação de um núcleo guerrilheiro nos confins de Goiás (hoje Tocantins). Ambos carregaram o cerne de sua própria dissolução, mas assim como não chegaram a uma tática e estratégia política que os fizessem permanentes na sociedade, a luta interna seguida de uma crise, com rompimentos multiplicados no partido, garantiu uma certa perspectiva de elucidação dos eventos do Araguaia, pautada até mesmo na falência da avaliação até então oficializada pelo PC do B.

À distância dos fatos e equívocos, o até então ato heróico, considerado “mais um elo na longa cadeia das gloriosas lutas populares do Brasil” como o queria João Amazonas até o

final de sua existência, resultou em um vergonhoso episódio de torturas, execuções sumárias, enterros clandestinos e indecorosas comemorações das forças militares sobre a derrota dos *inimigos* da nação, como tem sido anunciado até agora em diversos veículos de imprensa. Ainda que seja uma forma de conjectura, as interrogações levantadas pelos militantes do partido no final da década de 1970, trazidas a público, viriam reforçar o interesse naquela disputa, que de tão encoberta e eclipsada da memória nacional, quase correu o risco de ser inserida na história como uma bravata de menores conseqüências que um grupo qualquer empreendera contra o regime militar no Brasil. Ao contrário do que se pode imaginar, a documentação não fornece revelações sobre a guerrilha, mas induz a uma retomada do assunto nos círculos internos do partido, o que invariavelmente cairia no conhecimento de seus arbitrários perseguidores, mas que chegou de alguma forma até agora pouco considerado pela pesquisa histórica deste tema e período.

Resgatar a memória dos dissidentes comunistas, enfocando este e outros desdobramentos possíveis, constitui indelével tarefa da história, que pode assim cobrir as lacunas persistentes na evolução das organizações de esquerda e de sua contribuição para os rumos da política nacional nas últimas décadas. Como toda história que merece ser escrita, seja por cientistas sociais, políticos, historiadores ou pesquisadores interessados no tema, esse tema merece novas e constantes [re]interpretações, considerando-se que aqui se obteve o fechamento de um ciclo que não se encerra, mas permanece na investigação de como se forjavam revolucionários numa época e lugar não muito distantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- AMAZONAS, João et al. *Uma epopéia pela liberdade. Guerrilha do Araguaia 30 anos (1972-2002)*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- BOBBIO, Norberto. *Direita e Esquerda: razões e significações de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 2001.
- BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva. As duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- CABRAL, Pedro. *Xambioá - Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Record, 1993.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Araguaia: epopéia de luta pela liberdade*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1996.
- CARONE, Edgard. *Movimento Operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: Difel, 1984.
- CARONE, Edgard. *O PCB (1922 a 1943)*. V. 1. São Paulo: Difel, 1982.
- CARONE, Edgard. *O PCB (1964 a 1982)*. V. 3. São Paulo: Difel, 1982.
- CARRION, Raul. Dos primeiros partidos operários à formação do Partido Comunista do Brasil. In: Centro de Estudos Marxistas. *As portas de Tebas: ensaios de interpretação marxista*. Passo Fundo: UPF, 2002.
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *O coronel rompe o silêncio*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

- CASO, Antonio. *A esquerda armada no Brasil: 1967/1971*. Lisboa: Moraes, 1976.
- CHACON, Vamireh. *História dos partidos brasileiros*. Brasília: Ed. UnB, 1985.
- CHAVEAU, Agnès e TÉTARD, Philippe (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio (Org.). *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- COUTO, Ronaldo Costa. *História indiscreta da ditadura e da abertura*. Brasil (1964-1985). Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DINES, Alberto; FERNANDES JR., Florestan e SALOMÃO, Nelma (Org.) *Histórias do poder*. 100 anos de política no Brasil. Vol. 2 – Ecos do Parlamento. São Paulo: Editora 34, 2000.
- FERREIRA, Marieta Morais. A nova “velha história”: o retorno da história política. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. n. 10, v. 5, 1992. p. 268.
- FICO, Carlos. *Além do golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FREITAS, Décio. *A esquerda que falhou*. In: Zero Hora. Porto Alegre, 16/06/2002. p. 15.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada: o sacerdote e o feiticeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GENRO, Tarso. *Política & Modernidade*. Porto Alegre: Tchê!, 1990.
- GOLIN, Tau. *Um espectro ronda a esquerda brasileira*. In: Zero Hora. Caderno de Cultura. Porto Alegre, 1º de junho de 1996. p. 4-5.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1999.
- GORENDER, Jacob. Entrevista concedida a Alípio Freire e Paulo de Tarso Venceslau. Obtida no site: http://www.fpa.org.br/td/td11/td11_memoria.htm. Consultado em 15/04/2005.
- HELLER, Agnes. *Uma teoria da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- HOBBSBAWN, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HOBBSBAWN, Eric e RANGER, Terence (Orgs.) *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- JOSÉ, Emiliano; e OLDACK, Miranda. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo: Global, 1980.
- LAHUERTA, Milton. Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. In: *Cadernos AEL*, n. 14-15. Campinas: IFCH, Unicamp, 2001.
- LE GOFF, Jacques. (Org.) *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- LOYOLA, Leandro. *Fantasma do Araguaia*. In: Revista *Época*. n. 302. São Paulo: Globo, 1º março 2004. p. 28-35.
- MAESTRI, Mário e CANDREVA, Luigi. *Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência: A questão política no campo*. São Paulo: Hucitec, 1982.
- MARTINS FILHO, J.R. *Movimento estudantil e ditadura militar*. Campinas: Papyrus, 1987.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Sinfonia inacabada. A política dos comunistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- MAZZEO, Antonio Carlos e LAGOA, Maria Izabel (Orgs.) *Corações vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX*. São Paulo: Cortez, 2003.
- MORAES, Denis e VIANA, Francisco. *Prestes: Lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- MORAES, João Quartim de (Org.) *História do marxismo no Brasil II. Os influxos teóricos*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.
- MORAIS, Tais e SILVA, Eumano. *Os arquivos secretos do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- MOURA, Clóvis (Apresentação) *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.
- OLIVEIRA, Francisco de. *O elo perdido, classe e identidade de classe*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PACHECO, Eliezer. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: História e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do B de 1960 a 2000*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Informe do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil*. Março de 1980.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *Questões de organização do partido*. 8º Congresso, 1991.

PÉRICLES, Cícero e ALMEIDA, Francisco. *PC do B (1962-1984): a sobrevivência de um erro*. São Paulo: Novos Rumos, 1985.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

POMAR, Wladimir. *Araguaia – O Partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.

PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil – A saga do Araguaia*. São Paulo: Terceiro Nome, 2002.

PROJETO BRASIL: NUNCA MAIS. *Brasil nunca mais: um relato para a história*. Prefácio de Dom Paulo Evaristo Arns. Petrópolis: Vozes, 1999.

REBELLO, Gilson. *A guerrilha do Caparaó*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

RÉMOND, René (Org.) *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro – Os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão et al. *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, CEDEC, 1986.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil*. Texto apresentado na Fundação Humberto Delgado, Lisboa, em 20 e 21 de maio de 1999. Disponível na internet: www.artnet.com.br/gramsci/textos/html. Consultado em novembro de 2003.

REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Esquerda, volver!* Entrevista concedida à Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional. Ano 1, nº 3, setembro de 2005. p. 46-51.

REIS FILHO, Daniel Aarão. Lutas sociais, reformas & revolução nas tradições das esquerdas brasileiras. *Revista Eletrônica Gramsci e o Brasil*.

Obtido no site: <http://www.artnet.com.br/gramsci/arquiv130.htm> Consultado em 18/10/2005.

REZENDE, Maria José de e REZENDE, Rita de Cássia. *Revelações recentes acerca das práticas de torturas no regime militar*.

Obtida no site: <http://www.espacoacademico.com.br/052/52rezende.htm>. Consultado em 25/09/2005.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.

RIDENTI, Marcelo. *Política pra quê? Atuação partidária no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atual, 1992.

RIDENTI, Marcelo e REIS FILHO, Daniel Aarão (Orgs.) *História do marxismo no Brasil*. v. 5. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os dirigentes e a organização. In: FAUSTO, Boris (Org.) *O Brasil republicano III*. São Paulo: Difel, 1981.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano 4 – O tempo da ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ROSSIAUD, Jean e SCHERER-WARREN, Ilse. *A democratização inacabável – As memórias do futuro*. Petrópolis: Vozes, 2000.

ROTHER, Larry. *Major Curió: Ainda defendendo seu pedaço na Amazônia*. In: Jornal New York Times de 11 de setembro de 2004. Obtida no site: <http://ultimosegundo.ig.com.br/materias/nytimes/1738001>. Consultado em 15/09/04.

SALES, Jean Rodrigues. O PC do B e o movimento comunista internacional nos anos 60. In: *Revista História: Questões e Debates*. Ano 18, n. 35. Curitiba: Ed. da UFPR, julho a dezembro de 2001.

SALES, Jean Rodrigues. O PC do B conta a sua história: tradição, memória e identidade política. In: *Revista Diálogos*. v. 6. Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR. 2002.

SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PC do B: propostas teóricas e prática política – 1962-1976*. Dissertação de mestrado, Campinas, SP: UNICAMP, 2000.

SEGATTO, Jose Antonio. *Reforma e revolução*. As vicissitudes políticas do PCB (1954-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SILVA, Antonio Ozai. *História das tendências no Brasil* (origens, cisões e propostas). São Paulo: Proposta, s.d.

SILVA, Antonio Ozai. *Os comunistas diante do muro: o marxismo-leninismo entre a negação e a afirmação da tradição stalinista*. Obtido no site:

http://www.dhi.uem.br/publicacoesdhi/dialogos/volume01/vol03_atg9.htm. Consultado em 03/07/2005.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.) *1964- Visões críticas do golpe*. Democracia e reformas no populismo. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 1997.

VÁRIOS AUTORES. *Guerrilha do Araguaia*. Documentos do PC do B. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996.

VENTURA, Zuenir. *1968 – O ano que não terminou*. A aventura de uma geração. 25 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FONTES DOCUMENTAIS

ACERVO PRC – ESPECIAL. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF. Pastas 1 e 2.

ANDRÉ, A. (codinome do militante). *A situação atual do PC do B.* Bahia, 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 10.

ANDRÉ, A. (codinome do militante). *Centralismo dogmático-burocrático ou centralismo democrático ?* Bahia, 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 08.

APRÍGIO, José. *A experiência da guerrilha do Araguaia.* Bahia, fevereiro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 36.

BRUNO, R. S. (codinome do militante). *Que partido pretendemos construir?* Bahia, agosto de 1981. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 18.

BRUNO, R.S. (codinome do militante). *Che Guevara e o foquismo: suas raízes de classe.* Bahia, 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 15.

BRUNO, R. S. (codinome do militante). *Uma contribuição inicial para a também inicial discussão acerca da estratégia e da tática.* Salvador, Bahia, 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 16.

BRUNO, R. S. (codinome do militante). *A estratégia e a tática dos marxistas brasileiros.* Bahia, 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 44.

COMITÊ DA PERIFERIA. *Ao Comitê Regional da Bahia*. Bahia, junho de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 51.

COMITÊ REGIONAL DA BAHIA. *Alguns marcos do atual debate ideológico e como nos conduzirmos diante dele*. Bahia, maio de 1979. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 09.

COMITÊ REGIONAL DA BAHIA. *Uma avaliação crítica sobre importantes aspectos de nossas concepções teóricas e práticas*. Bahia, maio de 1979. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 10.

COMITÊ REGIONAL DA BAHIA. *Avaliação de nosso desempenho na luta interna: breve histórico e apreciação*. Bahia, fevereiro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 43.

COMITÊ REGIONAL DA BAHIA. *Sobre a luta interna*. Bahia, novembro de 1979. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 07.

COMITÊ REGIONAL DA BAHIA. *Projeto de resolução sobre a concepção de partido*. Bahia, 1980?. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 29.

COMITÊ REGIONAL DA BAHIA. *Ao camarada G. Ao CM-Salvador (Considerações à resolução) I e II*. Bahia, 24 de agosto de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 32.

COMITÊ REGIONAL DA BAHIA. *Com conduzir a luta interna: parâmetros para uma discussão interna*. Julho, 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 53.

COMITÊ MUNICIPAL DE SALVADOR. *Sobre a “destituição” do CR-BA*. Salvador, setembro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 35.

DELANO, H. (codinome do militante). *De olho no caminho! A reconstrução do partido (para discussão)*. Bahia, dezembro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 13.

DELANO, H. (codinome do militante). *O dogmatismo burocrático-determinista como nova forma de revisionismo dentro do marxismo: um estudo de caracterização (uma apreciação crítica ao ‘stalinismo’ do ponto de vista do materialismo histórico e dialético)*. Bahia, 25 de

outubro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 07.

ÉLCIOR (codinome do militante). *Carta de desligamento de Élcior*. Bahia, 1980[?]. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 25.

GETÚLIO, JAIME, LUIZA, MANDEL E MATIAS (codinomes dos militantes). Questões sobre a construção partidária. Bahia, 1981? Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 19.

INTER-REGIONAL 1. *Sobre a crise do partido*. Salvador, maio de 1981. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 52.

M. (codinome do militante). *Sobre a luta interna* (Aos companheiros do Secretariado). Bahia, 1980? Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 27.

MAT[EUS] (codinome do militante). *Como enfrentar a luta interna?* (proposta ao regional). Bahia, março de 1982. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 62.

PEDRO (codinome do militante). *Carta de desligamento do camarada Pedro*. Salvador, Bahia, maio de 1981. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 51.

PITA (codinome do militante) *Carta do camarada Pita – Sobre seu desligamento*. Bahia, junho de 1982. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 67.

QUINCAS (codinome do militante). *Prezados companheiros* (Desligamento do CR/BA). Bahia, 26 de abril de 1981. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 48.

S.A. (codinome de militante). *Araguaia – pontos para o debate*. Bahia, 1980? Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 33.

S.A. (M-1). *Posicionamento de um organismo do interior acerca da luta interna*. Bahia, setembro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 36.

SECRETARIADO REGIONAL CR/BA. *Sobre nossos erros e divergências: sua discussão e sua correção*. Janeiro, 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 34.

SECRETARIADO REGIONAL DA BAHIA. *Sobre a nossa concepção de estratégia e tática – Um roteiro para discussão*. Bahia, janeiro de 1980. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 1, documento nº 45.

V. (codinome do militante). *Sobre organização partidária*. Salvador, maio de 1981. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 50.

VÍTOR (codinome do militante). *Carta de desligamento do camarada Vítor*. Bahia, 11 de agosto de 1981. Núcleo de Documentação Histórica – NHD, PPGH/UPF, Acervo PRC – Especial. Pasta 2, documento nº 55.

ANEXOS

ANEXO 1

CRONOLOGIA BÁSICA SOBRE A DISSIDÊNCIA DO PC DO B E O SURGIMENTO DO PRC

1979 – Amplia-se a ação de militantes de diversos Comitês Regionais – CRs – (alguns deles também membros do CC) postulando pela convocação do Congresso pelo Comitê Central do PC do B para discutir a *experiência* do Araguaia, jamais debatida internamente, a concepção de partido e sua reorganização.

A partir de então, alguns CRs passaram a funcionar com autonomia, não se sujeitando mais ao *centralismo democrático* do CC e trabalhando no sentido da convocação da *VII Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil*, instância em que a questão seria debatida. A conferência também teria legitimidade estatutária para convocar o Congresso, passando por cima da autoridade do CC.

1980 – Com o manifesto *Ao CC. Ao Partido (Proposta de realização do Congresso)*, do CR da Bahia, em 1980 acirrou-se a luta interna, com ampla produção de textos divergentes, sobre o Araguaia, concepção de partido leninista e a conjuntura.

1981 – Realiza-se a *VII Conferência Nacional do Partido Comunista do Brasil* com os setores dissidentes e a presença de diversos convidados, militantes de esquerda, intelectuais, etc. Passa a funcionar como dissidência organizada, sempre postulando pela convocação de um Congresso.

Mais tarde, com a identificação de VII Conferência, estimula a realização de diversas conferências pelos comitês regionais, municipais, movimento sindical, movimento estudantil, movimento popular em preparação ao Congresso, convocado para janeiro de 1984.

1984 – Janeiro. Ao realizar-se o Congresso unicamente com dissidentes e convidados, os delegados concluem que a antiga estrutura do PC do B, hegemônica pelo seu Comitê Central sem renovação, não representava as doutrinas do marxismo-leninismo moderno. Decidem, então, fundar um novo partido. A partir desse momento, a dissidência do PC do B, marxistas independentes, egressos de outras organizações, passam a se organizar sob a sigla do PRC – Partido Revolucionário Comunista.

ANEXO 2 – CRONOLOGIA DE EVENTOS DO ANO DE 1979

(Selecionados conforme citados na documentação)

2/1/1979: Preso o Padre Francisco Jentel, francês, defensor dos índios e camponeses da prelazia de São Félix do Araguaia. Será condenado a 10 anos de cárcere, depois expulso do Brasil.

16/1/1979: Greve nos ônibus do Rio.

24/1/1979: Congresso metalúrgico em Lins, SP, aprova criação de um partido do trabalhador.

28/2/1979: O CBA-RS lança campanha para libertar brasileiro preso na Argentina.

05/3/1979: Greve dos fumageiros na Sousa Cruz: RJ, MG, PE e RS.

12/3/1979: Greve dos professores da rede pública do Rio.

13/3/1979: Greve geral dos 160 mil metalúrgicos do ABC, SP.

21/3/1979: O jornalista Antonio Carlos Fon é denunciado por reportagem sobre torturas.

23/3/1979: Intervenção (dura dois meses) nos sindicatos metalúrgicos do ABC, SP. Mas a greve continua.

27/3/1979: Assembléia de metalúrgicos de S. Bernardo, no estádio de Vila Euclides, vota o fim da greve, a pedido de Lula.

06/4/1979: Os trabalhadores rurais passam a ter FGTS.

22/4/1979: Greve dos professores do DF. A ditadura intervém no Sindicato (2/5).

25/4/1979: Fim da fidelidade partidária imposta por lei, vigente desde 1978. No mesmo dia o senador Teotônio Vilela troca a Arena pelo MDB.

02/5/1979: Greve nos ônibus de S. Paulo.

17/5/1979: Greve dos professores da rede pública de MG.

21/5/1979: Fim do Decreto 477 e outros atos de repressão a estudantes.

29/5/1979: 31º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), em Salvador. É o primeiro desde a prisão de Ibiúna (1968), 10 mil presentes. Uma cadeira fica vazia: é a de Honestino Guimarães, último presidente da entidade, preso pela ditadura em 10/10/1973 e desaparecido.

17/6/1979: Os ministros Petrônio Portella e Golberi levam a Figueiredo o projeto da anistia limitada, enviado ao Congresso.

10/7/1979: Os exilados que retornam já não precisam depor na Polícia Federal.

22/7/1979: Greve de fome de presos políticos contra a Anistia limitada. Dura 23 dias e passa do Rio a S. Paulo, Recife e Fortaleza (84 participantes),

24/7/1979: A OAB condena o caráter restrito do projeto de anistia do general Figueiredo.

6/8/1979: Greve dos professores estaduais da BA.

14/8/1979: 20 mil vão às ruas no Rio pela anistia ampla, geral e irrestrita, e não a do general Figueiredo, mutilada e "recíproca"

14/8/1979: Greve bancária em Belo Horizonte, MG.

19/8/1979: O preso político Theodomiro dos Santos, não incluído na Anistia, foge da prisão em Salvador e se asila na Nunciatura Apostólica.

22/8/1979: O Congresso vota a Lei de Anistia. A esquerda do MDB rejeita seu caráter recíproco, parcial e restrito.

28/8/1979: Figueiredo sanciona a Anistia, parcial, limitada e recíproca, mas ainda sim uma conquista. Parte dos presos políticos é libertada, os exilados retornam à pátria, os clandestinos voltam à superfície.

30/8/1979: O STM declara anistiados 316 réus em processos pela LSN; 16 deles estão presos.

05/9/1979: Greve nos bancos de Porto Alegre. Intervenção no sindicato, cinco prisões, inclusive do seu presidente Olívio Dutra.

11/9/1979: Greve metalúrgica em nove cidades do RJ.

13/9/1979: Greve nos bancos do Rio e S. Paulo. Intervenção nos sindicatos.

26/9/1979: Greve dos metalúrgicos de Betim, Contagem e Belo Horizonte.

27/9/1979: A PM mata o operário Guido León dos Santos, durante greve metalúrgica em MG.

3/10/1979: Bomba atribuída à ultradireita destrói o carro do jornalista Hélio Fernandes, da Tribuna da Imprensa, no Rio.

12/10/1979: Greve metalúrgica na Belgo-Mineira, João Monlevade, MG.

16/10/1979: Greve de 12 mil nas obras de expansão da CSN em Volta Redonda, RJ.

18/10/1979: Lançado o jornal Tribuna Operária, ligado ao PC do B.

19/10/1979: Figueiredo envia ao Congresso projeto da reforma partidária. A ditadura passa a estimular o pluripartidarismo visando fragmentar a oposição.

26/10/1979: Greve dos metalúrgicos de Belo Horizonte, Contagem e Betim, MG.

29/10/1979: Greve geral dos metalúrgicos de S. Paulo e Guarulhos, declarada ilegal.

30/10/1979: Num piquete na metalúrgica Sylvania, São Paulo, a PM mata a tiros o líder operário católico Santo Dias da Silva, 37 anos. Mais de 10 mil protestam no enterro.

21/11/1979: O Congresso aprova a reforma partidária. Fim (compulsório) da Arena e do MDB.

25/11/1979: Dois mil vão ao aeroporto de Congonhas, S. Paulo, receber João Amazonas que volta do exílio em Paris. O coração de Diógenes Arruda, fragilizado pela tortura, não agüenta e morre de enfarto.

29/11/1979: Tomada simbólica da sede da UNE no Rio por estudantes.

30/11/1979: O general Figueiredo, fazendo outro uso de sua política de "mão estendida", responde com banana a protesto estudantil em Florianópolis. Segue-se batalha de 6 horas. com a PM, a Novembrada. Presos e processados cinco estudantes. A popularidade do governo cai brusca e irremediavelmente.

05/12/1979: Quebra-quebras de trens no RJ e SP.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)